

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, INICIADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO E CONTINUADA NOS DIAS 2 E 16 DE DEZEMBRO DE 2003 E 6 DE JANEIRO DE 2004.** -----

----- **ACTA NÚMERO QUARENTA E CINCO** -----

----- No dia 6 de Janeiro de 2004, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor António Modesto Fernandes Navarro, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egípto e pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Maria Lopes Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Augusto Pereira, António José Borges Gonçalves de Carvalho, António da Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira de Lemos, António Manuel Dias Baptista, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Deolinda Carvalho Machado, Domingos Alves Pires, Feliciano Marques Martins da Cruz David, Fernando Luís Magalhães Silva, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João de Deus Gomes Pires, João Jofre da Fonseca Costa, Joaquim António de Oliveira, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel Rocha Ferreira, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Afonso Possidónio, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maria Valente, José Rui Roque, Lourenço Ramos Bernardino, Luís Ângelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno da Costa Estorninho, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria Graça Barata Niny Mexia, Maria Luísa dos Santos Teixeira, Martinho José Baptista, Miguel de Matos Castanheira do Vale de Almeida, Nelson Pinto Antunes, Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes, Nuno Roque, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Ramiro Nelson Cardoso Silva, Ricardo Posser de Andrade Chaves, Rodolfo José Caseiro, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva,

Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, Eduardo Manuel Vieira Pereira Marques, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Levi Marques dos Santos, José Dias Bernardes Salsinha, Luís Branco da Silva, Manuel Filipe Correia de Araújo, António Marques Barbacena, António Manuel Passos Rapoula, Maria Augusta da Conceição Barata Marques de Oliveira, Flávio Freitas Rodrigues Fonte, Maria João Vieira de Faria, Jorge Paulo Napoleão Garcia Inácio, Rui Manuel Santos Matos Alves, José Domingos Pereira Gonçalves, Sérgio Rui Lopes Cintra, João Gordo Martins. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Filipe Manuel Nunes Beirão. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Saldanha Serra (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Marques Barbacena. -----

----- Francisco Martins (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Levi Marques dos Santos. -----

----- Rui Gomes da Silva (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Branco da Silva. -----

----- Álvaro Barreto (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Rodrigues Coelho. -----

----- Joaquim Sarmento (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Correia de Araújo. -----

----- Bacelar Gouveia (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Salsinha. -----

----- António Silva Preto (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Filipe Beirão. -----

----- Luísa Vicente Mendes (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Maria João Faria. -----

----- Luísa Sabino (PS), por 1 dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Maria Cândida Cavaleiro Madeira. -----

----- Custódia Fernandes (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Flávio Freitas Rodrigues Fonte. -----

----- José Anacoreta Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Passos Rapoula. -----

----- Isabel Castro (PEV), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Gordo Martins. -----

----- Rodrigo Moctezuma (PPM), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal José Domingos Pereira Gonçalves. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Cintra. -----

----- Ermelinda Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Manuel Santos Matos Alves. -----

----- Irene Lopes (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina, por Maria Augusta Barata Marques Oliveira. -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Rodrigo Moctezuma (PPM), relativamente à reunião realizada no dia 16 de Dezembro de 2003. -----

----- Ana Sara Brito (PS), relativamente à reunião realizada no dia 25 de Novembro de 2003. -----

----- Bacelar Gouveia (PSD), relativamente à reunião realizada no dia 25 de Novembro de 2003. -----

----- Jorge Ferreira (PCP) referente à reunião realizada no dia 9 de Dezembro de 2003.

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião, começando por ler, para efeitos de registo em acta, a seguinte informação que foi enviada pelo Sr. Vereador Pedro Augusto da Cunha Pinto: -----

----- “Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

----- Nos termos da lei, na sequência da designação do Vereador Pedro Augusto da Cunha Pinto para o Conselho de Gerência do Metropolitano de Lisboa, EP, por Resolução do Conselho de Ministros de 9 de Outubro de 2003, e em representação da Câmara Municipal de Lisboa nos termos dos Estatutos daquela empresa, venho solicitar que da mesma seja dado conhecimento à Assembleia Municipal de Lisboa. --

----- Solicita-se, ainda, a comunicação à Assembleia Municipal, na sequência do Despacho conjunto de Suas Excelências o Secretário de Estado dos Transportes e do Secretário das Finanças, de 28 de Outubro de 2003, que o Vereador Pedro Pinto foi nomeado, enquanto representante do Metropolitano de Lisboa, para exercer as funções de Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Metrocom SA e vogal do Conselho de Administração da Ferconsult SA” -----

----- Seguidamente informou que na Conferência de Representantes foi tomada a decisão de convocar uma Sessão Extraordinária para o dia 20 de Janeiro, com previsível continuação no dia 27 do mesmo mês, passando a Sessão de Perguntas sobre as Freguesias, inicialmente agendada para esse dia, para o dia 3 de Fevereiro. --

----- Informou também que a Comissão Eventual para Acompanhamento do Parque Mayer, tomaria posse hoje, na Mesa, no decurso da reunião do Plenário, e teria a sua primeira reunião amanhã, dia 7 de Janeiro, pelas 18:30 horas. -----

----- Terminadas as informações, declarou aberta a continuação da Ordem do Dia: ----

----- Foi distribuído um quarto aditamento com mais os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 29 – Proposta 681/2003;** -----

----- **Ponto 30 – Proposta 683/2003;** -----

----- Ponto 31 – Proposta 685/2003; -----
----- CONTINUAÇÃO DA ORDEM DO DIA -----
----- PONTO 15 – PROPOSTA 745/23003 – APROVAR O PLANO DE ACTIVIDADES DO MUNICÍPIO DE LISBOA PARA O ANO 2004, AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO N° 2 DO ART° 53° DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N° 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----
----- PONTO 16 – PROPOSTA 745/2003 – APROVAR O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LISBOA PARA O ANO 2004, AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO N° 2 DO ART° 53° DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N° 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----
----- PROPOSTA 745/2003 -----
----- GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÉNIO 2004/07 -----
----- ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LISBOA PARA O ANO DE 2004 -----
----- “Considerando que é competência da Câmara Municipal a elaboração das propostas das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o Município, de acordo com alínea c) do n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção introduzida pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro e ainda do disposto no parágrafo 1 do ponto 2.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro(POCAL); -----
----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----
----- Submeter à aprovação Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, as Grandes Opções do Plano para o quadriénio de 2004-2007 e o Orçamento para 2004.” -----
----- PROPOSTA 02/2004 -----
----- GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÉNIO 2004/07 -----
----- ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LISBOA PARA O ANO DE 2004 -----
----- “Considerando que é competência da Câmara Municipal a elaboração das propostas das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o Município, de acordo com alínea c) do n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção introduzida pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro e ainda do disposto no parágrafo 1 do ponto 2.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro (POCAL); -----
----- Considerando que as Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Município aprovadas pela Proposta 745/2003, na reunião de Câmara de 15/12/03, foram objecto de alterações apresentadas na Adenda em anexo; -----
----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----
----- Submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, as Grandes Opções do Plano para o quadriénio de 2004-2007 e o Orçamento para 2004 com as alterações apresentadas na Adenda em anexo.” -----

----- (Os documentos constantes das presentes propostas, que devido à sua extensão não se reproduzem na acta, ficam devidamente arquivados, junto das mesmas, nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal) -----

----- A Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, apresentou o seguinte Parecer sobre os documentos em apreciação: -----

----- **PARECER** -----

----- “Apreciação da Comissão sobre os documentos apresentados pela Câmara Municipal de Lisboa relativos ao Orçamento de 2004. -----

----- Ressalvando o facto de a implementação do sistema integrado de gestão, designadamente, ao nível da área financeira, vir a permitir, já para o próximo ano, a profunda comparabilidade e análise dos orçamentos de anos distintos, sob os mais variados aspectos de gestão, a Comissão encontra-se em condições de tecer as seguintes considerações sobre os documentos em apreciação: -----

----- A. Considerando os aspectos técnicos e formais dos documentos em apreciação, a Comissão constata que os mesmos respeitam as normas legais vigentes. -----

----- B. Ao nível da receita, prevê-se que cerca de 36% da mesma resultará de impostos directos e indirectos, com uma preponderância quase total dos primeiros e, de entre estes, com um peso significativo para o imposto Municipal sobre os Imóveis (9%), Imposto Municipal sobre Transmissões (13%) e a Derrama (10%). -----

----- C. A cobrança de taxas, multas e outras penalidades representa 7,5 % do total da receita total prevista. -----

----- D. A previsão das receitas de capital sofre uma aumento de 2,4% relativamente ao ano anterior, estando alicerçadas, fundamentalmente, na venda de bens de investimento, a qual representa cerca de 73% das receitas de capital. -----

----- E. Em termos agregados, e ainda ao nível da receita, as receitas correntes registam um crescimento de 9,4% em relação ao ano anterior, enquanto as receitas de capital decrescem 12,7%, no que representa um esforço salutar de reduzir a dependência da execução orçamental da obtenção de receitas extraordinárias, aumentando o peso relativo das correntes. -----

----- F. Do lado da despesa, desde logo importa frisar o decréscimo, na ordem dos 24%, do montante relativo às horas extraordinárias, para os € 8.312.253. -----

----- G. Os encargos correntes da dívida ascendem a €23.330.600, tendo-se verificado uma diminuição dos encargos decorrentes de empréstimos de médio e longo prazo na ordem dos 8%, para os € 18.445.033. -----

----- H. Mantém-se um elevado nível de compromisso em sede de investimento na habitação, orçando as verbas relativas a construção, aquisição, reparação e beneficiação € 89.398.738. -----

----- I. Em termos agregados, as despesas correntes apresentam um crescimento de 4%, e ao nível das despesas de investimento regista-se um decréscimo, na ordem dos 7%. -----

----- J. A despesa total cifra-se em €779.891.000. -----

----- K. Foram apresentadas algumas sugestões pela Comissão no que toca à continuação do esforço, todos os anos evidente e meritório, dos serviços, para

proporcionar uma cada vez maior comparabilidade histórica dos Orçamentos e Planos apresentados à Assembleia Municipal. -----

----- L. Repetiu-se a sugestão de apresentação de um Balanço e Demonstração de Resultados previsionais relativos ao Orçamento em aprovação, de forma a facilitar a respectiva análise, interpretação e tradução contabilística. -----

----- M. Num patamar ainda mais importante que a perspectiva contabilística do orçamento, foi comunicado pela Sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e responsável pelo pelouro das Finanças, que o novo sistema informático de gestão, o qual se encontra em fase de implementação, permitirá, já no próximo ano, proceder a uma análise da informação relativa à gestão do Município altamente detalhada e informada por uma perspectiva económica e financeira, e não apenas contabilística, permitindo, assim, uma visibilidade e transparência até este passo impossíveis de obter com regularidade. -----

----- N. No mesmo sentido da institucionalização da transparência, a Comissão saúda a intenção de se proceder à auditoria externa das contas da CML, como forma de garantir a total isenção na análise do cumprimento das normas vigentes. -----

----- O. Comissão regista com agrado a qualidade técnica dos documentos apresentados e agradece a disponibilidade da Sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e responsável pelo pelouro das Finanças, a Dra. Teresa Maury para os esclarecimentos prestados. -----

----- P. Após a análise e discussão dos documentos submetidos a apreciação, a Comissão considera que os mesmos estão em condições de serem votados na Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Q. A Comissão reiterou a recomendação, constante dos seus pareceres dos três anos anteriores, no sentido de que, «para melhor apreciação do Plano de Actividades e Orçamento, (...) nos próximos documentos se apresentem dados relativos ao ano anterior». -----

----- R. O parecer foi aprovado por unanimidade pelos partidos presentes: PSD, PS, PCP, CDS/PP, PPM e BE.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, depois de desejar a todos aqueles a quem ainda o não pôde fazer pessoalmente um bom ano de 2004, formulando votos que tivessem sido boas as festas para todos e respectivas famílias, disse que a apresentação destes documentos era um acto da maior responsabilidade para quem os propunha e para quem os apreciava e votava. Era um acto no qual fundamentavam e corporizavam aquelas que eram as opções de acção em função do compromisso assumido com o eleitorado, e no qual se tomavam decisões em relação à afectação de recursos postos à disposição da Câmara pelos contribuintes e que os eleitores esperavam que fossem administrados com seriedade, com equilíbrio e com convicção. -----

----- Disse, depois, que gostava de ali reafirmar hoje aquilo que teve ocasião de dizer e escrever noutra sede sobre a realidade legal acerca dos orçamentos municipais: a obrigação do saldo zero, a impossibilidade de ser apresentado défice, haver desencontro no volume final das receitas e das despesas. -----

----- Por outro lado, desejava chamar também a devida atenção para aquela que era a realidade na generalidade das autarquias, ou seja, a de as taxas de execução dos planos e orçamentos raramente atingirem níveis sequer próximos dos 80 ou 90%, por força daquela que era a necessidade de encontrarem receitas, na altura da elaboração do Orçamento, para todas as despesas que eram normalmente reclamadas como imprescindíveis na gestão de um Município contemporâneo que tinha as necessidades que eram de todos conhecidas. -----

----- E, por isso mesmo, o que costumava suceder era que para fazer face a todas as despesas em todos os sectores que a população naturalmente considerava como necessitados de investimento, os autarcas, do órgão executivo e do órgão deliberativo, procuravam, nessa primeira versão, satisfazer todas essas necessidades e acabavam por ser ficcionadas receitas que não tinham depois correspondência com a realidade.--

----- Por isso, diria que o actual enquadramento legal sobre a elaboração desses instrumentos financeiros para a gestão das autarquias, tem levado a uma dose de considerável ficção na respectiva elaboração, que conduzia depois a debates, mais ou menos prolongados, sobre as insuficiências dos níveis das taxas de execução. -----

----- Mas para além desse quadro legal, estavam com outra realidade normativa decorrente da situação financeira do País, concretamente a impossibilidade de fazerem face, como acontecia em todas as autarquias em anos pretéritos, a capitais alheios, de fazerem recurso ao crédito. E no que dizia respeito a Lisboa e à região em que se inseria, de poderem também ter acesso a financiamentos comunitários que assegurassem a cobertura de pelo menos 50%, por vezes 60, 70, ou mesmo 75%, dos recursos necessários para as obras que considerassem indispensáveis. -----

----- Esta era a realidade em que tinham que se mover. E não faziam esse enquadramento para se queixarem ou para encontrarem qualquer tipo de desculpa. Aliás, queria proclamar, e queria fazê-lo de modo solene perante a Assembleia Municipal, que considerava suficientes os recursos financeiros da Câmara Municipal e era com eles que procuravam governar a cidade, sem os empréstimos que outros puderam ter em todo o País, sem fundos comunitários que outros tiveram ou podiam ainda ter em todo o País, e era com as receitas, fundamentalmente com as receitas próprias do Município – as receitas estruturais e algumas receitas extraordinárias – que procuravam gerir e fazer aquilo a que se comprometeram. -----

----- Ou seja, para a Câmara – desejava sublinhá-lo e gostava de ver todos na política portuguesa a fazerem o mesmo – não serviam como alibi, erros, insuficiências, actos ou omissões de outros, nomeadamente daqueles que os antecederam. Não usavam sequer como argumento a limitação de recursos financeiros e esse condicionamento legal àquela que era a margem de manobra que tinham neste momento. Queriam ser julgados pelo eleitorado com base naquilo que tinham, mesmo que o eleitorado tivesse muito pouco acesso, apesar de todas as verbas em publicidade ou *marketing*, para saber qual a diferença – através da informação que lhe chegava – entre a realidade financeira e do enquadramento financeiro de hoje e do enquadramento financeiro no passado, em todos os Municípios portugueses, porque não se estava a referir só ao caso de Lisboa. -----

----- Referia estas palavras, fazia hoje esta afirmação na Assembleia Municipal quando se cumpriam dois anos sobre a tomada de posse resultante das eleições de 16 de Dezembro de 2001, para dizer muito claramente, agora que finalmente estavam chegados os dois anos de mandado, que aceitavam a normalidade democrática de serem julgados eleitoralmente pelos actos e pela gestão com estes recursos, tendo em conta a realidade da Lisboa que encontraram. Era tendo em conta essa realidade que aceitaram, e aceitavam democraticamente, e tendo em conta os recursos que dispunham que tinham a certeza que iriam ser capazes de cumprir aquilo a que se propuseram. -----

----- Agora, aquilo a que se propuseram estava escrito! Aqueles que eram os seus compromissos estavam ditos, gravados, registados e transmitidos ao eleitorado. Não eram compromissos da maioria alguns que se pretendiam inventar a meio do mandato, e pôr até, em páginas de balanço de dois anos, de um modo mais ou menos engenhoso mas totalmente desfasado da realidade. Num espaço de dois anos de mandato, via, num balanço de cinco pontos, apenas a recuperação do Parque Mayer e o casino, como pontos diferentes e grandes bandeiras eleitorais. Não via falar do Bairro Alto, de Alfama, da Rua da Madalena, de São Bento, do Intendente, do GESTURB a reforma do licenciamento urbanístico, etc. Nada disso existiu! Nada disso era falado! -----

----- Portanto, era difícil à opinião pública, que tinha num Estado Democrático directo acesso à verdade, a verdade a que tinham direito, que era publicada, teledifundida ou radiodifundida, por vezes mover-se e tinham que fazer um apelo forte à sua lucidez, à sua consciência, à sua rectidão, ao seu sentido de justiça para poderem discernir no meio de todos esses ardis e habilidades. -----

----- Continuando, disse que o Plano e Orçamento que apresentaram decorriam desse enquadramento. Assumiam uma baixa nominal e real no Orçamento, do ano passado para este ano na ordem dos 100 milhões de euros no valor global. -----

----- Recordou que teve já oportunidade de referir que estavam bastante preocupados com os níveis de execução do Plano de Actividades e do Orçamento do ano passado, pois tinham inscrito cerca de 200 milhões de euros resultantes da alienação de património, e as únicas alienações que fizeram foi a do Palácio da Rosa por pouco mais de 2 milhões de euros, e na semana passada alguns lotes de terreno, nos Olivais, para acabar uma intervenção urbanística que vinha já do mandato anterior, e que foram alienados exactamente pelo dobro daquilo que vinha referido num semanário que dizia que a Câmara alienara por metade do preço considerado o valor adequado. Portanto, essa notícia era completamente falsa, entre outros ingredientes falsos que também lá tinha. -----

----- Portanto, desses 200 milhões de euros acabaram por obter apenas um encaixe financeiro na ordem dos 35 milhões de euros, pelo que só aí já havia uma diferença, do lado da receita, de 165 milhões de euros a menos, o que, naturalmente, teria que se reflectir no nível de execução global do Plano de Actividades e do Orçamento. Mesmo assim, podia e devia dizer hoje à Assembleia Municipal que a taxa de 22% ali falada há poucas semanas, passou, no que respeitava ao Plano de Actividades, para

quase 60% como teriam ocasião de comprovar aquando da apresentação da Conta de Gerência do exercício de 2003. -----

----- Por isso, apesar de todo esse quadro legal e de todos esses constrangimentos financeiros, as taxas aproximavam-se absolutamente de taxas de anos normais e correntes da velocidade de cruzeiro de anos anteriores no que respeitava à taxa de execução, sendo a taxa de execução do Plano e do Orçamento, na sua globalidade, superior aos 70%. Portanto, através de um esforço grande dos serviços, de toda a Vereação, dele próprio, da Vereadora responsável pelo Pelouro das Finanças e de todos aqueles que integravam o Executivo, conseguiram assegurar um final de ano, depois dos contratos visados pelo Tribunal de Contas, na área da reabilitação e noutras áreas que levava o nível de execução para níveis que os confortava de um modo completamente diferente. Aliás, desejava dizer que pedia meças ao nível de execução de qualquer outro Município em Portugal, no ano de 2003, ou estava mesmo acima da média da execução dos outros Municípios pelas informações que recolheu. -----

----- E, a esse propósito, não queria deixar de dizer que considerava úteis esses exercícios comparados. Teve ocasião de referir ontem, na reunião de Câmara, a propósito da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, que na Assembleia Municipal os Deputados Municipais da oposição consideraram não ser adequada a de 0,8%, como por vezes era bom até atentarem, apesar da população também não saber por não lhe chegar a informação a que talvez tivesse direito, que nos Municípios de Almada, de maioria PCP, ou nos Municípios de maioria PS e do PSD, à volta de Lisboa, a taxa praticada era de 0,8%, com excepção de Loures onde a taxa praticada era de 0,65% e do Barreiro onde, como era sabido, o PS não tinha a maioria e a taxa era de 0,7%. Agora, Amadora, Sintra, Mafra, Seixal, Almada, todos esses tinham a taxa máxima no Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

----- Dizia ontem o Sr. Vereador Vasco Franco, na reunião de Câmara, que Lisboa tinha obrigação de baixar essa taxa para ver se conseguia rendimentos e sobrecarregar menos aqueles que tinham que fazer face a esses encargos e que queriam que regressassem a Lisboa, mas registava que nos outros Municípios, o PS e ou outros partidos, não se importavam que Lisboa pudesse ter essa razão de atractividade e de perder população, e, portanto punham a taxa no máximo exactamente porque não estavam preocupados com essa realidade. -----

----- Mas a realidade, em termos comparativos, era que a taxa que foi adoptada em Lisboa era a mais baixa, juntamente com a do Barreiro e de Loures, era a mais baixa de toda a Área Metropolitana. Mas as despesas e os investimentos eram muitos! -----

----- Neste Plano e Orçamento, dizia-o de modo muito claro, tinham traduzidas as prioridades da Câmara: aumentavam substancialmente as verbas para a educação e juventude, na intervenção social, na reabilitação urbana, e aumentavam significativamente, até aos 35 milhões de euros, as verbas para a modernização administrativa, ou seja, par a eficácia da Câmara, o que correspondia àquilo que disseram antes das eleições: racionalizar os circuitos e os procedimentos e aumentar a eficácia, cuidar da edificação que existia, e olhar por aqueles que menos tinham e mais precisavam do apoio e da intervenção da Câmara. -----

----- Aumentavam também as verbas para os equipamentos escolares e para o desporto, mas como defendia, e defendiam, que a política não podia ser feita por quem via ou não queria ver de propósito, consideraram um exercício de salutar prática democrática o modo como decorreram as conversações entre quem tinha responsabilidades executivas e aqueles que estando com a posição que detinham na Assembleia Municipal e na Câmara não estavam hoje no poder em termos executivos. Mas apresentaram propostas que, como disse ontem na reunião de Câmara, eram compreensíveis. Independentemente da habilidade política com que foram apresentadas, como reconhecia ontem expressamente, e que talvez não tivesse tido a devida contrapartida, foi apresentada uma proposta que visava diminuir as verbas na área da publicidade e aumentar na área da segurança como se estivessem directamente relacionadas. -----

----- Com 25 anos de prática política sabia reconhecer quando, com mais ou menos toque demagógico, existia alguma habilidade, ou arte se quisessem uma palavra mais bonita, na maneira de apresentar propostas políticas, e reconhecia que essa o teve. Mas reconhecia que para além dessa habilidade havia também alguma pertinência e procedência na argumentação utilizada. A segurança não era uma área de atribuição directa da autarquia, mas era uma área na qual tinham responsabilidades. Ainda hoje foi publicada uma entrevista, dada há cerca de duas semanas, onde saíra como título a exigência que tem feito ao Primeiro-Ministro para disponibilizar mais activos para as forças de segurança em Lisboa. Portanto, não sendo uma área de responsabilidade directa das autarquias, era uma área para a qual os cidadãos olhavam cada vez mais para os autarcas pedindo essa mesma segurança. -----

----- Portanto, consideravam razoável a proposta do PS no sentido da Autarquia dar o exemplo fazendo pressão sobre o Poder Central e acabar esquadras onde elas já estavam previstas e assumidas, para poderem dizer ao Governo que tinham os espaços, que estava tudo pronto, só faltava tomar a decisão no sentido de lhes dar os meios, os efectivos para que pudessem pôr as esquadras a funcionar. -----

----- Por isso mesmo, para zonas como a Rua das Açucenas, a Bela Flor, a Alta de Lisboa, a Ameixoeira e outras carenciadas de mais protecção policial, por proposta de Deputados Municipais da oposição foi aumentada a verba inicialmente inscrita na área da segurança. -----

----- Em relação a outra alteração proposta, o aprofundamento da descentralização para as Juntas de Freguesia, disse que a Câmara aceitara, assumira, era um princípio de trabalho que comungavam, mas queria desde já sublinhar, mais uma vez, que aquelas que seriam as transferências para obras em casas particulares, para as quais já manifestara abertura há um ano, deviam ter o devido enquadramento jurídico para salvaguarda dos próprios Presidentes de Junta e da Câmara. Com essa salvaguarda a concordância de princípio da Câmara em relação a essa proposta. -----

----- Quanto às despesas ou investimentos em promoção ou publicidade, disse que em publicidade, por exemplo, estavam inscritas em vários anos festas de fim de ano e noutros não, portanto nos vários anos todas as verbas que lá estavam não respeitavam a promoção de actividades ou de obras mas o mais variado tipo de realizações. E o Sr.

Vereador Pedro Pinto teve ocasião de esclarece, em reunião de Câmara, que a verba executada no ano passado em relação à que estava inscrita este ano tinha apenas cerca de 8.000 euros de diferença. -----

----- Mas queria também dizer que compreendia, e queria chamar a atenção para isso na Assembleia Municipal porque deviam saber ver e aceitar aquela que era a realidade política, o tipo de informação política que passava hoje em dia que era de facto diferente da que acontecia no passado, em geral. Mas havia casos esporádicos parecidos. -----

----- Por exemplo, antes do actual mandato, havia *outdoors* de intervenções no Casal Ventoso onde se dizia “Casal Ventoso antes” e “Casal Ventoso depois” e com publicidade da Câmara também ela não assinada. E como cidadão lembrava-se que quando viu gostara de ver, era legítimo, era bonito para Lisboa ver, Casal Ventoso antes e Casal Ventoso depois e lá estavam os *outdoors* na Av. de Ceuta e por toda a Lisboa, e tinha até presente as fotografias para poder provar que assim era. Agora recorriam mais a essa via de informação, eram opções, era natural que a oposição dissesse que era demais esse tipo de informação, e era principalmente natural quando essa informação correspondia a obra. Se a informação não correspondesse a obra a oposição até se riria e diria que podiam fazer informação à vontade porque os cidadãos sabiam bem distinguir aquilo que era publicidade enganosa daquilo que era publicidade que tinha a ver com a realidade, e, portanto, obviamente diria: “continuem que vão por bom caminho”. -----

----- De facto, a informação era contestada pela oposição em qualquer sistema político, quando ela pudesse ter algum efeito por corresponder à substância dos factos. Era compreensível também que houvesse essa cautela e exigência de fiscalização, e por isso aceitaram não haver aumento em termos reais uma vez que este era o ano do Euro 2004 e do Rock in Rio, e havia de facto verbas de promoção, quer internamente, quer externamente, que asseguravam, em termos reais, que a informação, aquela que tanto incomodava algumas pessoas, seria menor em 2004 que em 2003. Isso para assegurar aquilo que considerava ser o devido equilíbrio no som das melodias, mesmo que desencontradas, das composições obviamente de autores diferentes, naquela que era a sinfonia democrática. É que havia vários sons, vários tons, mas era natural que todos a gostassem de ouvir, em determinada altura, até determinado nível. Por isso não valia a pena haver polémica excessiva por aquilo que não era essencial. -----

----- Portanto, das propostas da oposição, “aprofundamento da transferência para as Juntas de Freguesia e da descentralização financeira”, a Câmara aceitava até coincidência do FEF, ou seja, com compromissos para anos futuros, porque, como era sabido, aumento no FEF gerava responsabilidade vinculada para aumentos com correcção no índice de preços ao consumidor para os anos subsequentes. Aceitaram também o reforço de verbas para obras em esquadras e aceitaram também o princípio que não deveriam aumentar, em termos reais, as verbas para informação, publicidade ou o que se lhe quisesse chamar. -----

----- Havia outras matérias em que com certeza não se encontraram. E como ontem havia sido dito em reunião de Câmara, estes eram o Plano e Orçamento da actual maioria e não os daqueles que não tinham responsabilidades executivas. -----

----- Prosseguindo, disse que estavam a ser controladas as despesas de funcionamento da própria Câmara, e que caíra nestas semanas o argumento de que havia mais verbas para contratação de pessoal de confiança, quando efectivamente não havia. Mas havia, isso sim, verbas para reforçar os vencimentos de pessoas que estavam na situação de contratadas, de avença ou de recibo verde, com os concursos a decorrer, portanto tinha a ver com pessoas cujos vencimentos antes estavam no Plano de Actividades e agora passaram para despesas correntes. -----

----- Portanto, existia a contenção do orçamento corrente; a Câmara não aumentou, pelo contrário, o seu endividamento, nem o podia fazer, e estava a amortizar as responsabilidades financeiras que tinha; estava a assumir o seu Serviço da Dívida; estava a cumprir as suas responsabilidades para com as empresas em que participava no respectivo capital social; tinha as suas responsabilidades perante fornecedores e credores devidamente asseguradas; portanto, era uma Câmara Municipal que era gerida segundo critérios de eficácia, de seriedade e assegurando o bom nome da instituição Câmara Municipal, nomeadamente nas relações com terceiros. -----

----- Repetiu que não tinham empréstimos, não tinham fundos comunitários, não tinham algum tipo de oportunidades nem tinham grandes eventos. Nem sequer a tal a American Cup, não tinham uma EXPO que permitira que outros, que não a Autarquia, fizessem muitos investimentos na cidade. A Câmara tinha que, fundamentalmente, contar com os seus recursos, e era com eles que geria. -----

----- E seria com esses recursos que em 2004 fariam a construção dos estacionamento em altura. Para além do Túnel do Marquês, que estava em execução ao fim de pouco mais de um ano de mandato, iriam dar início ao chamado Túnel do Rego e ao desnivelamento da Av. Infante D. Henrique. Ambos os concursos estavam em fase adiantada e as obras iriam começar dentro em breve. -----

----- Por outro lado, iriam dar início também a uma outra coisa que anunciaram na campanha e que já realizaram em parte, ou seja, a construção ou a recuperação do espaço público nos bairros municipais. Iriam procurar rentabilizar todo esse património, os fogos municipais, mas nunca num sentido que prejudicasse os actuais locatários desses mesmos fogos. Fosse qual fosse a proposta que viessem a apresentar à Assembleia Municipal sobre essa matéria, uma certeza podia desde já dar: os locatários/arrendatários dos fogos municipais seriam beneficiados com essa proposta e nunca prejudicados, quer no presente, quer no futuro. Seria uma solução que os beneficiaria a eles e beneficiaria a Câmara. -----

----- Aceitaram também não abrir já o debate sobre o futuro da EMEL ou de outras empresas municipais, continuavam a considerar desejável uma profunda reforma na estrutura, no funcionamento e na relação dessa empresa com os munícipes, mas aceitaram o princípio de não fazer esse debate a propósito do Plano e do Orçamento. -

----- A Câmara iria fazer um esforço muito grande na reabilitação urbana, neste segunda fase do mandato iriam junto de outros concelhos, já com ofertas concretas de

casas reabilitadas aos munícipes que trabalhavam em Lisboa mas viviam fora, para que viessem de facto habitar para a cidade, no seguimento até do que ontem, em reunião de Câmara, lembrava o Sr. Vereador Vasco Franco. -----

----- Também na área dos espaços verdes iriam levar a cabo, no ano e meio de mandato que faltava, uma obra profunda. A Quinta das Conchas e o Arco do Cego eram alguns exemplos. Arco do Cego onde, segundo o PDM, era possível construir! Não sabia quantos, no lugar da actual Câmara, nomeadamente nesta situação de aperto financeiro, não diriam que numa zona daquelas podia haver construção para trazer muitas receitas para a Câmara. Mas a opção era por um espaço verde, por uma zona exclusivamente dedicada a esse tipo de enquadramento. E estavam a fazê-lo procurando trabalhar de modo consensual. Não trabalhavam de modo teimoso ou dogmático, até em pontos em que não estavam convencidos da razão dos outros. -----

----- Disse que estava a olhar para o Sr. Presidente da Junta do Lumiar, e queria dizer que ainda não descansara na tentativa de encontrar uma substituição de terrenos para o caso da bomba de gasolina do Alto da Faia. Não tem sido fácil, mas ainda não descansara. Aquela localização não o impressionava, já tinha dito isso, mas se fosse possível encontrar outra seria melhor para tranquilizar os espíritos. Ou seja, iam trabalhar nesse sentido mas sabendo qual era o rumo. -----

----- O rumo de condicionar primeiro o tráfego no Bairro Alto e a circulação nesse bairro e em Alfama. Agora anunciando que iam taxar a circulação durante o dia em zonas que não podiam estar abertas à circulação desordenada de quem quisesse entrar em zonas, por exemplo, como o Chiado. Como dizia ontem Prado Coelho, num artigo no Público, o espaço público era aquele, era limitado, Lisboa tem 84 km² de área, o espaço público era o que era. Os carros aumentavam e quem quisesse ter o luxo de não usar transportes públicos, que nalguns casos eram os melhores da Europa, para o Chiado e quisesse ir de carro sem razões que o justificassem, devia pagar uma taxa de circulação. Os seus colegas de Roma, de Londres, de Paris, de Barcelona, de vários partidos, estavam todos a trabalhar no mesmo sentido, e era também nesse sentido que a Câmara estava a trabalhar desde o primeiro dia do mandato – agora seguia-se a Bica e Santa Catarina – numa lógica de assunção de responsabilidades e de decisões difíceis que não foram tomadas antes. -----

----- Portanto, sublinhava estas duas notas: por um lado, trabalhar sabendo o rumo, sabendo qual o caminho e, por outro lado, ter os ouvidos abertos para saber onde deviam partilhar as decisões com outros, para saberem acolher as propostas de outros, ou seja, encontrar as plataformas de entendimento que permitissem que todos se pudessem rever naquela que era a Lisboa do presente e seria a Lisboa do futuro. Por isso tomaram a posição que tomaram quanto ao casino, porque quando se falava em atraso na questão do Parque Mayer, se tivesse maus pensamentos diria que foi outro caso de habilidade política que ensarilhou toda a questão do Parque Mayer. Se o casino lá estivesse já estava a obra em curso, estava tudo resolvido. O problema da negociação da propriedade, da construção, foi difícil porque se tentara encontrar uma solução consensual. -----

----- Por conseguinte, era trabalhar nesses dois registos simultaneamente: a determinação e a certeza do rumo que queriam seguir, mas saberem caminhar de braço dado com os outros que pensavam de maneira diferente. E fazer um Orçamento de verdade, um Plano de Actividades que correspondia aos compromissos da Câmara, porque era isso que era bonito em política. Saberem não se esquecer daquilo que disseram a quem os mandatou que iriam fazer em nome deles. Poderiam conseguir ou não, os outros os julgariam, mas não podia deixar de formular esta nota antes de terminar esta primeira intervenção. -----

----- Disse, ainda, que por vezes quando lia alguns balanços, e quando lia e estudava alguns inquéritos, chegava à conclusão que nunca mais conseguiam acabar com essa dissonância entre o que o povo pensava e votava nas alturas decisivas, e entre o que se dizia e escrevia nos intervalos da votação do povo, entidade soberana. Quem lesse ou ouvisse durante quatro anos pensava que o mundo era um, mas quem depois via o povo a votar pensava que, afinal, o mundo era outro. Em democracia, num Estado Democrático de Direito, fosse quem fosse que ganhasse, deveria haver maior coincidência e maior equilíbrio. Ainda hoje, para esse balanço de dois anos, eram entrevistadas pessoas, quase todas elas que lhes queriam muito bem, mas era a democracia. Portugal vivia, como o próprio PS vinha dizendo estes dias a propósito de outros assuntos e o próprio Senhor Presidente da República dizia também, um estado complicado, uma fase complicada da vida democrática, e, portanto, teriam que ter todos a tolerância, a capacidade de encaixe, a capacidade de resistência, a determinação e a firmeza para saberem, como dizia o povo, que o azeite vinha sempre ao de cima. -----

----- Por isso e porque estava há muitos anos na política, e estavam todos, sabia que quando a obra era feita as pessoas não se enganavam. Podia haver quem gostasse e quem não gostasse, o importante era que continuava a haver liberdade e continuava a haver responsabilidade. A Câmara respondia por aquilo que fazia! Se lhe perguntassem se estava satisfeito, a resposta seria que nunca estava satisfeito, mesmo que cumprisse o programa todo não estaria satisfeito porque tinha a certeza que haveria sempre mais para fazer nesse dia. -----

----- Mas gostava de ouvir falar que foi possível, nalgumas zonas de Lisboa, tornar o dia-a-dia das pessoas um bocadinho melhor do que estava antes. Mas isso não estava ao alcance da Câmara. O que estava ao alcance de todos era que Presidente da Câmara, Presidente da Assembleia, Vereadores, Presidentes de Junta e Deputados Municipais, para além de todas as diferenças, soubessem trabalhar em conjunto para encontrarem as melhores propostas. Tinham muita matéria para divergir, vinha aí imensa matéria para debater, e no Plano e no Orçamento honrava Lisboa, fosse qual fosse o sentido de voto de cada um, que tivessem sido capazes de conversar e debater na procura das melhores soluções para a cidade, honrando o passado, sendo dignos deste presente e ambicionando um futuro cada vez melhor, principalmente para aqueles que mais precisavam. -----

----- Aliás, ainda hoje, antes de vir para a Assembleia Municipal, encontrou uma senhora que lhe disse que morava no Edifício Concorde, no número 21 da Calçada das

Lages, há 19 anos e não tinha licença de habitabilidade. Tinha 70 anos, queria vender o andar e não conseguia porque não tinha licença de habitabilidade. E também hoje, à entrada do restaurante, foi abeirado por outra senhora que lhe disse que como a Vila Ferro estava para ser demolida os arrendatários há 10 meses que não lhe pagavam a renda, que era o único complemento de reforma que tinha, sendo a sua reforma de 52 contos/mês. Alguns poderiam dizer que era demagogia, mas não era, eram as realidades que todos conheciam da vida. -----

----- A terminar, disse que havia os que comentavam, os que ficavam, os que faziam, os que analisavam, os que discordavam, tinham que fazer isso tudo ao mesmo tempo, e principalmente tinham que ser dignos do mandato que todos receberam. Passaram dois anos, faltava ano e meio, nunca se esquecia de cada folha de cada dia de calendário porque sabia muito bem que o tempo político era inexorável com todos. ---

----- Mas desejava agradecer a todos os Deputados Municipais, e em particular ao Sr. Presidente da Assembleia, a cooperação institucional, independentemente do conteúdo das propostas que houve ao longo das últimas semanas, no sentido de trabalharem para concluir o processo do Plano e do Orçamento. -----

----- **O Deputado Municipal Fernando Saraiva (PS)** usando seguidamente da palavra na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, para apresentação do respectivo Parecer, começou por sublinhar, em nome da Comissão, porque entendiam que o deviam fazer, a disponibilidade demonstrada pela Sra. Vice-Presidente da Câmara para todos os esclarecimentos que, empenhada e atempadamente, prestara à Comissão. -----

----- Depois sublinhou também a qualidade técnica dos documentos, que ano após ano vinham demonstrando uma melhoria, o que à Comissão aprazia registar, sabendo-se já que num futuro próximo iriam ter um novo sistema informático de gestão que lhes iria permitir melhorar muito mais essa análise da informação que estava sucintamente vertida no Parecer apresentado. -----

----- Por fim, disse que a documentação obedecia a todos os requisitos legais em vigor, pelo que a Assembleia poderia sobre os mesmos pronunciar-se. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Apreciar e deliberar sobre documentos essenciais para a actividade do Município, como são as Grandes Opções do Plano e o Orçamento devem merecer atempadamente, o que não foi o caso, na Assembleia Municipal um apurado debate sobre as prioridades e opções estratégicas da maioria que governa a Câmara Municipal, mas também o posicionamento claro de cada força política. -----

----- Pelo que foi aprovado e debatido em Câmara, pelo que tem vindo a lume publicamente, a maioria vai levar a água ao seu moinho, fazendo aprovar estes documentos com um conteúdo muito negativo para a cidade, embora com algumas cedências às críticas da oposição, designadamente do PCP. -----

----- Antes de entrarmos nas questões concretas do Plano e Orçamento, gostaríamos de afirmar que logo que foi dada a hipótese de serem aceites alguma alterações

pontuais, o PCP não foi ouvido, de forma displicente e sem respeito pelo direito da oposição, o que já sucede por várias vezes. -----

----- Não foi ouvido antecipadamente à discussão na Câmara, tal como a lei exige. Aliás, o direito da oposição não está a ser cumprido, e, por isso todo este processo subverte este direito. Não é só quando a maioria na Câmara não consegue os seus intentos que vai procurar consensos para os seus fins. -----

----- O ser oposição responsável é votar conscientemente, consoante o que é positivo ou o que é negativo para a cidade e não é por razões táticas ou de afirmação eleitoralista que o PCP o faz. -----

----- Aquilo que se está a decidir já é uma assunção do papel e do valor do voto do PCP que conta decisivamente na Assembleia. Por isso é uma mistificação dizer sistematicamente que se é oposição responsável e que conta para alterar. -----

----- Se a oposição chumbasse o Plano e Orçamento, a Câmara teria de gerir por duodécimos, o que seria negativo, ou então seriamente teria de aceitar as propostas e alterações significativas, que contribuíssem para uma gestão mais equilibrada e do interesse dos lisboetas. -----

----- O PCP vota contra, mas porque considera que todo este Orçamento e opções que aqui estão a ser debatidos não correspondem às prioridades da cidade, nem das próprias intenções anunciadas pelo Sr. Presidente da Câmara, em particular no seu preâmbulo do Plano de Actividades para 2004. -----

----- Diz o Sr. Presidente que ‘este é um Orçamento realista e que a Câmara está a viver apenas com as suas receitas próprias com base nas actividades económicas que o Município gera’ que ‘os Municípios entraram numa nova fase financeira, não podem recorrer a fundos comunitários nem a financiamentos’ que ‘não podem prever o mesmo nível esperado em 2003 em alienação de património’. (estou a citar). -----

----- Devido às críticas apresentadas pelos Vereadores do PCP na CML, a nova versão do orçamento vem baixar a receita proveniente de impostos e taxas aumentando a receita proveniente da alienação de património, designadamente terrenos e fogos. -----

----- Esperamos que este Plano e Orçamento não venham a ser completamente adulterados, subvertendo os documentos aqui aprovados, após dezenas de alterações que forem apresentadas ao longo do ano tal como sucedeu em 2003. -----

----- Ao serem retirados 50 milhões de Euros relativos à intenção da venda de capital social da EMEL ao privado e compensar essa operação com um aumento previsto com alienação de outro património. Primeiro, está provada a artimanha de fazer passar o Plano e Orçamento, com pézinhos de lã, uma estratégia de privatização de serviços públicos, do espaço público e de instrumentos fundamentais de regulação da cidade. A sua retirada não se deve a deixar cair esta questão por justa razão de não ser discutida e aprovada na Câmara e na Assembleia com a devida importância que merece, deve-se apenas a uma questão tática. Este intento vai certamente voltar a ser colocado pela actual maioria até porque a apetência do privado é grande. Para nós, PCP, está clara a nossa posição, estamos contra e desde já o afirmamos, para que não haja dúvidas, assim o façam também outras forças políticas responsáveis da oposição. O espaço público é de todos, não é negócio! -----

----- Quanto à alienação do património, não somos contra, desde que haja uma estratégia bem definida, com objectivos bem definidos, que não ponha em causa o futuro do interesse público nas mãos dos privados e da dependência futura do Município das suas estratégias. Ao que parece não é esta a preocupação da maioria. --

----- Existindo a previsão no Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa, vários milhões de Euros de transferências para as empresas municipais, perguntamos, em que se fundamentam estes valores, se continuam a não ser apresentados na Câmara, nem é do conhecimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os Planos de Actividade e Orçamentos dessas empresas. -----

----- Entre outras questões é também curioso que nas receitas se provejam menos de metade das verbas de apoios da Administração Central para a Habitação e a Educação. O Município substitui-se assim ao Governo nas suas competências? Quando acaba por assumir novas responsabilidades como é o caso dos fogos que vêm do IGAPH. -----

----- E as Esquadras da PSP agora orçamentadas, e outras que também fazem falta, também passam para a responsabilidade do Município? -----

----- Esperemos que Lisboa não fique com novas esquadra vazias, tal como alguns centros de saúde estão por essa cidade. -----

----- O Sr. Presidente afirmou que o problema está nas receitas, mas pergunta-se face ao 'altruísmo' e 'solidariedade' que registamos 'amor pela coesão nacional quando abdica, e apela ao Município do Porto também, de verbas e benefícios decorrentes de alterações na legislação sobre receitas municipais em favor de outros Municípios. E o amor aos lisboetas, que são muitos mais e que vêm problemas graves que subsistem a serem protelados porque não há verbas! Até parece que Lisboa está a participar na pré-campanha eleitoral nacional. -----

----- Sr. Presidente, já que é tão influente neste Governo e no seu Partido porque não luta pelo fim do endividamento zero, participações do Estado e acesso a fundos comunitários para os Municípios tal como o têm feito colegas seus, eleitos pelo PSD.-

----- Ao que parece o Senhor também considera que esta é uma medida de grande injustiça! E na Câmara está aceite esta política do Governo. -----

----- Srs. Deputados Municipais. -----

----- Estas são razões de sobra que suportam a nossa convicção de que este é o pior Plano e Orçamento de sempre, muito negativo para a Cidade, mas queria ainda referir algumas questões, para nós também muito importantes: -----

----- As verbas totais previstas no Plano de Actividades de 2004, baixam cerca de 85 milhões, face às verbas totais previstas para 2003, o que denota uma baixa capacidade de execução prevista por este Executivo face a anos anteriores. -----

----- A relação entre as despesas correntes e as despesas de capital está perigosamente próxima do limite legal, estando previstos em orçamento 55% para despesas correntes e 45% para despesas de capital. -----

----- Em termos de despesas de capital é de realçar a enorme diminuição das verbas relativas as construções diversas (menos 80 milhões de euros), obras relativas a viadutos, arruamentos esgotos, iluminação pública, parques e jardins, entre outras. ---

----- Continua sem estar prevista por exemplo, a conclusão da 1ª Circular (Olaias/Infante D. Henrique), o que inclui a ligação da Paiva Couceiro e a consequente construção da nova sede da Junta de Freguesia de São João. -----

----- Quanto a outras despesas de grande importância, realçamos por exemplo que na área do desporto, estão previstos para apoio às colectividades, um total de 6,1 milhões de euros dos quais, apenas 950 mil euros serão distribuídos pela globalidade das colectividades, 6 milhões vão apenas para três entidades (CNN, Centro Hípico de Monsanto e Belenenses). -----

----- As verbas para as Juntas de Freguesia sofreram alteração positiva, o que vem provar que todas as preocupações que o PCP tem vindo apresentando são justas. Falta neste Orçamento o mapa da distribuição das verbas por todas as Juntas de Freguesia, o que pode indiciar alguma discricionariedade na sua atribuição. Por outro lado a falta de critérios e de transparência na atribuição das verbas nos protocolos de delegação de competências, é uma preocupação que continuamos a deixar nesta discussão. -----

----- Quanto às bandeiras do Sr. Presidente: -----

----- No orçamento o Parque Mayer continua a ter 15 Milhões de Euros previstos para a operação de permuta com os terrenos da Feira Popular. Mas, já depois da apresentação deste orçamento foi agendado e retirado em reunião de Câmara uma proposta para a expropriação dos terrenos do Parque Mayer (operação para o qual será preciso uma grande disponibilidade financeira). -----

----- Segundo os jornais, o negócio da permuta já foi ao ar, afinal em que é que ficamos? E os projectos de Frank Gehry, quanto custam afinal? -----

----- E a Feira Popular? E o que se pretende fazer, de facto, com os terrenos da Feira Popular? -----

----- Em resumo: Mais consumo interno, mais propaganda e promoção pessoal, menos obra. -----

----- Face a toda esta grandiosa mistificação, para esconder toda uma grande incapacidade e incompetência para realizar obra, (senão vejamos a taxa de execução do Plano de Actividades que em Outubro era de 22%!) como poderiam os eleitos do PCP votar favoravelmente um Plano e Orçamento que esquecem os lisboetas e a sua cidade, em paralelo com notícias na comunicação social e propostas avulsas no Município que visam apenas fomentar o betão e a grande especulação imobiliária. ----

----- Não! Para isto, connosco não contam!” -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, depois de desejar a todos um bom ano de 2004, disse que estavam ali a discutir um documento fundamental para que o Executivo pudesse aplicar a sua política, o seu programa. Um orçamento não era uma proposta qualquer, não era uma lei qualquer. O orçamento é um instrumento de execução da política municipal, e o PS, por princípio, não gostava de fazer aos outros aquilo que por vezes lhe fizeram a si à partida, isto é, chumbavam e chumbavam mesmo e estavam contra porque estavam contra. O PS sempre reconheceu que quem ganhava as eleições devia ter condições para poder governar, sempre reconheceu que um orçamento – e dizia-o quando estava na oposição, disse-o quando estava no Governo e foi vítima das atitudes demagógicas da maior parte da

oposição na Assembleia da República, exceptuando os tempos em que o Dr. Marcelo Rebelo de Sousa foi líder do PSD – era um instrumento para que quem ganhasse as eleições pudesse aplicar a sua política. Portanto um orçamento é, ao fim e ao cabo, a arma fundamental para respeitar o sentido do voto popular. -----

----- Portanto, nesse sentido, o Dr. Pedro Santana Lopes ganhara as eleições, não ganhara porque o seu antecessor tivesse sido julgado negativamente pelo eleitorado, quem vencia por 800 votos vencia porque a roda da sorte caíra para esse lado, era evidente. Houve, com certeza, uma atracção pelo diferente, pelo curioso, mas a verdade era que ninguém de boa-fé podia dizer que quem então estava na Câmara foi condenado pelo eleitorado porque quando isso acontecia surgiam maiorias absolutas ou maiorias bem expressivas, o que não foi o caso. -----

----- Por conseguinte, a posição do PS, à partida, quando lhe era apresentado um orçamento, era uma posição de considerar o orçamento como um instrumento para se executar uma política que foi sufragada pelo eleitorado e que, por isso mesmo não deveria merecer um boicote ou uma rejeição *a priori*. -----

----- No entanto, o Orçamento inicial apresentado pela Câmara era para o PS inaceitável! Ultrapassava qualquer sentido de condescendência por parte do PS, e era inaceitável porque queria, pela via orçamental, aprovar um conjunto de situações que tinham que ser debatidas noutro contexto, e o PS nunca poderia aceitar passar um cheque em branco através da aprovação de um orçamento. -----

----- Estava-se a referir, segundo disse, à privatização das empresas municipais, da EPUL e em particular da EMEL, empresa essa que a Câmara deixara degradar propositadamente para favorecer uma privatização mais fácil e mais rápida. A EMEL estava degradada nos seus serviços, era uma verdade, o estacionamento era um caos na Cidade de Lisboa, já não se estacionava em segunda mas em terceira fila, e, portanto, não tinham dúvidas nenhuma que a estratégia da privatização da empresa pela via orçamental era inaceitável. Por isso, não poderiam aprovar um Orçamento que por essa via estava a fazer uma privatização. -----

----- Por outro lado, também repararam logo que havia duas omissões gravíssimas, a primeira das quais tinha a ver com as questões da segurança e que o PS levantara sem complexos porque o problema da segurança dos cidadãos não era propriedade da direita nem de ninguém em particular. A esquerda não tinha complexos em assumir as questões da segurança e discuti-las com quem quer que fosse, e o PS entendia que havia em Lisboa uma sucessiva deterioração das questões que tinham a ver com a segurança. Havia maior criminalidade, o que estava associado ao abandono das políticas sociais e à forma como a Câmara tem tratado também a toxicod dependência, e nalguns bairros periféricos da cidade as situações eram particularmente graves. Todos sabiam o que se estava a passar na Ameixoeira, pelo que para o PS era completamente inaceitável que o Orçamento da Câmara, mesmo não sendo o do PS, não desse um sinal claro aos cidadãos de que estavam preocupados com esse problema. -----

----- Portanto, para o PS não se tratava de aceitar ou viabilizar qualquer espécie de Orçamento que omitisse, de uma forma muito liminar, as questões que tinham a ver com a segurança de pessoas e bens. Tanto mais que o Sr. Presidente da Câmara, no

seu programa, lhes prometeu mundos e fundos sobre essa mesma matéria: reforço da Polícia Municipal, reforço do policiamento na Cidade de Lisboa, nada disso estava a acontecer e agora, ainda por cima, havia a desfaçatez de apresentar um Orçamento que sobre segurança era zero, não havia uma única linha no Plano de Actividades sobre essa matéria. -----

----- Essa era uma situação que o PS não podia aceitar, até porque era um problema concreto que preocupava os cidadãos que viviam em Lisboa. Portanto, na análise que fizeram, disseram muito claramente que não podiam viabilizar um orçamento que privatizasse empresas municipais por essa via e que sobre segurança não tivesse uma única palavra nem uma dotação significativa para introduzir os equipamentos que eram necessários, alguns dos quais já previstos para a cidade. -----

----- Uma outra lacuna muito grave no Orçamento, que justificou a posição que o PS assumira na primeira reunião da Câmara em que o mesmo foi debatido, tinha a ver com as políticas de descentralização para as freguesias. Não se podia ser descentralizador de boca, não se podia dizer que se defendia a descentralização e depois praticar-se o contrário. Por isso, as verbas que estavam previstas, quer ao nível do FFF – Fundo de Financiamento das Freguesias, quer ao nível da descentralização através dos protocolos, consideraram-nas insuficientes e conseqüentemente manifestaram a intenção nessa altura – e tiveram pena de ter que chegar a essa conclusão – de não aprovar o Orçamento apresentado pela Câmara. -----

----- Disse, ainda, que para já não queria falar da publicidade, falaria mais adiante, mas também lhes pareceu de muito mau gosto e de muito mau tom, diminuir-se na segurança, não privilegiar as freguesias e aumentar-se as verbas para a publicidade. E esse “caldinho” no seu conjunto, mais a privatização das empresas municipais, evidentemente criara condições para que o PS não viabilizasse o Orçamento e dissesse logo que votariam contra. -----

----- No entanto entendera a Câmara, e a seu ver bem, convidar os partidos políticos para os ouvir. Se calhar deveria tê-lo feito logo de início, antes de apresentar a proposta orçamental. Não o fez, mas depois de saber que o PS e as outras forças políticas da oposição votariam contra, decidiu ouvir a opinião dos partidos sobre o respectivo Orçamento. -----

----- O PS foi sem complexos conversar com a Câmara, porque, evidentemente, era sua obrigação, quando se votava contra um orçamento tinha que se dizer a razão porque se votava contra. E o que disseram às pessoas que, em nome da Câmara, conversaram com eles, foi que para o PS era inaceitável aprovar o Orçamento por essas razões, e fizeram então propostas muito concretas sobre aquilo que achavam que eram as condições mínimas para poderem viabilizar o Orçamento. -----

----- E essas condições mínimas eram o reforço da segurança com a criação de equipamentos para se poder implementar esquadras de proximidade, um conceito que ao PS era caro e que julgava que o Sr. Presidente da Câmara não repudiava, portanto fizeram propostas concretas para que fossem implementadas cinco novas esquadras. Também disseram que era preciso apostar na descentralização e nesse sentido apresentaram duas propostas muito concretas em relação às freguesias, a primeira

relativa ao reforço de um milhão de euros para o FFF, e a outra relativa ao reforço de um milhão de euros para os protocolos de descentralização de competências, tendo o PS então afirmado que era fundamental que fosse de novo reimplantado o princípio do protocolo para as obras particulares, que com bastante sucesso foi executado nos anteriores mandatos, mas que, inexplicavelmente, no actual mandato foi cortado. -----

----- Como era óbvio, também disseram que não podiam aceitar a privatização da EMEL, portanto também era condição que essa receita fosse excluída do Orçamento. E sobre a publicidade também disseram que para o PS era inaceitável o aumento orçamentado. -----

----- Entendeu a Câmara, e a seu ver bem, aceitar as exigências do PS para que pudessem viabilizar o Orçamento. Ficava registado!-----

----- Com tudo isso a cidade ficou a ganhar, com tudo isso deixaram de existir as condições para que o PS pudesse inviabilizar o Orçamento. Portanto, a cidade ficou a ganhar e desejava registar que se Lisboa ia ter cinco novas esquadras, uma na Rua das Açucenas, Freguesia da Ajuda, outra na Rua Alfredo Bensaúde, na Freguesia de Santa Maria dos Olivais, outra no Bairro da Bela Flor, outra no Bairro Novo do PER, na Freguesia da Ameixoeira, e outra no Alto do Lumiar, tal se tinha ficado a dever às exigências do PS para que assim tivesse que ser para que pudesse aprovar o Orçamento. -----

----- Portanto, registavam a cedência da maioria, que era importante para a cidade e com isso ficavam satisfeitos. -----

----- Mas faltava uma coisa! Já ali foi dito, e bem, que esses equipamentos não podiam ficar prontos e depois não haver polícia para lá meter. E quanto a isso repetia aquilo que já ali tinha dito muitas vezes, até alguém já lhe disse que tem estado a elogiar o Presidente da Câmara, não sabia se estava a elogiar ou não mas sim que estava a constatar um facto: é que o Sr. Presidente da Câmara, a seguir ao Dr. Durão Barroso, era o político mais influente no País. Era o n.º 2 do PSD, percorria o País inteiro, socorria o Governo e apagava os fogos todos de todos os disparates que o Governo ia fazendo, e, portanto, só não tinha mais polícias na Cidade de Lisboa se não quisesse ou não fizesse por isso. -----

----- Por isso, o que dizia ao Sr. Presidente da Câmara era que se esquecesse um bocadinho da campanha presidencial, que desse um murro na mesa e dissesse ao Senhor Ministro da Administração Interna ou ao Senhor Primeiro-Ministro que precisava de mais polícias na Cidade de Lisboa. A fórmula já existia, foi aplicada pela anterior coligação através de protocolos de cooperação e de cedência entre a Câmara Municipal e o Ministério da Administração Interna, portanto tinham agora todas as condições para equipar essas esquadras com polícias de proximidade. -----

----- Aconselhava, a quem não conhecia, por exemplo a esquadra do Bairro Padre Cruz, que era uma esquadra exemplar de polícia de proximidade, que foi instituída ainda no tempo da anterior coligação e era isso que queriam para a Cidade de Lisboa. Eram esquadras inseridas no meio social onde estavam implantadas, com intervenção social, conheciam as pessoas, dialogavam com a juventude, e isso, evidentemente, tinha um efeito dissuasor da prevenção da criminalidade. -----

----- Portanto, ali ficava agora o desafio e o convite ao Sr. Presidente da Câmara: aceite por parte da Câmara essa exigência do PS em relação às esquadras, era necessário que tomasse agora as medidas que conseguisse tomar, e tinha poder para isso, para conseguir os meios policiais necessários para que essas esquadras pudessem vir a funcionar tal como desejavam. -----

----- A segunda coisa que constatavam como benefício concreto para a cidade, era o reforço de 2 milhões de euros para as freguesias. Mesmo aqueles partidos políticos que não iriam viabilizar com os seus votos o Orçamento, iam beneficiar com esse reforço de verbas que propuseram para as Juntas de Freguesia. E estavam muito satisfeitos com isso, porque a descentralização, como já referira, não bastava anunciá-la, era preciso praticá-la, e um euro gasto por uma Junta de Freguesia era sempre melhor gasto que pelo Poder Municipal, assim como um euro gasto pelo Poder Municipal era sempre melhor gasto que pelo Poder Central. -----

----- Por isso mesmo o princípio da descentralização era um princípio positivo, que foi reforçado agora pelo reforço de verbas que o PS solicitou que fosse feito para que pudessem viabilizar o Orçamento. Mas queria registar que os principais beneficiados com esse reforço de verbas, ao nível dos protocolos, seria a acção social, coisa que muito os aprazia, assim como a intervenção em prédios particulares porque brevemente o PS apresentaria uma proposta em sede de Câmara Municipal. Portanto, estavam satisfeitos com essa cedência por parte da Câmara indo ao encontro das preocupações do PS. -----

----- Continuando, aludiu à publicidade dizendo que sabia que o Sr. Presidente da Câmara não podia viver sem ela. O PS estava preocupado, e está, porque no quadro global daquilo que estava proposto no Orçamento, até era mau para a imagem do Sr. Presidente da Câmara! Agora diminuía-se na segurança e nas verbas para as Juntas de Freguesia e aumentava-se na publicidade? Evidentemente disseram que isso não era aceitável! -----

----- Percebiam que havia, de facto, dois eventos extraordinários na Cidade de Lisboa: o Euro 2004 e o Rock in Rio, e já os informaram que desse conjunto de dotação orçamental que estava previsto para essa rubrica se iriam despende, em matéria de publicidade, 800.000 euros com esses dois eventos. Aceitaram a explicação e com isso estavam dissipadas as dúvidas que tinham nessa matéria. Portanto, o assunto, neste caso, estava encerrado. -----

----- Mas continuavam a estar perante um Orçamento que, no entender do PS, era um mau Orçamento. Era um Orçamento injusto, era um Orçamento que não tinha um investimento nas políticas sociais como deveria ter, mas a partir de agora o Sr. Presidente da Câmara também não tinha mais nenhum alibi para continuar o estado de coisas que tinham na cidade. Lisboa estava desleixada, estava a andar para trás, estava pior naquilo que dizia respeito à qualificação do seu espaço urbano. Os passeios estavam piores, a higiene urbana estava extremamente degradada, a insegurança estava a aumentar, e aquilo que a Câmara fazia em reabilitação urbana, como por exemplo na Rua da Madalena, era muito bonito, saltava muito à vista, a comunicação social gostava muito, fechou-se uma rua para reabilitar a Rua da Madalena, mas

perguntava ao Sr. Presidente da Câmara por que não começou pela rua ao lado, pela rua atrás! Nessa não se podiam pôr painéis mas morava muito mais gente! Também aí havia um certo conceito de espectáculo, enfim, era da vida, mas o PS gostaria que fosse feito de outra maneira. -----

----- Portanto, o Sr. Presidente da Câmara deixava de ter alibis para continuar a justificar essa trapalhada que era o Parque Mayer, com o casino ou sem casino, porque nessa matéria deu as cartas todas: primeiro, ainda em campanha eleitoral, disse que ia reabilitar o Parque Mayer em oito meses, depois esperou nove meses para começar a falar do Parque Mayer, foi buscar uma solução do seu antecessor com a qual o PS não concordava e disse logo que não concordava, portanto nem sequer foi uma ideia original. Depois percebera que havia uma firme oposição na Assembleia Municipal de não aceitar qualquer alteração ao plano de pormenor que incluísse um casino, e retirara o projecto do casino. Ainda bem que o retirou! -----

----- Mas tirou da manga um nome que de facto era inultrapassável, o Arqtº Frank Gehry, a que a oposição não criara obstáculo nenhum, mas já havia uma trapalhada tal com o Arqtº Frank Gehry que já não se sabia quanto era que ele iria ganhar, quem era que lhe ia pagar, como era que isso ia ser. Já aprovaram ali uma permuta de terrenos, mas já não havia permuta de terrenos, depois falou-se em expropriação e já não havia expropriação, enfim, era uma trapalhada total! -----

----- E tudo isto só era possível porque havia outras prioridades que o Sr. Presidente da Câmara tinha que faziam com que não se dedicasse, como se deveria dedicar, a essas questões centrais para a Cidade de Lisboa. Mas, a partir de agora, não tinha alibis para não resolver essa questão a contento da cidade, porque o PS queria que o Parque Mayer fosse recuperado. Era evidente que queriam! Agora, era evidente que não se podia recuperar o Parque Mayer por *outdoors*, tinha que se fazer obra e ela ainda não estava à vista, nem sabiam qual iria ser a solução. -----

----- Por outro lado, estava a fazer o Túnel do Marquês com o qual o PS sempre discordara. Nunca puseram em causa a legitimidade para o fazer, foi uma promessa da campanha eleitoral, talvez a única que estivesse a ser cumprida, mas disseram sempre que era um erro, um erro estratégico para a cidade, que contrariava outros compromissos do Sr. Presidente da Câmara, pois não se percebia como se poderiam tirar carros de dentro da cidade quando se fazia uma auto-estrada para eles entrarem mais rapidamente para dentro da cidade. Com certeza o Sr. Presidente da Câmara aperceber-se-ia mais tarde do gravíssimo erro que estava a fazer com a construção desse túnel. Mas, como ele próprio disse a verdade era como o azeite, vinha sempre ao de cima, e com certeza daqui a algum tempo lhe daria razão quando o túnel estivessem em funcionamento. -----

----- A terminar, disse que o Sr. Presidente da Câmara já cumprira metade do seu mandato, e para além da muita simpatia e do muito *show off* que tinha, a única coisa que podia dizer-lhe era que aquilo que fez na Cidade de Lisboa foi zero, completamente zero, mas esperavam que neste ano e meio de mandato que faltava fizesse alguma coisa em benefício dos lisboetas e da cidade. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, leu o

seguinte documento: -----
----- “Quando no ano passado discutimos aqui o Plano e o Orçamento para 2003, ouvimos o Sr. Presidente da Câmara dizer que ‘a Câmara previa verbas para esse mesmo Plano na ordem dos 330 milhões de euros para o ano de 2003, ou seja, havia recursos na ordem dos 200 milhões de euros que o Executivo teria que ter a imaginação, a capacidade, diria mesmo nalguns casos o rasgo para conseguirem juntar àqueles que podiam ser tidos como receitas previsíveis do Município’. -----
----- Este ano ouvimos o Sr. Presidente da Câmara dizer que ‘a opção feita para este ano foi procurar tornar mais realista, cada vez mais realista o Orçamento do Município no que respeita à previsão de receitas’. -----
----- Não sei se foi a falta de imaginação, se foi falta de capacidade, ou se foi a falta do tal rasgo ao Executivo em 2003, que levou o Executivo a apresentar agora um Orçamento mais realista, mas a verdade era que se este era realista o anterior não terá sido realista. -----
----- Relativamente às Grandes Opções do Plano 2004-2007, o primeiro comentário que temos a fazer, é que, quando confrontamos o Plano com a introdução do Sr. Presidente da Câmara, chegamos à conclusão que a ‘bota não bate com a perdigota’, ou seja, que os desafios ou as prioridades que são enumeradas no texto inicial, não têm depois correspondência ao nível dos números inscritos no Orçamento. -----
----- Fala-se na melhoria dos níveis de mobilidade, e basta ver as dotações previstas para as estruturas viárias que conhecem quedas acentuadas e só o Túnel das Amoreiras, que é, aliás, uma teimosia que contraria o PDM e todos os outros instrumentos de ordenamento do território, e até os parceiros das grandes cidade que citou há pouco vão no sentido de que os carros não devem atravessar o centro, seja por túnel, seja à superfície. -----
----- Trabalhar muito para aqueles que menos têm e mais precisam, mas as verbas para a intervenção social também caiem. Por exemplo, no Plano consta para a Acção Social em 2004, uma verba de 767.820 €, ou seja, vinte vezes menos do que se prevê gastar com o Túnel das Amoreiras. Estamos a falar de um ano apenas. -----
----- Uma outra nota que me parece evidente, no que diz respeito ao Plano Plurianual de Investimentos é o facto de estarmos perante uma espécie de ‘sacudir as verbas para o futuro’. Por todo o documento é visível esta remissão para o futuro, vou reportar-me apenas a alguns projectos que têm que ver com questões ambientais. -----
----- Comparando as verbas previstas no Plano Plurianual de Investimentos do ano passado com o que está em discussão, as verbas para o ano de 2004 caiem a pique: ---
----- Parque periférico: de 2.187.834 € para 325.000, uma diferença de um milhão e oitocentos mil euros. -----
----- Quinta das Conchas e dos Lilases: 4,8 milhões no Plano Plurianual de Investimentos 2003/2006, caiem para 100.000 €, são menos 4,7 milhões de euros. Instalação de espaços verdes: de 7 milhões de € para 820.000 €, são menos 6.000.000. -----
----- E até a previsão para a sensibilização ambiental que era apenas de 50.000 cai para os 30.000 €. -----
----- Depois, sobre o Observatório da Segurança, que é feito dele, não o encontramos referido no Plano de Actividades. -----

----- Quando a segurança é uma das principais preocupações dos Lisboaetas é com muita apreensão que “Os Verdes” constatarem a sua eliminação dos documentos que estamos a discutir. -----

----- O mesmo se diga da Agência Municipal de Energia, da qual também não encontramos quaisquer referências. -----

----- Em síntese, não encontramos neste Plano e neste Orçamento, verdadeiras opções estratégicas que procurem dar resposta aos problemas da cidade e dos cidadãos de Lisboa. “Os Verdes” vão portanto votar contra. -----

----- Apenas duas notas que têm a ver com a publicidade. -----

----- Não vou falar de valores gastos, nem de previsões de valores para a publicidade, pretenda apenas chamar a atenção da Câmara para duas questões. -----

----- No final do Ano Europeu da Pessoa com Deficiência, estavam espalhados pela cidade vários cartazes que diziam o seguinte: ‘Estamos a eliminar as barreiras arquitectónicas para os deficientes’. -----

----- Eu não vou afirmar que a Câmara está a faltar à verdade, se bem que considere que não tenha havido uma intervenção sistemática nesta área, mas cartazes como estes, mais do que trabalho feito, revelam falta de noção sobre os problemas, é que, em rigor, a questão das barreiras arquitectónicas não tem a ver com as pessoas com deficiência, mas sim com os dificultados da mobilidade, sob pena de estarmos a considerar que um idoso ou uma pessoa com um carrinho de bebé, também são portadores de deficiência. -----

----- A segunda nota, tem a ver com os cartazes que dizem: ‘onde é que estavam aqueles que estão contra a construção em altura’, estes cartazes, que confundem a defesa da regulamentação do ordenamento do território, com a construção em altura, não pretendem informar nenhuma obra da Câmara, não visam sensibilizar os cidadãos de Lisboa para o que quer que seja, pretendem apenas e tão só atacar ou responder a argumentos de natureza política. Estes cartazes, não têm nada a ver com informação da Câmara, estes cartazes dizem respeito ao combate político e se é de combate político que se trata, os custos destes cartazes não deveriam ser suportados pela Câmara, não deveriam ser pagos pelo contribuinte, mas sim pelo PSD. -----

----- Nos sucessivos mandatos da coligação anterior as prioridades e objectivos eram claros. Essa coligação afectou cerca de 50 milhões de contos ao saneamento básico. --

----- A título de exemplo, no último mandato o objectivo era o fim dos bairros de barracas. Para esse fim foi construída habitação para realojar cerca de 60.000 pessoas, foi igualmente definida a intervenção de renovação urbana e social do Casal Ventoso.

----- Estes objectivos (aliás também apoiados pelo PSD e pelo CDS-PP) consubstanciavam não só medidas de dignidade humana, mas uma concepção de cidade, e a absoluta consciência de que o futuro de Lisboa estaria sempre condicionado à resolução e infraestruturção associada às questões desses bairros. A Alta de Lisboa só é possível porque o território foi objecto de ordenamento e a população de realojamento. -----

----- Neste momento, a única medida que claramente se vislumbra como estruturante é apenas o Túnel do Marquês. -----

----- Em suma, nós não encontramos neste Plano e Orçamento verdadeiras opções estratégicas que procurem dar resposta aos problemas da cidade e dos cidadãos de Lisboa, pelo que “Os Verdes” vão votar contra.” -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, depois de desejar um Bom Ano de 2004 a todos os presentes, começou por dizer que antes de dar a opinião do BE sobre a proposta de Orçamento e Plano de Actividades, era preciso tratar algumas questões prévias e de metodologia, porque conforme a metodologia que usassem podiam tirar umas conclusões, ou conforme outra metodologia podiam tirar outras conclusões. As verdades não existiam em abstracto, e já que o Sr. Presidente da Câmara achava que era um Orçamento de verdade, seria bom que conseguissem encontrar quais eram as metodologias. -----

----- E numa primeira nota sobre essa matéria das metodologias, desejava saudar o Sr. Presidente da Câmara, e em particular a Sra. Vice-Presidente, pela atitude que tiveram ao solicitar reuniões aos vários partidos da oposição, nomeadamente no que dizia respeito ao BE. Agradeciam essa deferência porque era um novo caminho que entendiam ser importante e positivo para conseguirem encontrar consensos e pontos de acordo para melhor servirem Lisboa. -----

----- Contou que o Chefe de Gabinete da Sra. Vice-Presidente lhe telefonou num sábado, véspera de Natal, solicitando-lhe uma reunião com alguma urgência exactamente para ouvir a opinião do BE sobre o Orçamento, o que naturalmente agradeceu, mas respondeu-lhe que de acordo com a realidade objectiva dessa lei das autarquias, em primeiro lugar nenhum dos Deputados Municipais do BE era funcionário da Câmara, portanto tinham outros afazeres, em segundo lugar, não tinham propriamente funcionários a não ser neste momento uma secretária no gabinete como todos os outros partidos, e, em terceiro lugar, porque como não estavam na Vereação tinham acabado de receber o Orçamento e ainda não tinham tido capacidade sequer de o ler, e quando davam opiniões gostavam de as dar fundamentadas e com análises sérias porque não eram oposição por ser da oposição. -

----- Portanto, chamava a atenção que nunca reivindicaram isso mas talvez fosse bom método passarem a reivindicar e a usar. É que existia uma lei no País, chamada Lei do Direito de Oposição, que dizia, nomeadamente, que em questões centrais como o Orçamento e o Plano, as maiorias, fossem do Governo Central ou das autarquias, deviam, antes de apresentar os documentos aos órgãos executivos, consultar os partidos da oposição – partidos e não os Deputados Municipais como neste caso – enviando-lhes uma carta com a respectiva proposta e solicitando-lhes que dissessem o que tinham a dizer sobre ela. -----

----- O BE queria dar o seu contributo de forma positiva, séria e clara, nessa altura não podiam fazê-lo porque tinham recebido os documentos dois dias antes e não tinham tido tempo para os analisar e, portanto, marcaram uma reunião para o dia 29 de Dezembro. E nessa reunião disseram à Sra. Vereadora que devido às Festas do Natal não tinham conseguido fazer um estudo colectivo sobre propostas a apresentar para o Orçamento, mas que tinham algumas questões de fundo que gostavam de colocar logo à partida, nomeadamente que qualquer coisa que cheirasse a privatizações de serviços

camarários ou de empresas municipais seriam inegociáveis da parte do BE, quer em termos de inscrição no Orçamento, quer em termos de inscrição em qualquer ponto da ordem de trabalho. Que ficasse desde já claro que para o BE era inegociável essa posição neo-liberal que o PSD tinha ao nível de todo o País, que era privatizar, privatizar, privatizar. -----

----- Referiu que há dias, a um jornalista que lhe perguntou qual a sua opinião sobre a privatização de parte do capital da EMEL, respondeu que entendia que um Executivo que tinha 100% do capital e não conseguia nomear um gestor à maneira para gerir bem uma empresa e era preciso privatizar para ela ser bem gerida, estava a passar a si próprio um atestado de incompetência de gestão. Não encontrava outra explicação! Aliás, não sabia porque era que às vezes a mesma pessoa era má gestora quando o capital era municipal e era boa gestora quando o capital passava a ser privado. -----

----- A Sra. Vice-Presidente respondeu-lhes: “o PS também já propôs isso e nós retiramos”. Portanto, posta de lado essa questão, estudaram o Orçamento para poderem dizer quais eram as propostas que o BE tinha a apresentar à Câmara. -----

----- Desde logo constataram que o primeiro grande objectivo apresentado pelo Orçamento era o da reabilitação urbana, o da recuperação da cidade, e quanto a essa matéria pretendia dizer à Vereação que o BE estava 100% de acordo com o facto desse ser o primeiro objectivo a atingir na cidade. Estavam de acordo que o primeiro objectivo fosse recuperar a cidade, recuperar o parque edificado fosse ele camarário, cooperativo ou privado, e, portanto, foram ver o que era anunciado em termos de haver um aumento de cerca de 36% nas verbas para esse objectivo. -----

----- E em que era aplicado esse dinheiro? Era para a Baixa-Chiado, Alfama e Castelo, Mouraria, Bairro Alto e Bica, Madragoa e outros, mas pelos valores orçamentados seria a continuação daquilo que o anterior Presidente da Câmara e o Vereador António Abreu vinham fazendo em termos da recuperação dos bairros históricos. Achava muito bem que fossem recuperados os bairros históricos, mas perguntava onde estava a recuperação do parque habitacional da cidade. -----

----- Disse que a sua mãe mora no Arco do Cego, exactamente em frente da Carris, e há dias caiu parte da escada porque apesar de ter uma carta há dois anos na Câmara a pedir uma intervenção continuava à espera. -----

----- Por outro lado, da varanda de sua casa, na zona da Estefânia, via as traseiras todas da Rua Pascoal de Melo e constatava que havia edifícios que não tinham sequer as marquises, ou tinham metade das marquises mas não tinham escadas. -----

----- Estes eram apenas alguns exemplos, mas podiam falar do parque habitacional da Ajuda ou daquela zona quando se começava a descer para os Olivais, porque a recuperação do parque habitacional da cidade era uma coisa de grande envergadura. Dizia-se no Plano que havia 75.000 casas devolutas, era preciso ir buscar essas casas! O grande desafio histórico que ali estava colocado, e que no Orçamento o BE não encontrava, mas iam fazer uma proposta, é que era preciso não deixar morrer a cidade. -----

----- Recordou que o BE já ali tinha referido, aquando do debate sobre o estado da cidade, que em 20 anos desapareceram de Lisboa 200.000 habitantes. Sabendo-se que as estatísticas referiam que 50% dos cidadãos que moravam em Lisboa tinham mais

de 60 anos, e que de acordo com a média da esperança de vida normal daqui a 10 ou 15 anos isso significava que mais de 200.000 desapareceriam, a pergunta que se colocava era quais eram as medidas de fundo para procurar resolver o problema. -----

----- Diria o Sr. Presidente da Câmara que não falavam das obras que estava a fazer, por exemplo na Rua da Madalena! Isso era verdade, dava-lhe os parabéns pelas obras da Rua da Madalena, mas também o Dr. João Soares recuperara prédios no Largo de Camões e isso não resolvera nenhum problema estratégico da cidade. Estava também a ser resolvido o problema da Rua de São Bento?! Ficava encantado, parabéns ao Sr. Presidente da Câmara por isso, mas também não resolvia o problema estratégico da cidade! -----

----- Aliás, a Sra. Secretária de Estado disse que ia apresentar um Projecto de Lei no sentido da Câmara ter capacidade de intervenção na recuperação das 75.000 casas devolutas. E, de facto, 75.000 casas à média de três pessoas por casa, se a Câmara quisesse intervir do ponto de vista social e estratégico para uma Lisboa com futuro e com juventude, poderia com certeza conseguir pôr 200.000 pessoas na cidade num período de 10 anos, sensivelmente. Mas para isso eram precisas coisas de fundo, a sério, não a brincar! -----

----- Efectivamente havia um aumento de 15 milhões de euros na reabilitação urbana, mas essa verba que estava a mais em relação ao ano passado era para o Parque Mayer! Seria que a reabilitação urbana iria cingir-se ao Parque Mayer? Era positivo recuperar o Parque Mayer? Com certeza! O Sr. Presidente da Câmara tinha todo o apoio do BE para isso, mas recuperar a cidade não se restringia ao Parque Mayer, à Rua da Madalena ou à Rua de São Bento, mas sim a um problema estratégico. Ou a cidade morria daqui a uns anos e passava a ser uma cidade fantasma, ou passaria a ter vida e juventude e a Câmara interviria decisivamente para isso. -----

----- Ainda por cima, na outra parte deste assunto, que agora estava organizado de forma diferente do ano passado, na parte do património edificado, no que respeitava à aquisição e construção, e no que respeitava à conservação dos edifícios e ao património imobiliário, havia um decréscimo de cerca de 59%. Isso não podia ser porque a Câmara era um dos maiores proprietários da cidade e tinha que recuperar o seu património! Aliás, a Câmara tinha que dar o exemplo para intervir no próprio mercado imobiliário. -----

----- E desse ponto de vista o BE tinha uma proposta concreta. É que se achavam que esse era o primeiro objectivo da cidade, o Sr. Presidente da Câmara desculparia mas não era com 15 milhões de euros para o Parque Mayer que se fazia a recuperação da cidade. Por isso, a proposta que faziam era que a verba fosse duplicada, e propunham claramente mais 258 milhões de euros. Era evidente que logo a seguir lhe fariam a pergunta onde era que se ia buscar o dinheiro, mas sobre isso já falaria. -----

----- Continuando, disse que viram também determinadas coisas que foram propostas e depois alteradas. O Sr. Presidente da Câmara, numa entrevista ao Público, referiu que o Orçamento cresceu na acção social, mas não sabia que números o Sr. Presidente da Câmara teria ido ver porque, do ponto de vista da metodologia, provavelmente as comparações estariam a ser feitas com os orçamentos depois de alterados durante o

ano. Só que neste momento não podiam estar a discutir os orçamentos alterados durante o ano, ou sequer estar a discutir em função da taxa de eficácia do que foi feito, porque se ele fosse Presidente da Câmara, chegasse a ali e dissesse: “estão aqui 100.000 contos para a gente ir tratar do Fórum Lisboa, chegamos ao fim do ano e dizemos a gente agora temos que fazer uma alteração orçamental porque não conseguimos gastar, portanto ficam só 20.000, depois fazíamos outra alteração orçamental para mudar verba para outro sítio e ficavam só 5.000, quando chegassemos ao Orçamento do ano seguinte dizíamos, bom só tínhamos 5.000 contos, agora se fizemos um acréscimo de 20.000 contos aumentamos quatro vezes mais”. -----

----- Mas não, não era isso! Aquando da aprovação do Orçamento estava previsto gastar-se 100.000 contos, e, portanto, a única comparação que se podia fazer era com o Orçamento que ali aprovaram exactamente há um ano e não depois das alterações orçamentais. -----

----- E, de facto, se fizesse essa comparação em relação à acção social, constatava que no Plano de Actividades para 2004 constavam 5.016.714 euros enquanto que em 2003 esse objectivo tinha sido dotado com 12.541.833 euros. Portanto, não sabia onde o Sr. Presidente Câmara foi buscar os números para dizer que a acção social tinha crescido pois o que efectivamente viam era um decréscimo de mais de metade em relação ao ano anterior. E num País em crise, num País onde o desemprego aumentava, com certeza seria preciso um maior aumento na acção social. -----

----- Podiam ainda fazer a comparação de outros valores. Por exemplo, a questão dos 300 polícias para a Cidade de Lisboa. O PS falou do problema das esquadras porque entendia que devia haver esquadras de proximidade dos cidadãos. Muito bem, não eram fundamentalistas contra a polícia e achavam que era necessário haver polícia para haver segurança dos cidadãos, mas estavam a tratar – seria bom que todos tomassem consciência disso e o Sr. Presidente da Câmara estava de acordo com certeza – de um problema a jusante, que estavam a tratar de um problema na foz. Mas havia um problema na nascente! E esse problema na nascente era que todas as estatísticas diziam, nomeadamente as provenientes do Conselho Municipal de Segurança, que quase 90% dos roubos e crimes que se cometiam em Lisboa eram pequenos furtos, pequenas acções de roubo, que tinham a ver com a droga e com a toxicodependência. -----

----- Portanto, teriam que atacar o problema a montante, não fazia sentido que em 2003 se tivesse orçamentado para a prevenção da toxicodependência 1.693.000 euros e para 2004 se orçamentasse 1.371.000 euros. O BE propunha que se triplicasse essa verba, que passasse para 4 milhões de euros, e também que se tomasse a ousadia de conseguir encontrar sítios com sanidade, com acompanhamento médico, psicológico, etc., onde colocar os toxicodependentes, onde se incutisse, pela primeira vez, o sítio da sala de injeção assistida, porque essa é que era a questão principal do problema da segurança. -----

----- Não estava a dizer que não devia haver esquadras ou que não devia haver polícias na rua, mas sim que o problema teria que ser tratado no seu sítio, na nascente, porque

aí conseguiam resolvê-lo. Porque se estavam a pôr a barra só do outro lado, iam para um estado de solução policial quando estavam a tratar de um problema de saúde. -----

----- A um áparte respondeu que sabia que o PS não disse isso, mas o que estava a dizer era que ao colocar apenas isso e não colocar que era preciso triplicar as verbas para a acção social e para a toxicoddependência, não estavam a tratar com seriedade o problema. -----

----- Era por isso que o BE entendia que nas despesas do Orçamento era preciso acrescentar qualquer coisa como 268.000 milhões de euros, desde logo a acção social passava, pelo menos, para os valores que tinha no ano de 2003 actualizados com a taxa de inflação. -----

----- Mas dizia o Sr. Presidente da Câmara que estavam perante um Orçamento de verdade, que não podiam discutir o que não tinham e que não se podiam endividar mais porque havia um Orçamento de Estado onde a Senhora Ministra Manuela Ferreira Leite, colocou o problema do tal tecto de endividamento dos Municípios. Só que a isso respondia ao Sr. Presidente da Câmara como alguns colegas seus, Presidente de Câmara do PSD respondiam, era que não estavam dispostos a discutir na Assembleia Municipal dentro do colete-de-forças da Senhora Ministra Manuela Ferreira Leite. Que o Sr. Presidente da Câmara, que era a segunda figura do PSD, viesse ali dizer que achava bem o que foi feito pela Senhora Ministra Manuela Ferreira Leite, muito bem, estava no seu direito, mas também ele – orador – estava no seu direito democrático de dizer que isso não podia ser, que os Municípios não resolviam os seus problemas estratégicos se não rebentassem com o colete-de-forças que lhes era imposto pelo Orçamento de Estado, que estava a levar o País à crise e estava a levar as cidades, nomeadamente a Capital do País, a não resolver problema nenhum. -----

----- Poderiam dizer que era fácil ser da oposição, era fácil ser do BE e dizer que era preciso mais dinheiro, e depois perguntar onde estava o dinheiro. Fazia apenas uma conta: como se sabia, por decisões governamentais e das maiorias consecutivas que têm estado na Assembleia da República, o IRC do capital financeiro, o IRC da banca, era 11%, enquanto que o IRC de qualquer empresa que não fosse capital financeiro ou da banca era 33%, o que significava que a banca pagava menos de IRC 22%. Os números oficiais dos lucros da banca, sem retirar o que andara por debaixo de mesa, foram, em 2001, 365 milhões de contos, isto é, um milhão de contos de lucro por dia. Portanto, que se tomasse só a seguinte decisão, aliás muito simples: que se pusesse à banca a mesma taxa de IRC que pagava qualquer empresa ou empresário do País, porque 365 milhões de contos vezes 22% dava a módica quantia de 73 milhões de contos, o que, em termos de derrama, significava para a Câmara cerca de 8 milhões de contos. -----

----- Portanto, havia uma opção política concreta e objectiva que fazia com que para o capital financeiro Portugal fosse um paraíso, porque os que trabalhavam esses pagavam os impostos todos. -----

----- Mas havia mais sítios onde podiam ir buscar dinheiro. Já perguntou na discussão de outros orçamentos e voltava a perguntar: quais eram os cálculos que a Câmara

tinha, em função do cálculo nacional da fuga ao fisco, sobre o montante da fuga ao fisco das empresas com sede em Lisboa e quanto daria essa fuga ao fisco, se efectivamente fosse cobrada, para a derrama. Esta era uma segunda verba. -----

----- Terceira verba: a pergunta que fazia ao Sr. Presidente da Câmara, que nalguns casos tinha uma atitude reivindicativa como ainda há pouco referira quando foi falar com o Sr. Ministro da Administração Interna exigindo-lhe os 300 polícias, era qual a razão porque Lisboa tinha que pagar os custos da capitalidade. Porque era que Lisboa tinha que pagar os custos por ter nela sediados o Governo, Ministérios, Direcções-Gerais e todos terem os seus edifícios e não pagarem contribuição autárquica? De facto, se somassem todos os edifícios da cidade que eram propriedade do Estado e eles, pelo facto de Lisboa ser a Capital do País, pagassem contribuição autárquica, agora Imposto Municipal sobre Imóveis, quanto dinheiro iriam buscar para as receitas do Município? -----

----- Ainda quanto à referência do Sr. Presidente da Câmara de que estava a fazer um Orçamento de verdade, disse que o BE respondia-lhe da seguinte forma: queriam um Orçamento de verdade, queriam gastar aquilo que era possível, para isso havia dinheiro, o que era preciso era ir buscá-lo onde ele existia. A questão era se havia coragem para o ia buscar! -----

----- Se o Sr. Presidente da Câmara alterasse o Orçamento e dissesse que duplicava as verbas para a recuperação da cidade, triplicava as verbas para a toxicodependência, se pelo menos mantivesse as verbas que estavam orçamentadas há um ano para a acção social, o BE votaria a favor dos documentos independentemente de haver muita coisa a votar contra. Que não viesse depois dizer que isso não estava de acordo com o Orçamento de Estado porque não foi o BE que fez o Orçamento de Estado nem, a Senhora Ministra Manuela Ferreira Leite era do BE. Era do PSD, partido do qual o Senhor Presidente da Câmara é Vice-Presidente. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que ouviu o exemplo dos 100.000 contos para o Fórum Lisboa, e fazia sentido. Quem ouvisse, à primeira dizia: “afinal é verdade, olha o truque dele!”. -----

----- Mas gostava de perguntar ao Deputado Municipal Carlos Marques se tinha lido os números. Quem fazia o Orçamento chegava à seguinte conclusão: há 5, 6 ou 7 anos que se inscrevem as mesmas verbas e depois nunca são realizadas, e só há um ano se dizia assim: “é pá deixa lá os 100.000 contos, vamos ser realistas e vamos pôr este ano 20.000, que já é muito bom se o realizaremos”. E a sua pergunta era se o Deputado Municipal Carlos Marques tinha lido o executado de 1998, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003. -----

----- Por exemplo, o Deputado Municipal Carlos Marques referiu a toxicodependência mas se calhar não reparou que o ano em que mais se pagou, e bem, na prevenção da toxicodependência foi o ano de 2003, com 1.689.000 euros. Em 1998 pagou-se 540.000; em 1999, 641.000; em 2000, 1.011.000. Na intervenção social, no todo executado, em 1998, pagaram-se 7.241.000 euros; em 1999, 9.000.000; – eram os anos fortes da construção de habitação social – em 2000, 11.398.000; em 2001,

10.510.000, em 2002, 8.000.000; e em 2003, já pagos, 9.182.000. Aliás, a diferença em habitação social era de 975.000 para três ou quatro milhões, ou seja, as verbas executadas ao longo de cinco anos na intervenção social, por diferentes responsáveis, nunca atingiram os níveis que eram inscritos, ficaram muito mais abaixo. -----

----- Portanto, perguntava ao Deputado Municipal Carlos Marques se não entendia que era assim que tinham que comparar e decidir para gerir bem. Mas na intervenção final falar-lhe-ia nos 286 milhões de euros para a reabilitação. Agora não podia. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que o Sr. Presidente da Câmara referiu que a prevenção da toxicod dependência gastou 1.689.000 euros em 2003, mas o que disse na sua intervenção foi que o que estava proposto para 2004 era 1.371.000 euros e que portanto baixava em relação ao ano anterior, quando o que precisavam era de aumentar essa taxa para resolver os problemas a montante da questão da insegurança, que não se resolviam só com polícia mas também intervindo socialmente. -----

----- Por outro lado, falara também da acção social e o Sr. Presidente da Câmara veio agora referir-lhe o problema da habitação. Na habitação social também havia um decréscimo, mas efectivamente só falara na acção social em si. A acção social no ano passado tinha três rubricas e este ano quatro, que no total tiveram orçamentado no ano passado 12.541.000 euros e este ano tinham orçamentado 5.016.000 euros. -----

----- Disse que o Sr. Presidente da Câmara tinha um critério, e tinha todo o direito de o ter, que era: “tudo bem, mas não se executou!”. Certo! Só que ele também não apoiara essa gestão que teve pouco executado. -----

----- A questão de fundo era se a cidade, decididamente, precisava ou não de fazer uma revolução. Quando nos debates na televisão toda a gente disse que a cidade estava a morrer, saíram 200.000 pessoas em 20 anos, diziam as estatísticas que 50% dos habitantes tinham mais de 60 anos, portanto, que daqui até a 10/15 vai morrer mais de metade da população de Lisboa. E daí a sua pergunta se se resolvia o problema com intervenções como a da Rua da Madalena! Naturalmente que não, teria que ser uma acção extraordinária, porque sem uma acção extraordinária não conseguiria resolver os problemas de fundo, os problemas estratégicos. -----

----- Por isso diziam que não servia como critério comparar com o que foi executado, o que servia como critério era avaliar as necessidades da cidade se queriam ter uma Lisboa com futuro. Essa era a posição em que o BE se colocava! Depois podia haver um outro problema que era não haver dinheiro, mas esse era já um problema de opções políticas. -----

----- A terminar, disse que quando o Sr. Presidente da Câmara referia que era preciso um Orçamento de verdade estava de acordo com ele, mas a verdade completa era que na questão das receitas havia quase como que um destino traçado em termos de não se conseguir ir buscar mais dinheiro, quando efectivamente se podia ir buscar mais dinheiro se se tomassem algumas medidas, designadamente obrigando todos aqueles que fugiam ao fisco, e a própria banca, a pagar os impostos como devia ser e também os edifícios do Estado a pagar o Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

----- **O Deputado Municipal Domingos Pires (PSD)**, no uso da palavra, depois de, em nome da bancada do PSD, desejar um ano de 2004 cheio de felicidades a toda a Assembleia, Câmara, funcionários e público presente, iniciou a sua intervenção dizendo que em relação ao Plano de Actividades e Orçamento desde logo era necessário sublinhar que eram instrumentos de trabalho elaborados e definidos pelo Executivo, porque era o Executivo que tinha que cumprir as metas que neles estavam definidas, pese embora alguns Deputados Municipais da oposição por vezes se esquecerem disso. -----

----- Disse, depois, que do ponto de vista do PSD os documento foram elaborados com critérios de racionalidade e de exigência, na medida em que, como já foi referido pelo Sr. Presidente da Câmara, correspondiam até a uma diminuição, em termos comparativos, do valor global do Orçamento do ano passado na ordem dos 110 milhões de euros, mas que na verdade se ajustava mais àquilo que se pretendia fazer durante o ano de 2004. -----

----- Em relação ao Orçamento, disse que o Executivo, apesar de lhe caber a responsabilidade da sua elaboração de acordo com os seus critérios de exigência para a gestão, mostrara-se disponível e aberto a acolher propostas da oposição, como ali já foi referido, propostas essas que na verdade deram um contributo importantíssimo se calhar para dar mais equilíbrio ao próprio Orçamento na gestão de 2004. -----

----- Referia-se, concretamente, ao problema da segurança com o investimento que se ia fazer na criação de cinco novas esquadras e com a transferência de capital, por descentralização, para as Juntas de Freguesia. Por isso, ninguém de boa-fé podia acusar o Executivo de não estar receptivo a aceitar propostas desde que elas fossem equilibradas e construtivas no sentido de contribuírem para uma melhor gestão da Câmara Municipal. -----

----- Sobre a estrutura básica do Orçamento, disse que as receitas correntes cobriam folgadoamente as despesas correntes previstas, e quanto à relação das despesas correntes com despesas de capital, elas não se aproximavam assim tanto de um ponto de risco, como ali já foi referido por alguém da oposição, como aparentemente parecia. De facto, ainda havia uma *décalage* de 10%, o que significava que funcionavam com uma determinada folga. -----

----- Em relação ao Plano de Actividades, disse que desejava referir alguns aspectos e sublinhar algumas notas importantes, que têm sido motivo de algum entusiasmo na discussão, por parte da oposição. -----

----- Por exemplo, há pouco o Deputado Municipal Carlos Marques falara sobre o problema da reabilitação urbana. Compreendia o estado de espírito dele, como se calhar o seu próprio e dos demais Deputados Municipais, pois todos desejavam mais reabilitação. Simplesmente era preciso fazer uma análise comparativa e com retrospectiva histórica e verificar o que se recuperou no passado. Porque se o Deputado Municipal Carlos Marques fizesse uma visita aos bairros históricos da cidade, verificaria que havia muitos prédios em obra, não era só a Rua da Madalena, a Rua de São Bento, o Largo do Chafariz de Dentro, o Bairro Alto, etc., e se depois comparasse isso com o que fizeram no passado era capaz de tirar algumas conclusões.

----- Era evidente que o Deputado Municipal Carlos Marques pretendia que se reabilitassem outras zonas de Lisboa, também estava de acordo com isso, só que não se podia fazer tudo num ano. Naturalmente o Sr. Presidente da Câmara estava atento, até porque estava muito sensibilizado para essa questão desde a candidatura às eleições, em que sublinhara a reabilitação urbana como um ponto fundamental da acção governativa durante o período em que fosse Presidente da Câmara, isto é, desenvolver uma acção intensíssima na recuperação dos prédios degradados dos bairros históricos. Isso estava a acontecer e de tal não podiam acusar o Sr. Presidente da Câmara. O trabalho estava à vista, e também o Arco do Cego, como outros bairros, seriam recuperados com certeza. Esses eram os propósitos do Sr. Presidente da Câmara e de todo o Executivo. -----

----- Em relação à acção social, que o Deputado Municipal Carlos Marques também referira com certa veemência, disse que os números que sublinhara se calhar não correspondiam de todo à realidade, porquanto se esqueceu de referir que no parque escolar, por exemplo, nunca houve verbas tão significativas para uma intervenção tão acentuada como ia haver em 2004. E o mesmo acontecia em relação ao aumento do número de refeições para as crianças do ensino pré-primário e primário. -----

----- Portanto, havia aí uma intervenção social muito importante e bastante reforçada, e não poderia a oposição acusar o Executivo de não apresentar um Orçamento que não abrangesse essa componente, que, aliás, era uma componente à qual o Executivo era muito sensível, e à qual estava e continuaria muito atento. -----

----- Mas havia um problema que ainda não foi referido, concretamente o da racionalidade dos circuitos da Câmara Municipal. De facto, porque a Câmara tem passado por uma espécie de metamorfose em termos de reorganização, era necessário que fosse dito que essa reorganização era, naturalmente, uma reorganização com racionalização. Esses propósitos, que já vinham de 2003 e até do ano anterior, iriam acentuar-se ainda mais no ano de 2004 porquanto estavam orçamentadas as verbas necessárias para dar o suporte necessário à continuação dessa acção, de que a Câmara bem necessitava. Acabava agora de ser completada a fase do Sapo, em 2004 entrariam com a fase documental que era importantíssima porque os arquivos municipais funcionavam de uma forma anárca, iam tentar pôr-lhes ordem, iam fazer a gestão documental em termos informáticos, portanto estava-se a pôr ordem na parte da gestão administrativa da Câmara. -----

----- Continuando, referiu-se à gestão dos Recursos Humanos dizendo que eles tinham um índice de formação bastante baixo. Havia 50,1% de trabalhadores cujas habilitações eram mínimas, mas a Câmara apostou forte e estava justamente a considerar no Orçamento para 2004 valores significativos para continuar acções de formação com a finalidade de valorizar os funcionários camarários, porque era pela via da formação que depois aparecia o aumento da produtividade. Quanto maior for a formação maior será a produtividade. Portanto, era uma via revolucionária pacífica, no bom sentido, na medida em que dava possibilidade aos funcionários camarários para adquirirem mais conhecimentos, e era prepará-los para responderem às tarefas que a Câmara lhes ia atribuindo. -----

----- Uma outra questão muito importante que também não tinha sido referida, era, em termos de investimento, os parques de estacionamento. Toda a gente dizia que o trânsito estava caótico, que não havia parques de estacionamento, mas todos sabiam que em parques de estacionamento se tem feito um investimento muito importante e a Câmara continuava a apostar fortemente nessa componente, quer subterrâneos, quer em altura. Por aí também a oposição não podia dizer que a Câmara andava distraída ou que não estava a considerar investimentos, já que estavam expressas as verbas no Plano de Actividades para responder a essa necessidade fundamental que sentiam no dia-a-dia na Cidade de Lisboa. -----

----- Por tudo isso, quando ali iam dizer que não havia investimentos parecia-lhe que tal não correspondia à verdade. Não diria que era uma actuação de má-fé, o que havia ali, enfim, era algo de sofisma na argumentação. Era a dialéctica da vida que era assim mesmo, portanto compreendia isso. -----

----- Em relação aos investimentos que se estavam a fazer na cidade, disse que bastava referir apenas o Túnel do Marquês para se justificar de todo o investimento ali feito, porquanto ele não se fazia com 100.000 euros. Todos sabiam, como ele, qual era o investimento que ali estava a ser feito! Mas, mais do que isso, estava previsto o Túnel do Rego como estava também prevista a continuação do eixo Norte/Sul, que sendo certo que era uma obra do Governo Central, estavam-se a fazer os contactos e o acompanhamento devido para que essa obra tivesse a sua prossecução já em 2004. ---

----- Mas, para além desses, havia outros investimentos de menor dimensão mas que estavam também programados e iriam ser realizados, como se referia no Plano de Actividades. -----

----- Portanto, foram levantadas algumas questões pela oposição com um certo entusiasmo, e ainda bem que assim era porque era sempre bom que a oposição apresentasse as suas perspectivas e as suas propostas, tivessem elas acolhimento ou não, porque ficavam a marcar uma posição em relação à perspectiva que tinham da gestão da cidade. -----

----- A concluir, disse que o Orçamento e o Plano de Actividades eram dois instrumentos fundamentais e muito importantes para a gestão da cidade, acreditava que eram dois instrumentos elaborados com seriedade e perspectivas de poderem realizar obra, e iria ficar obra feita com certeza para a posterioridade, e, por isso mesmo, o PSD não podia deixar de aplaudir esses documentos, esperando mesmo que a própria oposição os aplaudisse também. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “O Sr. Presidente da Câmara fez muitas e muitas promessas na sua campanha eleitoral. -----

----- E ao assumir o cargo fez entradas de leão – desculpamos porque ele é do Sporting – fez grandes discursos, com a sua habitual incontinência verbal a prometer tudo. -----

----- Mas tinha a sua tarefa facilitada. Encontrou uma cidade completamente renovada e modernizada em resultado da gestão da coligação de esquerda iniciada em 1998 que

a fizeram recuperar dos grandes atrasos estruturais em que se encontrava, nomeadamente nas áreas do saneamento básico, infra-estruturas viárias e habitação social, e que exigiram elevadíssimos investimentos da ordem de 3.000 milhões de euros, dos quais cerca de 750 milhões para habitação social, aquilo que o Sr. Presidente da Câmara considerou “uma tarefa hercúlea”. Tem razão, erradicar 20.000 barracas, foi obra! -----

----- E, no entanto, decorridos dois anos, a apresentação das Grandes Opções do Plano para 2004/2007 e do Orçamento e do Plano de Actividades para 2004, espelha bem o fracasso da gestão da Câmara. -----

----- Procura justificar-se afirmando que este é um “orçamento de verdade” e que o anterior Plano de Actividades estava empolado. -----

----- Errou em 2002 e 2003 e volta a errar em 2004. Será que vai alguma vez aprender com os erros cometidos? -----

----- E não é por falta de dinheiro. De facto, em 2002, até parece que teve dinheiro a mais: não conseguiu gastar 100 milhões de euros que transitaram para 2003. -----

----- Quais as previsões para 2004? -----

----- O Orçamento atinge sensivelmente o mesmo valor que o anterior: 771 milhões de euros. -----

----- E já agora aproveito para responder ao Sr. Presidente da Câmara sobre a referência que faz num artigo que publicou hoje, no Público, em resposta a um artigo que publiquei no domingo, no mesmo jornal: -----

----- Diz, passo a citar: “que não devo ter uma noção perfeita do que estou a falar quando reduzo em 100 milhões de euros o volume de receitas do Orçamento de 2003, que era de 886 milhões de euros”. -----

----- Não era Sr. Presidente da Câmara! Era de 781 milhões de euros, pode verificar nos documentos que tem na sua posse. E as receitas são reduzidas não em 100 milhões, como diz, mas apenas em 8 milhões. E porquê? Não podemos misturar alhos com bugalhos! O que o Sr. Presidente fez foi comparar o Plano de Actividades com aquilo que ia apresentar no Relatório e Conta de Gerência, que ainda não apresentou e que por isso ainda não conheciam. Mas o que tem lógica é compararmos Planos de Actividades com Planos de Actividades, e Orçamentos com Orçamentos. E concordará com isso, Sr. Presidente! -----

----- As receitas próprias vão, previsivelmente, aumentar, já que os impostos directos e indirectos não têm quebra e as receitas correntes aumentam igualmente, atingindo 450,6 milhões de euros (mais 38,7 milhões de euros). -----

----- Há um ligeiro decréscimo das receitas de capital (menos 46,7 milhões de euros).

----- A Câmara queixa-se da insuficiência das receitas, em virtude das restrições ao crédito e ao menor apoio financeiro da Administração Central e dos Fundos da União Europeia. -----

----- Em primeiro lugar, a responsabilidade das medidas restritivas ao crédito e a diminuição dos subsídios da Administração Central devem-se ao Partido do Governo de que o Sr. Presidente da Câmara é Vice-Presidente, por isso solidariamente responsável, e não o ouvi protestar por essa razão. -----

----- Em segundo lugar, se a Câmara não tem mais dinheiro, é pela incapacidade, que tem revelado em gerar receitas através de permutas e venda de património. -----
----- Isso verificou-se em 2003, dito pelo próprio Presidente: previa fazer 200 milhões de euros na venda do património e pouco ou nada realizou. -----
----- Para 2004, em vez de alienar património com critério e de forma sensata, a Câmara perdeu a cabeça. É o desnorte total! -----
----- Este ano quer pôr tudo à venda, por atacado, sem qualquer critério e sem olhar a meios, utilizando os mesmos expedientes do Governo, nomeadamente, bairros sociais, por inteiro, a entidades financeiras, o que levantará problemas graves já que a sua construção procurou resolver questões sociais, e a sua gestão, designadamente a fixação das rendas, não deve ficar sujeita à obtenção de lucro; quis, também, alienar/privatizar parcialmente a EMEL, inscrevendo 50 milhões de euros no Orçamento sem a aprovação prévia da Assembleia Municipal, único órgão competente para a autorizar. Na impossibilidade de o fazer vem agora dizer que vai vender, não a EMEL, mas o edifício do Campo Grande, avaliado em 75 milhões de euros, importante obra da coligação de esquerda, porque nele foi possível reunir os serviços da Câmara espalhados por Lisboa. -----
----- A opção da venda deste imóvel, a que lança mão em desespero de causa, revela grave desorientação. No entanto, apesar das afirmações da Sra. Vice-Presidente, essa verba não aparece depois transcrita no Orçamento. Portanto, felizmente, isso não se concretizará. -----
----- Por este caminho, não causaria espanto que em 2005, quisesse também alienar o edifício Sede dos Paços do Concelho. -----
----- Analisemos agora o Plano de Actividades. -----
----- Prevê-se que atinja os 453,8 milhões de euros já que, em relação a 2003, a Câmara reduziu substancialmente o financiamento do Plano, em 85,5 milhões de euros, medida bastante gravosa para a cidade. -----
----- Para melhor enquadramento, comparemo-lo com o de 2001, último ano de gestão da coligação de esquerda: -----
----- Apesar do Orçamento da coligação de esquerda para 2001, ser ligeiramente inferior ao de 2004 (747,5 milhões de euros) a dotação do Plano de Actividades era superior em mais de 57 milhões de euros (510 milhões de euros). -----
----- E, ainda, se compararmos o investimento de 61,5 milhões de euros previsto para a principal prioridade do Plano de 2004, – a reabilitação urbana – é relativamente baixa quando comparada com o investimento de 2001 previsto na área da habitação que era de cerca de 174 milhões de euros (34,18). -----
----- E o que vai fazer a Câmara com este Plano de Actividades? -----
----- Numa entrevista na rádio, há uns meses, ouvi o Sr. Presidente da Câmara dizer: “vou pôr Lisboa num brinco”. Só a brincar, Sr. Presidente, é que podia dizer uma coisa dessas. -----

----- A cidade está mais suja, as ruas mais esburacadas, os passeios mais atulhados de automóveis, o trânsito mais desordenado, os jardins e parques infantis mais degradados, a cidade mais insegura. -----

----- Como vai resolver o problema se as dotações do Plano de Actividades para estas áreas são ainda mais exíguas do que eram em 2003? -----

----- Senão vejamos: -----

----- A higiene urbana tem menos 1,5 milhões de euros. -----

----- O saneamento tem menos 1,6 milhões de euros (8,6/7). -----

----- Os espaços verdes menos 2,0 milhões de euros. -----

----- A iluminação pública menos 735 mil euros (menos 16%). -----

----- O parque edificado e património menos 59,1 milhões de euros (156,5/97,4) -----

----- Parques e jardins menos 9,0 milhões de euros (53,7%) (16,7 milhões de euros/7,7 milhões de euros). -----

----- Sinalização e trânsito menos 325 mil euros (85,2%). -----

----- Viadutos/arruamentos e outras obras menos 70,2 milhões de euros (7% (103,6/33,4). -----

----- Mas o dinheiro não falta, e direi mesmo que excessivo, para iniciativas efémeras ou de “encher o olho”, como e o caso da ornamentação da Avenida da Liberdade, ou a MODA Lisboa, ou para celebrar contratos milionários com arquitectos famosos. -----

----- E tudo isto, sem falar na publicidade, porque é preciso tapar o sol com a peneira. -----

----- Em suma: -----

----- O Plano de Actividades repete, em grande parte os projectos que estavam previstos para 2002 e depois transitaram para 2003, o que significa que não foram realizados, isto é, não passaram de projectos. -----

----- Foram dois anos de estagnação para o desenvolvimento de Lisboa devido aos sucessivos fracassos do Executivo: muitas promessas, pouca obra realizada e nenhuma de natureza estruturante, salvo o Túnel das Amoreiras, ainda em curso, e de utilidade mais que duvidosa. -----

----- O que de pior espelha este Orçamento e o Plano é a ausência de estratégia e de visão global dos problemas da Capital e a discrepância entre as acções anunciadas e as dotações previstas. -----

----- E apesar das alterações pontuais propostas pelo PS que o corrigiram, as quais, por razões táticas, a Câmara acabou por fazer, o Orçamento e o Plano não deixam de ser maus. -----

----- Só uma mudança profunda das suas opções e objectivos poderia dar resposta às necessidades e aos problema estruturais que a cidade enfrenta e ter condições para ser aprovado pelo PCP.” -----

----- **A Senhora Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o orador anterior referira a incapacidade da Câmara para gerar receitas por permutas ou venda de património. Não sabia se ele tinha ideia quais foram as permutas realizadas em 2003 comparativamente com o Orçamento de 2004, mas, de qualquer forma, eram valores que eram mais do dobro. -----

----- No entanto, o pedido de esclarecimento que desejava fazer era se no entender do PCP a Câmara revelara uma capacidade total em gerar receitas pela venda de património, se seria possível o PCP, de acordo com a sua opinião, fornecer uma listagem sobre qual deveria ser, prioritariamente, o património que a Câmara Municipal de Lisboa deveria alienar. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que concordava que havia necessidade de vender património. Numa reunião em que esteve com a Sra. Vice-Presidente ela falara na venda de 13.000 fogos em 2003, e perguntava-lhe quantos foram vendidos. Porque estariam de acordo que eles fossem vendidos aos locatários, mas não por atacado a uma entidade financeira! -----

----- Isso era profundamente revelador da incapacidade e da falta de previsão da Câmara. A Sra. Vice-Presidente teria de reconhecer isso. -----

----- Quanto à forma de vender património e que património, disse que esse era um problema da Câmara, não eram eles que estavam a fazer o Orçamento. A coligação de esquerda, para além dos subsídios e participações, conseguiu vender algum património fundamentalmente para investir naquela que era a grande chaga da cidade, a construção de habitação social. Mas judiciosamente cabia à Câmara encontrar soluções, ou fazer obras que pudessem ser participadas pela Administração Central. Era isso que tinha que ser feito, e não lhe parecia que a Câmara o estivesse a fazer. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que estavam agora a discutir o instrumento mais importante para a gestão autárquica, e desejava começar por sublinhar um facto que lhe parecia óbvio: aquando da discussão do Plano de Actividades e Orçamento para 2002, disse o Sr. Presidente da Câmara que esse não era o Orçamento dele, em 2003 foi dizendo que ainda não era aquele o Orçamento que a maioria gostava de apresentar, e este ano, pela primeira vez, já ouviram dizer que este era o primeiro Orçamento que gostavam de ter feito. -----

----- Mas queria também dizer que se este era o Orçamento que a maioria gostava de ter feito, ele não era com certeza o Orçamento que o PS gostava de fazer, não era também o Orçamento que a Cidade de Lisboa precisava e não era o Orçamento que os habitantes de Lisboa necessitavam, porque, inquestionavelmente, era um instrumento pouco ambicioso, um instrumento onde não existia rasgo e onde a ambição era muito limitada. -----

----- Curiosamente, podiam verificar que, como era natural e normal, algumas das apostas que eram apresentadas pelo Executivo mereciam a concordância do PS. Diria mesmo que eram quase imperativos tal o estado a que a cidade tinha chegado. Designadamente quando um dos objectivos apresentados era a reabilitação e requalificação urbana, tinham que dizer que estavam de acordo com esse objectivo. --

----- Contudo, havia algumas coisas que não conseguiam perceber: havia uma manifesta dissintonia entre aquilo que era afirmado e depois aquilo que estava plasmado nos instrumentos apresentados. -----

----- E a propósito de instrumentos apresentados, disse que não se iria reter na apreciação da qualidade dos mesmos, isso já foi referenciado pelo seu camarada, Deputado Municipal Fernando Saraiva, que fez um justo elogio aos serviços, tinham que reconhecer que os serviços camarários têm vindo a aperfeiçoar a qualidade do trabalho apresentado, portanto registavam isso com muito agrado. Isso era muito importante, mas quanto às opções políticas plasmadas nos documentos havia algumas coisas que lhes suscitavam muitas dúvidas. -----

----- Recordou que começou a sua intervenção dizendo que este não seria o Orçamento que o PS gostava de fazer, este não seria nunca o Orçamento que apresentariam, contudo o Orçamento que hoje estavam a analisar já era melhor Orçamento que aquele que a Câmara inicialmente aprovara, porque, como disse o seu camarada, Deputado Municipal Miguel Coelho, as alterações que foram sugerindo à Sra. Vice-Presidente da Câmara melhoraram substancialmente este Orçamento. Aliás, o próprio Presidente da Câmara referenciou esse facto com a inteligência que todos lhe reconheciam, com a habilidade com que normalmente trabalhava com essas matérias, embora dissesse que a habilidade era da oposição, que a habilidade era do PS. Era inquestionável que era o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa que tinha habilidade para lidar com esses temas, e daí também a preocupação tão grande, tão exaustiva, exactamente com a imagética da actividade municipal, a imagética da própria actividade do Sr. Dr. Pedro Santana Lopes. -----

----- Mas era evidente que também aí, naquele que era apresentado como um acto de actividade democrática, naquele que era apresentado como um acto normal de diálogo razoável, interessante e importante em termos da democracia autárquica, pese embora o discurso apresentado nesta reunião pelo Sr. Presidente da Câmara, no qual referenciou, designadamente, que ainda não estava resolvida uma das coisas que todos sabiam que era um acto onde faltava exactamente a humildade democrática, quando se referira directamente ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, e sobre isso o PS muito claramente queria dizer que estavam perante uma demonstração clara de que uma coisa eram os actos, outra eram as palavras. -----

----- De facto, nas palavras o Sr. Presidente da Câmara dizia-lhes que aquilo que queria era exactamente ouvir, partilhar, participar, envolver toda a gente, que todos se envolvessem naquela que seria a melhor forma de gerir a cidade. Mas depois, nos actos, constatavam, e constatavam com pena, com mágoa e com indignação, que, afinal, quando chegavam ao concreto as coisas não eram bem assim. Designadamente a forma como a Câmara Municipal não estava a encarar o problema da bomba de gasolina, em Telheiras, era manifestamente um problema que entendiam ter tudo a ver com aquilo que era a forma de exercício democrático, tinha tudo a ver com a dissintonia entre os actos e as palavras, e o Sr. Presidente da Câmara sentira a necessidade de hoje dizer à Assembleia Municipal que ainda não estava descansado sobre a forma como estava a ser resolvido o problema. -----

----- E o PS também não estava descansado, tanto mais que no terreno a situação continuava a evoluir, estavam a caminhar para situações de facto, e, portanto, essa dissintonia entre os actos e as palavras era uma coisa que muito preocupava a

Assembleia Municipal, designadamente ao PS porque entendiam que era necessário ser mais concreto e mais concordante entre aquilo que se dizia e aquilo que se fazia. --
----- Continuando, disse que uma das coisas que não foi aceite nesta partilha tinha a ver com o problema da publicidade. O PS entendia, como já foi explicitado, que um dos argumentos utilizados tinha a ver com dois grandes eventos que iam realizar-se em 2004 na Cidade de Lisboa, o Euro/2004 e o Rock in Rio, mas esperavam sinceramente, e nisso pensava que haveria uma enorme unanimidade em toda a Assembleia, que o reforço dessa verba não tivesse a ver com a necessidade continuada do poder municipal se portar, se comportar, de actuar como oposição à oposição, porque entendiam que algumas posturas democráticas não eram razoavelmente aceitáveis. -----

----- Designadamente já foi referenciado, e entendia que deveriam continuar a referenciar porque de novo uma coisa se dizia e aquilo que se fazia era outra coisa. Referia-se à propaganda paga pelo erário público – quando deveria ser o PSD a fazê-lo – que a Câmara entendera por bem fazer. Pessoalmente diria em má hora mas essa era apenas a sua opinião, porque não era razoável, era inédito até o que aconteceu. Julgavam que fosse o Executivo, embora não estivesse identificado, o que era outra coisa que não se percebia, até já leram que o facto de não estar identificado era para aguçar o apetite para o debate, mas tinham a esperança, a expectativa, diria mesmo tinham a certeza que esse reforço de verbas não iria ser para continuar a atacar a oposição, que era uma coisa curiosa, engraçada, inovadora, e também tinham que registar com agrado a inovação do Executivo, que fazia publicidade, de página inteira, dizendo aquilo que no passado a oposição não fazia, e fazia essa publicidade simultaneamente em vários jornais e com *outdoors* iguais para que não houvesse margem de dúvidas de que toda a gente via. -----

----- Mas, mais curioso que isso, uma outra coisa, esta identificada, eram as contas da publicidade feitas pelo Executivo, e estavam convencidos que em 2004 não iriam ter muitos gastos desses porque esses, manifestamente, eram gastos supérfluos. O PS entendia que o Executivo devia dar a conhecer aquilo que fazia, e por isso já entendiam esses *info-mails* que foram lançados em Junho e redistribuídos, tanto quanto parecia, no final do ano em algumas freguesias da cidade. Percebiam a preocupação, percebiam que houvesse necessidade de fazer 17 boletins diferentes porque havia algumas diversidades e havia também objectivos diferentes que se pretendiam atingir, portanto entendiam isso. -----

----- Mas era evidente que tudo isso levava a perguntar como se podia dizer que se gastava menos dinheiro neste tipo de campanhas, neste tipo de publicitações, sobretudo quando se publicitava uma coisa do dia-a-dia que era exactamente o facto de se ter tapado um buraco, o facto de se ter feito um pavimento. Isso servia para se colocar um *outdoor*, mas também servia para se colocar um *outdoor* numa coisa que ainda não foi feita. O Sr. Presidente da Câmara entendera por bem lançar uma campanha chamando a atenção para aquilo que ainda não tinha sido feito: “Já reparou que nada foi feito para facilitar a vida aos portadores de deficiências físicas?”. Também foi feito um *outdoor* para isso, e isso ainda não foi feito! Depois deveria

haver um outro *outdoor* quando fosse feita alguma coisa, ou como vinha acontecendo na cidade que passou a ser um pouco a cidade do faz de conta, que era haver vários projectos que sucessivamente iam aparecendo em *outdoors*. Aparecia o primeiro quando se começava a pensar numa ideia, aparecia o segundo quando se apresentava o projecto, aparecia o terceiro quando fosse decidido, aparecia o quarto quando a obra estava para começar, e por fim aparecia o quinto quando a obra já estava feita. -----

----- E vinham sucessivamente a assistir a esse tipo de propaganda, que com certeza iria continuar. Tinha consigo mais um bom papel, um papel novo: “A vida volta a correr no Rio Seco – que é uma coisa curiosa – 40 anos depois o projecto Rio Seco finalmente posto em prática”. Foram deitadas abaixo meia dúzia de casas, e como foram deitadas abaixo meia dúzia de casas fez-se um papel e fizeram-se dois *outdoors*, um no início e outro no final da rua, exactamente para que ninguém ali passasse sem os ver. Isso era trabalhar bem exactamente porque toda a gente tinha que saber mesmo aquilo que não se fez. Esta dir-lhe-iam que era a publicidade institucional, ou se calhar não era institucional porque iam ficar a saber o que era comunicação de serviço público e o que era comunicação de obra. Quem não sabia podia ficar a saber porque a Câmara explicava nessa publicidade paga em cinco jornais, simultaneamente, o que era serviço público e o que era comunicação de obra. Diria que faltava a Câmara explicar o que passou a ser publicidade anónima, que também existia e era paga pela Câmara. Não devia ter sido ainda paga e só por isso não estava ali referenciada, mas esperavam que visse também a ser do conhecimento da Assembleia, através dos jornais, o que desde já humilde e democraticamente agradeciam. -----

----- Poder-lhe-iam perguntar se isso tinha a ver com o Orçamento, mas era verdade que tinha, tinha tudo a ver com o Orçamento porque como já perceberam, pela intervenção do Sr. Presidente da Câmara, havia uma enorme dissintonia entre aquilo que eram objectivos de médio e longo prazo. Mas esse médio e longo prazo era sempre complicado porque faltando apenas ano e meio para terminar o mandato, a obra feita era pouca, era reduzida, e faltava sobretudo o projecto para a cidade. Percebia-se que a ambição, o *élan*, era manifestamente algo muito pouco consistente, não queria dizer inexistente porque havia uma área em que tinham que reconhecer que a actual maioria estava a dar cartas, e essa era, inquestionavelmente, a área da comunicação. -----

----- Aí tinham que tirar o chapéu, e porque o Sr. Presidente da Câmara gostava muito de referenciar os mandatos passados também ele gostava de trazer à colação aquilo que foram os erros que nessa matéria cometeram no passado, porquanto era daqueles que pensavam que o Executivo gastou pouco dinheiro no passado em informação para os cidadãos, e exactamente por isso os estudos que foram elaborados pela actual maioria estavam a apostar nesse nicho de mercado que era a forma de comunicar e de informar, como o Sr. Presidente da Câmara gostava de dizer. -----

----- Seguidamente disse que o PS foi contactado para reunir com a Sra. Vice-Presidente e com o Sr. Vereador Pedro Pinto, e então apresentou aquilo que eram as suas condições para poder viabilizar o Orçamento. E nessas exigências que fizeram

era inquestionável para o PS que tinha que haver um profundo reforço da descentralização, que passava, por um lado, pelo reforço do FFF porque entendiam que era uma área em que as Juntas de Freguesia necessitavam e iam continuar a necessitar de mais meios para fazer obra, e, por outro lado, porque também entendiam que era absolutamente necessário um reforço dos protocolos. -----

----- E no caso do reforço dos protocolos com duas notas bem salientes: a intervenção social, que o Deputado Municipal Miguel Coelho já referenciara, a habitação, designadamente obras particulares, e também a cultura porque era uma área em que o PS entendia que havia um manifesto défice da actividade municipal, e porque naquilo que era o relacionamento entre a Câmara e as Juntas de Freguesia faltava um apoio nessa área, entendiam que também essa área deveria ser reforçada. -----

----- A Câmara, nessa matéria, concordou com o PS, entendeu que a aposta num maior reforço nas verbas para as Juntas de Freguesia era importante, apenas com a ressalva a que o Sr. Presidente da Câmara hoje já fez referência dizendo que no Orçamento do ano passado tinha anuído ao protocolo das pequenas obras, e efectivamente o Sr. Presidente da Câmara tinha anuído mas durante um ano ele não existiu. Portanto o que queriam era que em 2004 isso não voltasse a acontecer. Certamente contavam com a palavra do Sr. Presidente da Câmara e dos Vereadores, eram todos pessoas de bem e exactamente por isso o PS iria trabalhar no sentido de apresentar na Câmara uma proposta que pudesse viabilizar a celebração de protocolos de obras particulares. Isto porque entendiam que não havia aí nenhuma ilegalidade. -----

----- Primeiro, porque os protocolos que defendiam eram aqueles que se mostraram importantes para ajudar os inquilinos que não tinham possibilidade de fazer pequenas intervenções. E estavam a falar de obras que manifestamente caíam na área da intervenção social, obras que, ao contrário do que foi dito pela Câmara, não constituíam um apoio aos proprietários, porque não era disso que se tratava. Aquilo que defenderam no passado e continuariam a defender, era que essas fossem pequenas obras mas obras que dessem dignidade à vivência das famílias e que visassem suprir as carências que todos conheciam. -----

----- Às vezes, infelizmente, andavam muito distraídos com aquilo que era Lisboa, vivia-se mal na cidade, vivia-se com muitas dificuldades, o Sr. Presidente da Câmara trouxe-lhes ali dois quadros de vivências que acolhera, era evidente que cada um dos presentes que no dia-a-dia andava na cidade, e sobretudo nas freguesias no contacto humano com as pessoas, perceberia como mal se vivia em Lisboa, perceberia que os cidadãos estavam num patamar muito difícil. E também aí a Câmara Municipal tinha obrigação de contribuir exactamente para melhorar essa qualidade de vida, por pouco que fosse, tinham obrigação de não se demitir. O PS, por sua parte, não se demitiria.--

----- A terminar, disse que contavam com a maioria para viabilizar essa proposta, não era por ela ser apresentada de novo pelo PS, a exemplo daquilo que foi feito para o Imposto Municipal sobre Imóveis, imposto a propósito do qual desejava dizer que o PS iria apresentar uma proposta no sentido de recomendar à Câmara que, por exemplo, na área da Freguesia da Pena fosse aprovada uma taxa reduzida com base no

pressuposto de que não tem havido investimento, não tem havido recuperação. Isso não para 2004, mas sim para 2005. -----

----- **O Deputado Municipal Manso Pinheiro (PEV)**, no uso da palavra, começou por dizer que, ao contrário do Bloco de Esquerda, o PEV não recebeu qualquer convite da Sra. Vice-Presidente para discutir a proposta de Orçamento. Não sabia se teria havido algum problema, mas parecia haver ali alguma diferença de tratamento. --

----- Depois, disse que nos bebedouros, devido à não colocação de torneiras ou de manípulos para manipular a saída da água – existiam dezenas de bebedouros na cidade – havia água tratada a correr continuamente, e eram muitos milhares de litros de água por ano que a Câmara pagava inutilmente. -----

----- Por outro lado, havia também enormes gastos em electricidade por completa omissão de uma intervenção sistemática, tecnicamente sustentada, de redução de consumo de energia, de diversificação de fontes de energia, de adopção de energias alternativas, e tal era possível não só em edifícios onde estavam a funcionar os serviços, mas também em equipamentos escolares, desportivos, etc. Mas havia uma ausência total de medidas, não havia nada que sustentasse uma política de redução e de boa gestão de recursos públicos. -----

----- Citava apenas estes dois exemplos, que foram objecto de aprovações na Assembleia há muito tempo, e que continuavam por aplicar. Quando fizeram as recomendações não o fizeram com o espírito da poupança de recursos, fizeram-nas sobretudo numa perspectiva ambiental e de sustentação de desenvolvimento sustentável. Mas elas representavam também uma redução efectiva de custos do Município que deveriam estar a ser implementados. -----

----- Mas havia um outro conjunto muito diverso de recomendações, uma boa parte delas aprovadas pelo PSD, por exemplo uma sobre apoios complementares à cultura que o PSD garantira ali que seria cumprida pelo Executivo porque representava uma iniciativa de grande valor, mas continuava a não se ver qualquer medida nesse sentido. E também não se encontrava nos documentos um plano de combate aos pontos negros de sinistralidade na cidade. -----

----- Sobre a adenda à Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, a propósito do capítulo VIII, higiene pública, lembrou que, nos últimos dois anos do anterior mandato, sempre que aparecia uma proposta de alteração à tabela de taxas sistematicamente era solicitado pelas diversas forças políticas, com assento na Assembleia Municipal, que a Câmara apresentasse um estudo sobre a Tabela de Taxas, a sua coerência, a expressão das diversas rubricas no geral das receitas do Município. E a Tabela de Taxas, no que respeitava à taxa de esgotos, era um bom exemplo de alguma incoerência, que só subsistia por inércia. -----

----- Isto porque – explicou – as taxas de esgotos estavam indexadas ao valor patrimonial, o que queria dizer que as casas registadas nos últimos anos pagavam grandes taxas de esgotos enquanto que as casas muito antigas não pagavam praticamente nada. Essa taxa correspondia, naturalmente, ao pagamento de um serviço que era prestado e a conservação de esgotos, no essencial, não estava nas zonas novas

mas sim nas zonas velhas porquanto era aí que as redes de esgotos estavam mais deterioradas. -----

----- Por outro lado, o momento em que se adquiria a casa – e eram os mais novos que em princípio estavam à procura de casa – era quando se fazia o maior esforço financeiro e que tinha maior peso na economia doméstica a afectação de bens para o fim habitacional, e essa altura surgia ainda acrescida de altíssimas taxas devidas pela conservação de esgotos. -----

----- Portanto, essa era uma incoerência relativamente à tentativa de atracção e manutenção nos jovens para morar na cidade. Era evidente que a alteração da Tabela de Taxas relativamente à conservação e manutenção de esgotos, podia implicar, por razões de ordem social, medidas sociais complementares de apoio aos que menos capacidades financeiras tinham para sustentar taxas mais altas. -----

----- Em suma, valeria a pena que os serviços técnicos do Município apresentassem um estudo sobre o conjunto da Tabela de Taxas e a sua articulação. -----

----- Disse, depois, que a reabilitação urbana era hoje anunciada como prioridade, depois do PER essa era, naturalmente, uma centralidade nas políticas de revitalização da cidade. Mas, no entender do PEV, importava assumir essa reabilitação como uma intervenção de fundo e ao nível das estruturas do edificado, até porque essas construções já passaram o seu natural prazo de validade. -----

----- As condições de vida nesses fogos e a atractividade dos bairros históricos, só aumentaria se fossem, no eu interior, satisfeitas as modernas exigências da vivência: casas de banho, cozinhas, aquecimento, dimensão das construções, insolação, etc. Mas tinha também que ser assegurada a resistência desse edificado. Os recentes dramas resultantes de acidentes sísmicos e o conhecido risco de parte muito significativa da cidade, exigia que as intervenções ultrapassassem, em muito, a pintura de fachadas e a substituição de telhados. -----

----- Por isso, impunha-se a pergunta se o objectivo inscrito ao nível da reabilitação urbana era de intervenção de fundo ou se seria uma intervenção do espaço colectivo e no essencial uma intervenção de imagem urbana, porque essa intervenção de imagem urbana não era desprezível nem de pouca importância do ponto de vista de vivência do espaço público e até do turismo, mas não constituía o carácter de consensualidade quando à prioridade municipal. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de freguesia do Beato, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “A luta dos moradores dos bairros históricos levou a que nos anos 80, a então Vereação da Câmara Municipal de Lisboa iniciasse um projecto de reabilitação urbana no Bairro de Alfama, posteriormente abrangendo a Mouraria e o Bairro Alto. -

----- Com a vitória nas eleições de 1989 da coligação “Amar Lisboa”, foi possível alargar o projecto de reabilitação a outros bairros de Lisboa, que não estavam incluídos, como o Bairro da Madragoa, Castelo, Santiago e núcleos dispersos. -----

----- Quando a coligação “Amar Lisboa” iniciou o seu trabalho, encontrou a Cidade de Lisboa com problemas gravíssimos, para os quais o PCP vinha chamando a atenção desde 1974 e que as sucessivas vereações de direita nunca conseguiram resolver. -----

----- A cidade encontrava-se num estado de degradação, que ia desde a habitação às escolas do ensino básico, às mais de 20.000 barracas, assim como à falta de equipamentos culturais, desportivos de lazer, etc. -----

----- A falta de infra-estruturas viárias e de saneamento, em alguns casos datavam da revolução industrial. -----

----- O Estado existente na altura, obrigou a que fossem definidas prioridades e essas prioridades vinham muitas das vezes em prejuízo de muitas áreas, sendo também atingida a área da reabilitação urbana, já que uma grande fatia dos orçamentos de 1989 a 2001 fosse afecta ao PER e finalmente fossem destruídos as barracas em Lisboa. -----

----- É bom salientar aqui e agora que o conceito de reabilitação urbana empreendida pela coligação sobre a responsabilidade do PCP, nada tem a ver com o conceito da actual Vereação. -----

----- O conceito do PCP é que as habitações a serem reabilitadas, devem incluir obras nas coberturas, fachadas e interiores. Deverá ter em conta uma intervenção que vise a inserção social das populações e seus movimentos tradicionais, apoiando o associativismo e a manutenção das características sócio-culturais num quadro e conceito transversal de reabilitação integrada. -----

----- A reabilitação urbana transversal terá que obedecer a todas as áreas de intervenção de qualidade urbana, desenvolvimento na área de transportes, infra-estruturas viárias, espaço público, espaços verdes, equipamentos de ensino, segurança, desporto e cultura. -----

----- Na reabilitação urbana, a Câmara alargou a lógica de reabilitação a toda a Cidade de Lisboa. O reforço das verbas definidas para a reabilitação urbana, reconhecendo ser uma das rubricas consideradas prioritárias, podem mesmo assim não corresponder às perspectivas, por isso torna-se necessário saber: -----

----- 1- Que tipo de reabilitação urbana vai a Câmara desenvolver? -----

----- São dadas garantias que nos imóveis intervencionados, as obras são alargadas a todo o imóvel, incluindo interiores? -----

----- 2 - Que zonas da cidade a Câmara definiu como áreas de intervenção da reabilitação urbana? Vamos ficar-nos pelos bairros históricos, centro da cidade e Avenidas Novas? Ou a reabilitação urbana vai também ser alargada às freguesias periféricas da cidade? -----

----- Os bairros municipais, património municipal, incluem os bairros de construção mais antiga que se encontram num avançado estado de degradação, muitos deles iguais ou piores que outra habitação onde não são efectuadas obras em muitos casos à mais de três décadas, onde o espaço público não sofreu qualquer intervenção depois da sua construção. -----

----- Equipamentos de ocupação de tempos livres e de lazer não existem. -----

----- Nos novos bairros onde existe uma deficiente política de integração, verifica-se a vandalização destes, pelo que se torna urgente: -----

----- Uma nova política de integração. -----

----- A criação de planos de emergência, vocacionados para obras, o plano social de integração, com a criação de equipas de apoio em cooperação com a população local e Juntas de Freguesia. -----

----- Que a Câmara ou a GEBALIS, assegurem a gestão de condomínios, enquanto o Município detiver até 50% dos fogos. -----

----- Abertura dos parques de estacionamento subterrâneos para serviço da população, a preços reduzidos. -----

----- Definir programas de incentivo, visando a ocupação dos espaços abandonados nos r/chão dos prédios (lojas). -----

----- Incentivar a intervenção das populações, na manutenção das partes comuns dos lotes, como forma complementar de acção, para que os cidadãos sintam estes espaços como seus e assumam a sua quota-parte de responsabilidade na manutenção destes.” -

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “Estou aqui para que não confundam a importância da posição do PS nesta Assembleia Municipal ao exigir um reforço de dois milhões de euros para a descentralização de competências para as freguesias. E justifica-se pois os autarcas de freguesias são os primeiros a serem julgados pela população mas também os primeiros a conhecerem a realidade dos fregueses, ou seja, dos concidadãos. -----

----- São eles os que têm a obrigação de reclamar para os que vivem e residem na freguesia o melhor, isto é, qualidade de vida. -----

----- E quando falo de qualidade de vida ou falo de melhor ambiente, mais segurança, melhores vias, requalificação e reabilitação urbana, educação e cultura, falo de políticas sociais que respondam às necessidades dos mais desfavorecidos, políticas sociais que ajudem a crescer e serem mais exigentes para com os que os governam mas também para consigo próprios. Porquê? -----

----- Porque queremos aprofundar a cidadania, ou seja, a democracia. Queremos que os mais desfavorecidos possam assumir plenamente a cidadania, que sejam iguais nos direitos. -----

----- É por isso que exigimos mais verbas para as freguesias – dois milhões de euros. --

----- Quanto ao protocolo das pequenas obras é importante, Sr. Presidente da Câmara, que ele seja assinado pois não podemos continuar a esperar o estudo do enquadramento jurídico que há um ano está a estudar. Estas pequenas obras são realizadas com autorização do senhorio e em habitações utilizadas por idosos com pensão de sobrevivência ou pensões de reforma correspondente a metade do ordenado mínimo. Portanto as razões que se aduzem são de ordem social. É importante, é urgente que este protocolo seja assinado para que seja melhorada a qualidade habitacional destes fogos. -----

----- Depois queria fazer aqui um pequeno reparo ao colega Joaquim Cunha, do PCP, que falou na sua intervenção na reabilitação urbana e nas sucessivas Vereações de direita desde 1974, porque qualquer coisa me soa logo mal já que de 1976 a 1979 o Vereador que teve o Pelouro das Obras foi o Vereador Silva Graça, do PCP. Será que já nessa altura era de direita? -----

----- Analiso agora os pontos principais da leitura da acta da reunião de Câmara. Quanto à segurança esta deve ser analisada na sua concepção global, ou seja, dar vida à cidade com o comércio virado à rua, actividade cultural, prédios habitados é assim que se assume a segurança também com policiamento eficaz e políticas sociais com projectos integrados. -----

----- Intervenção Social -----

----- O que é necessário, Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, é que utilize qualitativamente as verbas inscritas e ponha a Santa Casa da Misericórdia (agora que já retiraram a palavra Misericórdia espero que não retirem Santa) a assumir os seus compromissos, a razão para que foi criada, ou seja, servir os mais desfavorecidos. Critiquei a anterior Provedora e crítico a actual pois a área social está a ser posta em causa. -----

----- Depois fala em residências para crianças filhas de toxicodependentes – penso que se refere a um Centro de Acolhimento pois nenhuma criança nasce para viver numa instituição, mas sim necessitam de afecto, colo, ternura, espaço familiar para que possam viver. -----

----- Quanto a “existirem pessoas que vivem há 20 anos sem água quente” quero afirmar-lhe que durante 11 anos fiz várias intervenções indignando-me pela realização de obras em habitações na Freguesia da Encarnação (G.T. Bairro Alto) mantendo uma pia para todos os despejos. No séc. XXI haver casas sem casa de banho é indigno. Finalmente vai-se acabar com tudo isto. Este assunto devia incomodar-nos a todos. ---

----- Quanto aos projectos especiais para as prostitutas deve incluir também os prostitutos. -----

----- Concordo inteiramente com o alargamento do horário de funcionamento dos jardins-de-infância da rede pública pois tal como funcionam não servem a população. Recordo aqui a luta que tive, em conjunto com o Sr. Engº Abecasis, quando protestamos pela existência de horário junto do Governo de então. Sem o alargamento do horário não servem as populações. -----

----- Diz a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa que desapareceram documentos do ex-Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso e como autarca e mulher de esquerda exijo um esclarecimento acerca deste assunto. -----

----- Para terminar quero dizer que considero que é bom para a cidade e para quem a vive e habita, mas cá estarei para analisar se cumpriram os compromissos assumidos. Serei sempre uma voz incómoda na defesa dos interesses das comunidades.” -----

----- **A Deputada Municipal Ana Páscoa Baptista (PCP)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Apenas algumas breves notas visando questões relacionadas com o desporto e com as verbas atribuídas às colectividades. -----

----- Em relação a estas, e consultando o Plano Anual de Actividades 2004, na pág. 173, verificamos que o montante atribuído (em Desporto) a “Apoio a Colectividades” – 6,1 milhões de euros – destes é atribuído ao Belenenses 1,25 milhões de euros; ao complexo Desportivo CNN, 2,45 milhões de euros; ao Centro Hípico Monsanto, 1,5 milhões de euros e apenas estão contemplados para outras colectividades 950.000

euros, verba essa que nos parece manifestamente insuficiente. As inúmeras colectividades de Lisboa, algumas das quais centenárias, têm vindo a desenvolver um trabalho altamente meritório em áreas tão díspares como o desporto, actividades culturais (de que é exemplo, o teatro), apoio a crianças e jovens, apoio à terceira-idade. Elas são, muitas vezes, a nível de bairro, de facto um polo aglutinador das populações. Já aqui foi referido, em intervenções anteriores, que há questões sociais (marginalidade, insegurança) que sobretudo devem ser encaradas no âmbito de uma prevenção primária e, neste contexto, as colectividades têm um papel fundamental a desenvolver, papel que certamente não terão grandes condições para efectivar, sem mais apoios (também financeiros!) -----

----- Algumas dúvidas também no que reporta ao desporto. -----

----- O Sr. Vereador anteriormente responsável pelo Pelouro anunciou vários equipamentos/pavilhões gimnodesportivos. No Plano para 2004 aparece, por exemplo, o de Chelas com uma dotação de 300.000 euros e fortemente reforçado nos anos seguintes. Estamos de acordo, é importante este equipamento, mas não basta. -----

----- Porque não aparece no Plano e para quando a cobertura da piscina de 50 metros dos Olivais, processo já preparado e assumido pelo Sr. Vereador Pedro Feist. -----

----- Porque não se acaba o pavilhão do Bairro da Boavista (ainda não inaugurado e já vandalizado). -----

----- Finalmente, o Pavilhão Carlos Lopes, que aparece contemplado apenas com 55.000 euros (embora esta verba seja fortemente reforçada nos anos seguintes 2005, 2006 e 2007); mas o que nos interessa aqui e agora, é a definição de prioridades. O Pavilhão Carlos Lopes é um equipamento emblemático da cidade, é um equipamento desportivo que não pode, nem deve ser esquecido por todos aqueles que amam esta cidade. -----

----- Parece-nos francamente ridícula e até escandalosa, a todos os níveis, mas sobretudo se comparada com o milhão e quinhentos mil euros atribuídos ao Centro Hípico de Monsanto. Sem pôr em causa este montante, parece-nos que esta actividade é necessariamente restrita quanto à sua utilização decorrente da própria modalidade, daí que não se perceba esta prioridade. Os números indicam que o Centro Hípico é uma prioridade e o Pavilhão Carlos Lopes, que deve ser um Centro Desportivo Polivalente, não parece ser uma prioridade. -----

----- O desporto, sobretudo quando se permite a sua prática por largas camadas da população, deve ser uma prioridade, não só porque é um dos pilares da prevenção primária, mas sobretudo porque é uma escola de solidariedade, de responsabilidade, de boa formação e cidadania, e é também um índice de qualidade de vida, que todos queremos alta na nossa cidade.” -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra, depois de desejar a todos um bom ano de 2004, disse que a intervenção que ia fazer tinha como pressuposto a compreensão pessoal pela situação do Sr. Presidente da Câmara, que estava há três horas e meia, sensivelmente, a ouvir intervenções, algumas mais críticas, outras não tão críticas, mais construtivas, outras elogiosas, mas a maioria, sem dúvida, traçava um quadro de censura. -----

----- E era, com o devido respeito, inevitável fazê-lo neste momento porquanto se cumpriam hoje precisamente dois anos da tomada de posse da Câmara e da Assembleia Municipal, e as expectativas criadas no eleitorado e no próprio Município foram elevadas. Aliás, o Sr. Presidente da Câmara já algumas vezes, confrontado com essas expectativas que criou, referiu que, de facto, em campanha eleitoral se cometiam alguns excessos, e era também com essa margem de desvalorização, face aos compromissos que assumira, que analisavam o trabalho do Município. -----

----- Mas, ainda assim, descontando essa margem, tinham que admitir que a capacidade de realização que o Executivo tem demonstrado era insatisfatória. E era insatisfatória porque depressa se esgotara o período em que podia invocar a necessidade de pôr a casa em ordem, a necessidade de fazer uma reestruturação no funcionamento da Câmara, a necessidade de “limpar” a herança que encontrara, designadamente os compromissos com a construção de habitação social e outros programas que resultaram de obra deixada pela coligação de esquerda. -----

----- Esse tempo passou, passaram dois orçamentos e dois planos de actividades que foram apresentados e votados para o Executivo iniciar o seu programa, isto é, iniciar o cumprimento dos compromissos que assumira perante os lisboetas, e este seria o Orçamento da rotura, o Orçamento da mudança, o Orçamento que lhe permitiria, nos quase dois anos de mandato que ainda tinha, dizer aos lisboetas que o projecto que falava numa Lisboa feliz – o que pressupunha que a anterior coligação não trazia felicidade à cidade – era altura de ser posto em prática, era altura de encontrar a felicidade não só pelo que a Câmara já fez mas perspectivar a felicidade no que ainda poderia fazer. -----

----- Só que olhando para o Orçamento de 2004, em discussão, e comparando-o com o do ano passado, não havia margem para criar uma diferença. Existiam algumas alterações, designadamente um maior investimento na acção social, um maior investimento na educação e juventude, mas um investimento sectorial, ou seja, um investimento essencialmente destinado à recuperação do parque escolar, porque no que dizia respeito à juventude tudo ficava na mesma. Portanto, um dos projectos de bandeira ali assumidos no primeiro ano de mandato, o “Espaço Lisboa Jovem”, caía pela base, já não havia tempo e já não havia disponibilidade orçamental. Esse, infelizmente para a cidade, já não seria concretizado. -----

----- E outros projectos ficariam por concretizar, designadamente a mobilidade rodoviária. Aí também teria que se dar uma margem de desconto porque o Sr. Presidente da Câmara enfrentava diariamente uma ofensiva de milhares e milhares de carros, mas se teve a coragem de condicionar o trânsito em áreas específicas da cidade, como Alfama e Bairro Alto, nestes dois anos de mandato também já poderia ter desenvolvido algum trabalho de concertação com o Governo no sentido de estudar soluções que pudessem sustentar a implementação de constrangimentos à entrada dos milhares de veículos que diariamente vinham para Lisboa, e que depois geravam uma séria de problemas a jusante que a Autarquia não tinha meios nem capacidades para resolver, e desde logo os que se prendiam com o estacionamento. -----

----- Recordou, a propósito, que o Prof. Carmona Rodrigues, no tempo em que exerceu funções de Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, reconheceu que o défice entre a oferta de estacionamento e a necessidade de estacionamento, se elevava acima das centenas de milhar. Ou seja, mesmo com os parques de estacionamento em altura, que o Sr. Presidente da Câmara prometeu construir, ficaria na ordem das centenas de milhar a insuficiência da cidade em termos de lugares de estacionamento. Mas mesmo aí era escassa a realização que a Câmara tem conseguido, pois pela coligação de esquerda foram inúmeros os parques de estacionamento subterrâneos que foram deixados à cidade, e se essa construção, do ponto de vista técnico, oferecia maiores dificuldades do que a construção em altura, ainda estavam à espera de parques de estacionamento em altura disponíveis para a população poder resolver alguns dos seus constrangimentos em termos de estacionamento. No entanto, só já tinham cerca de ano e meio para o fim do mandato. -----

----- Portanto, também nessa área as perspectivas de felicidade seriam ilusórias! -----

----- E no ano em que, eventualmente, seria consolidada a obra do regime, o Túnel do Marquês, importava também referir que essa obra seria conseguida à custa de uma degradação visível do resto da rede viária da cidade. Ou seja, o Orçamento aí não esticava muito, e não esticava porque era canalizado preferencialmente para a construção dessa infra-estrutura viária. Todo o resto da manutenção do betuminoso na cidade, ficava um pouco deixado ao acaso, ficava à mercê do investimento que deveria ser feito para conservar. -----

----- Aludindo ao desporto, disse que um pouco injustificadamente, na opinião do PS, o Sr. Presidente da Câmara acabara com uma marca de sucesso da anterior coligação, os Jogos da Cidade de Lisboa, que envolviam milhares de pessoas todos os anos a praticar desporto de forma descomprometida com quaisquer lógicas que não o prazer de competir de forma amadora. Recordou que foi prometido que seriam encontradas alternativas, designadamente em parceria com as federações e associações no sentido de oferecer à população algumas competições, mas nada conseguiram ver. Não os preocupava apenas a crítica, preocupava-os a qualidade de vida da população de Lisboa, e o Sr. Presidente da Câmara ainda estava a tempo de repensar a extinção dessa acção e organizar novamente os Jogos da Cidade de Lisboa, nos moldes em que eram organizados ou noutros sucedâneos. -----

----- Ainda sobre o desporto, disse que no Plano de Actividades apenas cinco piscinas estavam orçamentadas, e algumas delas já existiam como era o caso da Piscina do Areeiro. Portanto ficava também por conseguir algo que o Sr. Presidente da Câmara enunciara como bandeira para o seu mandato. -----

----- Sobre a promoção de habitação jovem na cidade, referiu que a insuficiência era manifesta, e aí havia uma comparação que tinha que ser feita: a coligação de esquerda erradicou as barracas da Cidade de Lisboa, promoveu milhares e milhares de fogos para pessoas que não tinham capacidade para os adquirir, e o actual Executivo, através da EPUL ou directamente através da Câmara Municipal, não tem apresentado oferta de habitação a qualquer título, o que era preocupante. E considerando que o ciclo de construção se cifra, se tudo correr bem, nos três/três anos e meio desde a fase de

projecto até à entrega da chave ou da alienação definitiva dos fogos, também se podia concluir que o cenário não seria optimista. -----

----- Aliás, notava-se nessa área uma redução do investimento, o que também se compreendia porque a Câmara abdicava de contratar directamente a construção ou a recuperação de habitação para atribuir essa tarefa à EPUL. Mas num cenário em que se falava da privatização da EPUL, tinham forçosamente que colocar a seguinte questão: a Câmara queria ou não queria fazer o repovoamento da Cidade de Lisboa? Queria ou não queria ser a primeira responsável por oferecer habitação aos jovens que foram obrigados a fugir da cidade? Transferia património para a EPUL para depois privatizar e alienar essa responsabilidade para os privados? -----

----- Esperavam que a Câmara assumisse até ao fim os seus compromissos, e que uma cidade rejuvenescida fosse uma realidade. -----

----- Por fim, disse que não valia a pena falar de outras áreas que já ali foram abundantemente referidas por outros Deputados Municipais, referiria apenas que este era o último Orçamento do resto do mandato do Sr. Presidente da Câmara. Na opinião do PS não era um Orçamento optimista para aquilo que ainda faltava fazer, aguardariam o próximo ano, sendo que era ano de eleições, um ano de conclusão e não de relançamento ou de consolidação de actividade. O Sr. Presidente da Câmara teve oportunidade de referir que quem votava não coincidia necessariamente com quem escrevia a opinião publicada, aí eram obrigados a concordar, mas também podiam fazer a seguinte constatação: quem votava era quem sentia na pele os problemas, e no próximo acto eleitoral veriam. -----

----- **O Deputado Municipal Abílio Martins (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São João, no uso da palavra, disse que enquanto Presidente da Junta de Freguesia de São João as suas preocupações, em termos de análise do Orçamento e do Plano de Actividades, iam, naturalmente, para aquilo para as questões relacionadas com a sua freguesia, e que viam ou não viam espelhadas nesses documentos. -----

----- E era com um lamento profundo que verificava que obras estratégicas para a sua freguesia, e para uma área importante da cidade, não estavam destacadas com a amplitude que as mesmas mereciam. -----

----- Por exemplo, em relação ao Plano de Vale de Chelas o que verificavam era uma ausência de continuidade. Não verificavam a conclusão do mesmo, e isso era preocupante pelo facto desse plano prever o terminar de uma circular que com certeza traria melhores acessibilidades à cidade, circular essa que teve a sua conclusão prevista para há dois anos atrás, como também não verificavam a conclusão da sede da Junta de Freguesia de São João. -----

----- Ainda relativamente à primeira fase, lamentavam também que não houvesse uma perspectiva sobre a conclusão dos arranjos paisagísticos que estavam previstos. -----

----- Sobre a segunda fase do plano, que previa, nomeadamente, a criação de uma escola primária para dar resposta a uma área de implantação de novas urbanizações que estavam a nascer nessa área da cidade, disse que ela não arrancara ainda apesar dessas mesmas urbanizações estarem praticamente concluídas, o que criaria um défice à população que iria habitar essa área de Lisboa. -----

----- Por outro lado, ainda sobre a segunda fase, a mesma coisa se colocava em relação à questão do realojamento de um bairro inteiro, cujos moradores continuavam à espera de ver o seu problema resolvido, enquanto iam assistindo, nomeadamente o Bairro Belo Horizonte, à degradação das suas habitações sem que os seus problemas fossem resolvidos. -----

----- E não era por falta de dinheiro, como dizia a Sra. Vice-Presidente, que não se resolvia essa situação, porque isso podia fazer-se através das permutas dos terrenos que eram propriedade da Câmara. Porque, tal como se fez na primeira fase, se esses terrenos fossem permutados o investimento seria muito reduzido da parte da Câmara. -

----- De facto, não se entendia a razão por que o Plano do Vale de Chelas, em particular no que dizia respeito aos investimentos para a segunda fase, não era uma prioridade no Plano de Actividades da Câmara, já que, em termos de investimento, também aí a Câmara não teria dificuldade em obtê-lo. -----

----- Prosseguindo, disse que uma outra preocupação da freguesia era o Baluarte de Santa Apolónia. Todos falavam, sucessivamente, na preocupação de recuperar património, e ali estava um património que era de todos, que era da cidade, que estava classificado, que há anos merecia ser recuperado mas que também há anos era esquecido. A Junta, pela sua parte, tudo tem feito para que esse património viesse a ser recuperado para a cidade, para que nele pudessem visualizar uma área cultural de grande importância, e nomeadamente para a Freguesia de São João. Mas, apesar das propostas que têm apresentado para que essa obra fosse feita por fases, porque poderia não haver capacidades financeiras para a fazer toda ao mesmo tempo, não obtiveram até hoje qualquer resposta e não viam nenhuma preocupação, em termos de Plano de Actividades, para a sua resolução, quer em termos de resolução patrimonial, quer em termos de resolução paisagística, continuando o terreno ao abandono e criando graves problemas ambientais à área envolvente. -----

----- E também nada viam em relação às dezenas de moradores do Edifício Concorde, que há cerca de 19 anos viviam nesse edifício de génese ilegal porque não tinha ainda a licença de habitação. Esse foi um problema que o Sr. Presidente da Câmara abordara na sua intervenção, e que a Junta também gostaria de ver resolvido de uma vez por todas. Ele vinha sendo protelado, mas num processo integrado para a resolução do processo do Baluarte, poderiam procurar resolver todo o problema que a ele estava associado. -----

----- A Junta propusera isso em devido tempo, mas também não viam esse problema espelhado no Plano de Actividades, em apreciação. -----

----- Uma questão que estava no Plano de Actividades mas em relação à qual desejava deixar um alerta, tinha a ver com a obra da Rua Cruzado Osberno. A Junta propusera que essa obra fosse efectuada, ela estava prevista no Plano, mas preocupava-os que a sua ligação, que também propuseram, em escada, entre a Rua Paio Peres Correia e a Rua Cruzado Osberno não estivesse prevista, porque de uma só assentada poderiam resolver toda essa situação e assim proporcionar melhor qualidade de vida aos moradores da zona. -----

----- Sobre o processo de descentralização para as Juntas de Freguesias, disse que têm vindo a procurar trabalhar na Junta no sentido de tentar construir uma freguesia cada vez mais harmoniosa e que procurasse dar resposta às necessidades que os cidadãos sentiam, aceitando o princípio do processo de descentralização para as Juntas de Freguesia e, naturalmente, procurando, através dele, consolidar soluções que os moradores sentiam e necessitavam. -----

----- No entanto, lamentavam que para a realização de uma festa que criaram e desenvolveram na Praça Paiva Couceiro, uma festa de Natal que concertaram com a Câmara Municipal no sentido de a realizarem desde o dia 6 de Dezembro até ao dia 6 de Janeiro, festa essa que ao mesmo tempo possibilitava um processo de integração social e ganhos na área da segurança porque ocupavam um espaço diurno e nocturno possibilitando aos moradores momentos de lazer e de convivialidade nessa época, festa que possibilitara a participação e a parceria com as paróquias e as instituições da freguesia de forma a obterem algum financiamento para a sua actividade anual e um maior reconhecimento da sua obra na comunidade de São João, e obtiveram, de facto, todas as articulações com a Câmara, mas sentiram, desde a primeira hora, da parte dos serviços da Direcção Municipal de Ambiente e Espaço Urbano uma má vontade em relação à realização dessa festa. -----

----- E sentiram que esse mau ambiente não ocorria só em relação a essa festa mas também em relação às relações com a Junta de Freguesia de São João. -----

----- Este era um reparo que deixava porque a Direcção Municipal de Ambiente Urbano teria que ter um outro tratamento, uma outra forma de agir, na relação com as instituições e em particular com as Juntas de Freguesia. Mas, oportunamente, também faria chegar uma informação mais detalhada ao Sr. Presidente da Câmara para que tivesse conhecimento e, naturalmente, obtivesse as devidas respostas. -----

----- A terminar, disse que gostariam de ver concluído o processo relativo à sede da Junta de Freguesia de São João. Era uma obra que importava algum financiamento da Câmara, era uma obra que estava associada ao Plano do Vale de Chelas, mas era uma obra que gostariam de concluir em 2004 em termos de articulação com a Câmara Municipal de Lisboa, e inaugurá-la no final deste ano. Já várias vezes pediram a informação da Câmara para quando a continuidade da sua construção, e gostariam de obter essa informação porque também no Plano de Actividades não estava espelhada a realização dessa obra. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Napoleão (PS)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Após a consulta das Grandes Opções do Plano e do Orçamento de 2004, verifiquei que as Associações de Bombeiros Voluntários, que além de um complemento ao Regimento de Sapadores Bombeiros, são uma parte integrante, necessária e indispensável da Área Operacional da Protecção Civil, quer de Lisboa, quer nacional, não constam desses documentos. -----

----- Tal omissão pareceu-me estranha, e após ter falado há momentos com a Sra. Vereadora Ana Sofia Bettencourt, esta, em nome do Executivo, assumiu o erro dizendo que tal verba se encontra diluída nas verbas da Escola do Regimento de

Sapadores Bombeiros. Assumindo nós que na 1ª revisão orçamental a verba de cerca de 400.000 euros será consignada nos subsídios a serem atribuídos às Associações de Bombeiros Voluntários, registamos a disponibilidade para essa correcção uma vez que o apoio às Associações de Bombeiros Voluntários é essencial à manutenção da eficácia do sistema de Protecção e Socorro da Cidade de Lisboa, bem como da prestação diária dos transportes na área do Serviço de Saúde.” -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, começou por dizer que, nesta sua primeira intervenção do ano de 2004, desejava reconhecer ao Sr. Presidente da Câmara a coragem política que teve para resolver um problema da sua freguesia, concretamente o problema do Vale do Forno, que, durante anos, anteriores Executivos da Junta e o actual tanto lutaram para que se visse concretizado esse objectivo. -----

----- Mas, infelizmente, também não podia deixar de lamentar a forma como tudo foi feito. Hoje não seria a altura para dizer tudo o que se tinha passado, mas não podia deixar de lamentar que naquilo que podia ter sido uma obra digna e de anos de luta, a Câmara decidisse esquecer a Junta de Freguesia, os parceiros no terreno, e em vez do diálogo tivesse utilizado a força para resolver o problema, como assistiram na televisão. -----

----- Não se resolveu mas deslocara-se o problema para outras áreas da cidade, e a prova disso era que da proposta para as quatro novas esquadras a criar duas estavam nas áreas onde essas pessoas foram realojadas. Não foi pensada a integração social das zonas para onde foram – Ameixoeira, Olivais e Marvila – isso foi dado aos Presidentes dessas Juntas como facto consumado e não como articulação de trabalho para o futuro. E estavam a falar de cerca de 400 pessoas de etnia cigana. Não houve articulação com a escola, muito menos com a PSP, com esta só na parte final porque era preciso usar a força. Foi um processo mal conduzido mas, no entanto, não queria deixar de referir que durante anos andaram a contestar que a Câmara tinha esquecido o problema do Vale do Forno, e agora tinha que reconhecer essa coragem política para o resolver. -----

----- Depois, passando à questão das verbas para as Juntas de Freguesia, disse que se falava em mais um milhão de euros no âmbito do FFF, mas como a adenda estava incompleta desejava ser esclarecido se essa verba era para ser distribuída exactamente com o mesmo critério da verba que antes estava contemplada. Era mais um milhão de euros, que esperava fosse distribuído com o mesmo critério que os outros oito milhões que lá estavam contemplados. -----

----- Disse que lhe fazia alguma confusão esses seis milhões de euros que apareciam em adenda, estariam ali para ver se isso seria cumprido, se isso seria realizado, mas, aprovando-se o Plano de Actividades e Orçamento, a qualquer momento a Câmara poderia alterar, sem precisar de ir à Assembleia Municipal, aquilo que hoje estavam ali a assumir como compromisso. Estavam a falar apenas de seis milhões de euros. E dava como exemplo que em Outubro o Sr. Vereador Pedro Feist decidira propor às Juntas de Freguesia dez protocolos para construção de infra-estruturas desportivas. Aí foi necessário, uma semana antes, fazer uma alteração orçamental de um milhão de

euros para a transferências para as Juntas de Freguesia, e qual não foi o espanto – gostaria que o Sr. Presidente da Câmara esclarecesse isso – foram dez Juntas, concretamente Carnide, Alcântara, Benfica, Campo Grande, Beato, Lumiar, Olivais, Nossa Senhora de Fátima, e Marvila, essa proposta, com o n.º 649/2003, foi aprovada em sessão de Câmara no dia 29 de Outubro e, curiosamente, dessas dez Juntas três ainda não receberam. -----

----- Eram verbas de 2003, ainda há pouco ligara para o Gabinete do Sr. Presidente da Câmara e disseram-lhe que ele ainda não tinha assinado. Quando estavam ali a falar que era difícil fazer uma execução orçamental, três simples assinaturas do Sr. Presidente da Câmara teriam desbloqueado um milhão de euros para as Juntas de Freguesia, e isso não foi feito. Agora, não tendo sido feita essa transferência em 2003, perguntava se ela estava contemplada para 2004. Eram apenas três Juntas, esperava que não tivesse sido discriminação porque eram três Juntas do PCP: Alcântara, Marvila e Carnide, em relação às quais ainda há pouco lhe disseram, do Gabinete do Sr. Presidente da Câmara: “dê-me até sexta-feira para ver se eu consigo essa assinatura”.-----

----- Quanto ao Plano de Actividades e Orçamento, disse que queria colocar quatro questões relativamente à área da educação. -----

----- Primeira questão: a verba prevista para pessoal, designadamente para trabalho precário com recurso a pessoal em regime de tarefa ou avença, aumentava 63%! E por que era que isso aumentava? Aumentava porque nomeadamente em relação às auxiliares dos jardins-de-infância da rede pública, dado ser uma responsabilidade do Município colocar o pessoal auxiliar, a Câmara não punha no quadro esse pessoal mas sim recorria ao conhecido recibo verde para resolver essa situação. Bem sabiam que houve atrasos no último período, que auxiliares contratadas pela Câmara Municipal de Lisboa estiveram quatro meses com salários em atraso. -----

----- A segunda questão tinha a ver com as matérias que eram dadas como prioridades na área da educação. Por exemplo, na requalificação do parque escolar dizia-se que foram valorizadas 13 escolas numa primeira fase em 2003, e que para 2004 se previam 15 novas escolas. Depois de tanto alarme que se criara na população dizendo que tinham recebido um parque escolar perfeitamente degradado e com graves problemas de segurança, era muito pouco! E esperava, que nessas 13 escolas da primeira fase, não estivesse a escola n.º 45, da sua freguesia, onde a única coisa que foi feita foi construir um segundo parque infantil, porque o resto, que tinha a ver com questões de segurança das próprias crianças, continuava por resolver. -----

----- A terceira questão dizia respeito à construção de novos edifícios escolares. Disse que foi ao Plano Plurianual de Investimentos e constatou que na página 88 se referia que seriam construídos 13 equipamentos escolares, mas também foi ao Plano Plurianual de Investimentos de 2002 e estavam lá os mesmos 13 equipamentos, exactamente pela mesma ordem. Essa era a prova daquilo que ali disseram aquando do debate sobre a abertura do ano lectivo, que não havia uma única construção nova na área da educação, lançada pela actual Câmara. A única diferença, era que o prazo de conclusão das obras foi arrastado de dois anos para dois anos e meio. Portanto, não

havia uma única obra nova, e mesmo essas treze foram pensadas e lançadas pelo anterior Executivo camarário. -----

----- Por outro lado, em 2002, no mesmo documento, dizia-se que a despesa realizada nesses treze equipamentos escolares era de dois milhões de euros, enquanto que hoje, no mesmo documento que estavam a discutir, era dito que para esses mesmos treze equipamentos, passados dois anos, a despesa realizada foi de quatro milhões de euros. Ou seja, em dois anos a Câmara utilizou dois milhões de euros para construção de novos equipamentos, quando, se somassem os valores de 2002, 2003 e as previsões ali aprovadas, eram sete milhões de euros. Portanto, menos cinco milhões. Para 2004 previam agora cinco milhões de euros, mas em 2003 foi dito que eram oito milhões para 2004 e afinal já estavam em metade. -----

----- Por fim, a quarta questão que tinha a ver com a acção social escolar. Lembrou que foi ali referida, também aquando do debate sobre a abertura do ano lectivo, a questão das refeições escolares, uma medida que também elogiaram, mas que teve vários problemas, e estavam a falar de refeições de crianças dos 3 aos 7, 8 ou 9 anos de idade. Essas refeições, em vez de serem confeccionadas na escola, eram confeccionadas algumas em Pombal e vinham todos os dias para Lisboa em condições que já várias associações de pais e professores contestaram. Foi então dito que isso era uma situação provisória e que a Câmara se iria empenhar na remodelação de muitas cozinhas e de muitos refeitórios para que as refeições voltassem a ser confeccionadas no local, mas nada era referido no Plano, antes pelo contrário as verbas inscritas indicavam que 2004 seria um ano igual a 2003, isto é, que iriam ter refeições mas não refeições confeccionadas no local, controladas pelas associações de pais, e pelas escolas. -----

----- Disse, ainda, que quanto ao prolongamento dos jardins-de-infância também nada era dito, e aí não eram precisas verbas do Município. Era apenas a vontade e a eficácia do Executivo para pôr em funcionamento, de imediato, o protocolo que muitos Municípios tinham com Administração Central, através do qual eram transferidas verbas para que a Câmara Municipal fizesse aquilo que há pouco foi dito, ou seja, crianças de 3, 4 e 5 anos que não podiam estar na rede pública porque os pais não as podiam ir buscar às 15 horas. A Câmara aí nada fez quando era só assinar o protocolo com o Ministério da Educação para que esse problema fosse resolvido. Infelizmente, tinham casos em Lisboa em que os pais, para terem os filhos na rede pública, tinham que pagar 300 euros por mês para terem esse serviço. -----

----- **A Deputada Municipal Lurdes Pinheiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Garantir a segurança e a tranquilidade de quem vive e trabalha em Lisboa é uma obrigação à qual o Executivo municipal não pode ficar alheio. -----

----- É verdade que muito do que mais importa fazer nesta matéria é da competência do Poder Central. Mas é legítimo que sejam exigidas soluções para problemas graves que se arrastam. E é legítimo exigir que o Município e o Governo conjuguem esforços para responder aos problemas. Até agora o que temos visto é que se entendem apenas

em declarações, mas faltam estratégias, planos e medidas com resultados na vida da cidade. -----

----- Ainda hoje foi divulgado na comunicação social que, justamente, o Presidente da Câmara reclama ao Governo mais 300 polícias para Lisboa. Só que já não é a primeira vez que se ouvem reclamações deste género e regra geral tem mais efeitos na comunicação social do que no dia-a-dia da cidade. -----

----- No Plano de Actividades e Orçamento em apreciação não são apresentadas informações que permitam concluir que em 2004 Lisboa vai ter as respostas necessárias por parte da Câmara Municipal de Lisboa, no desempenho de competências próprias ou em acção conjugada com o Governo. Sem fazer um levantamento exaustivo, recordamos algumas situações preocupantes: -----

----- O aumento das queixas relativas a pequenos crimes (assaltos a pessoas, a viaturas, a lojas e a habitações) levou os moradores e comerciantes de Alfama a recolherem um abaixo-assinado, entregue em Novembro no Comando Metropolitano da PSP, como aqui referi em Dezembro. Até agora não obtivemos resposta, e os problemas persistem. Soubemos há dias que problemas semelhantes tiveram idêntica reacção em Telheiras. -----

----- Depois de ouvirmos o Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar lançar o alerta no Conselho Municipal de Segurança, vimos na televisão os moradores a denunciarem o aumento dos assaltos e a mobilizarem-se para a recolha de assinaturas. -----

----- Possivelmente, também ninguém lhes respondeu ainda. -----

----- Na reunião do Conselho Municipal de Segurança, em Dezembro, ouvimos ainda declarações que vieram mostrar como se mantêm actuais as preocupações manifestadas pelos Deputados Municipais do PCP e pela população, relativamente à zona do Intendente e Av. Almirante Reis. -----

----- Diariamente e pelas mais diversas vias temos conhecimento dos efeitos negativos da falta de efectivos policiais, das precárias condições em que os agentes prestam serviço, dos cortes orçamentais que atingem as forças de segurança agravando as consequências da situação social. Ao mesmo tempo vão chegando notícias de decisões camarárias que acabam por prejudicar a segurança na cidade. Foi o que sucedeu por exemplo com os realojamentos à força das famílias que habitavam no Vale do Forno em Carnide. -----

----- Apesar dos protestos dos eleitos e dos moradores da Freguesia do Beato, mantém-se ali uma concentração de equipamentos sociais, que traz impactos negativos para a segurança. Funcionam dois Centros de Acolhimento de pessoas sem abrigo, e um Centro de Apoio a Toxicodependentes, que levam à zona diariamente algumas centenas de utentes. Não foram ainda tomadas as necessárias medidas de reforço da segurança e, para além do aumento dos assaltos, são frequentes também as agressões a agentes policiais. -----

----- A insegurança na cidade não é apenas devida à falta de policiamento nem aos assaltos e agressões -----

----- A segurança aumentará se houver menos prédios abandonados, mais iluminação nas ruas, menos carros e menos buracos nos passeios, mais vida nos bairros e melhores condições de vida para a população, e sem desemprego. -----

----- A segurança aumentará se não forem liquidadas carreiras nocturnas da Carris, e se os bairros mais periféricos não ficarem praticamente isolados nas horas de menor movimento. -----

----- A segurança aumentará se os eleitos municipais exigirem políticas adequadas do Poder Central e se souberem ganhar a população para reforçar esta exigência e para ter no dia-a-dia uma intervenção cívica em todas as circunstâncias admitidas no nosso regime democrático. Para que haja mais segurança em Lisboa podem continuar a contar com os eleitos do PCP e com a intervenção cívica dos comunistas.” -----

----- **A Deputada Municipal Lurdes Queiroz (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “Venho também partilhar convosco algumas das nossas preocupações relativamente ao estado do espaço público da nossa cidade. Espaço público que coabitamos diariamente e que constatamos contrapõe exactamente a expressão utilizada pelo Sr. Presidente da Câmara de que “Lisboa está a andar”.... -----

----- Para nós não está a andar, senão vejamos como tem alastrado o estado caótico do estacionamento e de circulação na cidade, senão vejamos (interdição do trânsito não tem sido de facto a solução) como está o estado do piso da nossa cidade (não bastam as parcas verbas que são atribuídas às freguesias através dos protocolos de delegação de competências, que são de facto muito poucas). Nós nas freguesias temos muitas dificuldades, eu já tive ocasião de dizer aqui que não era culpa de ninguém o vandalismo que hoje se vê, mas, de facto, essa verba tem de ser reforçada. -----

----- Para as falhas que constamos temos que procurar encontrar soluções que passam, em nosso entender, por uma maior fiscalização e maior investimento. -----

----- E como exemplo do que acabo de afirmar temos o caso da campanha que a Câmara Municipal de Lisboa introduziu recentemente para os resíduos deixados nas nossas ruas pelos animais (cães) é com certeza uma campanha financeira elevada mas este objectivo/fim justifica o meio utilizado, ao contrário da campanha dos *outdoors* em que a Câmara gasta avultadas verbas do erário público, e alguns deles não dão nenhuma informação ao munícipe. Pelo contrário! Na minha freguesia está um cartaz que diz: “você não imagina o que aí vem!”, portanto não dizia rigorosamente nada! ----

----- Depois há uma outra questão. Quando se fala no trabalho também se fala no pessoal, e costuma-se dizer que sem ovos não se fazem omeletas. Nós temos uma área de Lisboa que vai desde Santos a Algés e existem dois fiscais, mas dois fiscais para detectarem todas as lacunas que existem no espaço público não é nada, é humanamente impossível. -----

----- Dar-lhe-ia um exemplo de como era bom um investimento de trabalho e de vontade em resolver algumas das muitas deficiências que se denotam diariamente na Cidade de Lisboa e sobretudo nas noites de Lisboa, falo-vos da iluminação, um trabalho que deve ser concertado entre a EDP e a Câmara. -----

----- A culpa é de quem? -----

----- Já aqui foi referida a importância para a cidade de uma eficaz iluminação por uma questão principalmente de segurança, que, como disse o Sr. Presidente da Câmara, é uma área em que as autarquias também têm responsabilidades. -----

----- Tornar o dia-a-dia das pessoas um bocadinho melhor dizia há pouco o Sr. Presidente da Câmara a terminar o seu discurso, mas parece-me que está na hora do Sr. Presidente da Câmara andar também um bocadinho a pé pela nossa cidade. Não me refiro aos buracos que engolem autocarros, que também os há, e há que estudar e prevenir, mas refiro-me aqueles buracos em que as senhoras partem pernas e dão grandes quedas devido ao estado do piso e aos demais objectos (ervas, dejectos caninos, etc.) que surgem não apenas em cada esquina. Tem que se fazer um maior esforço na limpeza da nossa cidade, não basta dizer os “outros” não faziam porque tínhamos com os “outros” uma cidade mais limpa. -----

----- Como se pode fazer um discurso a dizer que se quer fazer e depois se cortam verbas nestas áreas de intervenção aqui referidas como prioritárias para uma cidade limpa, mais tratada, onde com o exemplo camarário se possa exigir maior civismo aos seus munícipes. -----

----- Já foi aqui referido, pelo Deputado Municipal Jorge Napoleão, mas gostava de aludir a essa questão porque nós também reparamos nela, isto é, que no Orçamento não está inscrita nenhuma verba para os Bombeiros Voluntários. Gostaríamos de ver esclarecida esta matéria para saber como iria a Câmara descalçar essa bota, já que a verba estava inscrita nos Sapadores e teria que haver uma verba para os Voluntários.” -

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “Sr. Presidente da Câmara, a minha intervenção vai incidir sobre a falta ou abandono dum projecto de consolidação da estrutura funcional da cidade, que estava em concurso e que V. Exa., sabe-se lá porquê, abandonou há algum tempo. As áreas que em concreto mais queria pronunciar, seria o saneamento e higiene urbana e o ambiente e estrutura verde. -----

----- Na área ambiental o que está previsto no Plano para 2004, em termos de investimento, não traduz nem de perto nem de longe as preocupações que V. Exa. diz ter para resolver alguns problemas que a cidade tem, nomeadamente o problema do caniço de Alcântara, os problemas da Baixa Pombalina, assim como também não era visível que houvesse qualquer tipo de preocupação em dotar a cidade dos serviços e meios capazes para que a limpeza e a higiene urbana sejam efectivamente uma realidade e deixem de ser uma preocupação das populações. -----

----- Se é preocupante o desinvestimento nesta área já que há uma redução que ultrapassa os 50% em relação a 2003, não deixa de ser estranho que ao contrário do que seria de todo aconselhável, houvesse um certo desinvestimento na educação ambiental, pois em 2003 previa-se 38.720 euros como verba definida e para 2004 só constam 5.000 euros. É obra! Há aqui uma distração, penso eu, ou então o Sr. Presidente da Câmara já se esqueceu que o melhor investimento que todos nós podemos fazer é na educação. Lamentamos esta redução de verbas que aí consta. -----

----- No que respeita à estrutura verde da cidade também aqui se verifica um sério revés. O investimento diminui, projectos que muito iriam contribuir para a requalificação urbana são esquecidos ou até abandonados, tal as verbas irrisórias que constam para a sua execução. E estão nesta linha de preocupações o projecto chamado Corredor Verde, que envolvia o Parque de Monsanto, Parque Periférico, eixo do Parque Eduardo VII, Parque Oriental, etc., que incluía a construção de pistas cicláveis pois o investimento previsto para 2004 é reduzido de uma forma substancial. Por exemplo, o investimento previsto nas Grandes Opções do Plano de 2003 para o Parque Periférico era de 217.302 euros como verba definida, depois para 2004 tinha um investimento previsto de 2.187.834 euros, para 2005 tinha 1.137.000 euros e para 2006, 2.050.000 euros, mas agora, para 2004 constavam apenas 10.000 euros, saltando, por obra e graça do Espírito Santo, as referências ao investimento previsto para os anos seguintes, com excepção de 2005 em que se prevê um investimento de 27.500 euros. -----

----- Sr. Presidente da Câmara, não sei que dizer! Mas uma coisa é clara, as preocupações ambientais e a construção de cidades sustentáveis, onde a qualidade e o bem-estar das populações é uma preocupação, pelo que se vê não é com esta Câmara. -

----- Se quanto à estrutura verde principal já se vê qual é a sua preocupação, que dizer da estrutura verde secundária? -----

----- Na recuperação e instalação de espaços verdes há um desinvestimento tal que a minha dúvida é se a Câmara quer ou tem intenção de recuperar ou instalar algum metro de espaço verde na cidade, onde todos sabemos o estado em que se encontram os construídos e a falta que eles fazem onde ainda não estão construídos. Mais uma vez, Sr. Presidente da Câmara, o discurso e a imagem que V. Exa. transmite é uma, a vontade em responder aos problemas das populações e da cidade é outra. Ou seja, não passa de mais uma promessa. -----

----- Por outro lado, no que diz respeito ao plano de recuperação e construção de parques infantis, em 2003 constavam 349.450 euros, verba definida, depois referia-se para 2004, 970.000 euros, e iguais montantes para 2005 e 2006. -----

----- E em 2004 o que é que consta? Nada mais nada menos que 50.000 euros! Para que é que esta verba dá tendo em conta as centenas de parques infantis da cidade que estão altamente degradados e que aguardavam manutenção, para além da rede de substituição que está aprovada há vários anos. -----

----- Portanto, parece manter-se a ideia que as crianças não votam não merece a pena investir. -----

----- Depois há outras questões que mais particularmente se referem à população de Marvila, e que me preocupam seriamente, como é a questão da recuperação dos bairros municipais. Há uma verba inscrita para a recuperação dos bairros municipais, de 8.169.776 euros, mas será que é a verba necessária para prosseguir as obras interrompidas no Bairro do Condado e no Bairro da Salgada, em Marvila? Será que consta aqui? Se constar, ótimo. -----

----- Depois, em termos de espaço público, objectivo 03, fala-se na requalificação do Bairro dos Lóios, estando inscrita uma verba de 100.000 euros para 2004, para 2005

uma verba de 275.000 euros, para o ano seguinte 280.000 euros e para 2007, 290.000 euros. Ora, esse projecto do Bairro dos Lóios era antiquíssimo, já trazia dois anos do mandato anterior, dá-me a impressão que estamos a construir dez estádios de futebol, porque dez estádios de futebol construíram-se em dois anos e a requalificação de um bairro pelos vistos ultrapassa um mandato. -----

----- Em relação ao objectivo 05, infra-estruturas viárias, há aqui uma séria de obras que se referem, que já vêm de há alguns anos atrás também: o desnivelamento da Av. Marechal Gomes da Costa com a Av. Infante D. Henrique, o viaduto da Av. Central de Chelas, etc., depois vem uma rubricazinha e está lá uma verba de 200.000 euros para o prolongamento da Av. Estados Unidos da América até à Av. Infante D. Henrique. Eu acho que não há nada para prolongar porque a avenida já está prolongada, se calhar será uma verba para a remodelação da rotunda, essa sim uma preocupação de todos porque há ali acidentes diariamente. -----

----- No objectivo 06, protecção e mobilidade rodoviária, aqui fala-se também na escola de trânsito, deve ser a manutenção das que existem, mas não diz nada quanto às obras que faltam para pôr a funcionar a escola infantil do Bairro do Armador. Também gostaríamos que o Sr. Presidente da Câmara dissesse se era intenção da Câmara pôr a funcionar essa escola que bem precisa é para começarmos a ensinar as crianças para que sejam bons condutores no futuro. -----

----- Em relação ao trânsito também há um conjunto de verbas, fala-se nas pinturas, semaforização, etc. Só queria lembrar que durante 2003 houve ruas que estiveram cheias de buracos durante muito tempo à espera do alcatrão. Felizmente a Câmara, há dois meses, pôs o alcatrão, mas desde então faltam quer as zebras para as pessoas passarem, quer as linhas para orientação do trânsito, como é o caso da Av. Dr. Augusto de Castro, e a Rua Arlindo Vicente, no Bairro da Flamengo, que o Sr. Presidente da Câmara sabe porque é uma pessoa que anda na freguesia, tal como eu, e vê que estas coisas faltam. -----

----- Depois, na cultura, objectivo 09, fala-se nas bibliotecas. Eu volto a pôr a mesma questão: para quando a abertura da Biblioteca José Gomes Ferreira, que esteve pensada e esteve previsto abrir, até foi inaugurado o espaço no último ano do mandato anterior, no Bairro Marquês de Abrantes. -----

----- Por outro lado, a Casa da Escrita, que é o antigo Palácio das Fontes, está lá um palácio bonito que podia ser aproveitado para os jovens escritores que quisessem fazer qualquer coisa. Também para isso há um projecto muito bonito, que a Câmara conhece, que podia contribuir para um melhor aproveitamento cultural da nossa cidade. -----

----- Em relação à educação, folgo muito que esteja no Plano de Actividades a construção de uma escola na Zona M, que é o Bairro do Armador, assim como um jardim-de-infância na Zona L, que é o Bairro dos Alfinetes/Salgadas, etc., etc. Mas aquilo que me preocupa é que não consta lá – pelo menos que eu veja – qualquer verba para a recuperação geral da escola n.º 9 e da escola E-B1 Agostinho da Silva, que é a antiga escola n.º 53, que estão altamente degradadas. Toda a Câmara conhece,

a Sra. Vereadora conhece e gostaríamos que, de certa forma, fosse tida em conta a questão dessas duas escolas. -----

----- Em relação ao desporto, objectivo 11, folgo também com algumas pistas que por aí vêm, mas aquilo que me preocupa é o seguinte: conforme aqui já foi dito houve um protocolo negociado com as Juntas que depois foi assinado com o Sr. Vereador Pedro Feist, nomeadamente, no que diz respeito a Marvila, para a descentralização de uma verba para a construção de uma sede para um clube humilde, o Clube de Futebol de Chelas, que tem a sua sede num autocarro; para a colocação de uma cobertura num polidesportivo; e para a colocação de um piso amovível no Pavilhão dos Lóios que estava degradado porque o Sr. Presidente da Câmara autorizou que se jogasse ali a bola quando o piso o não permitia. Aparece agora uma adenda, acredito que a Câmara é uma pessoa de bem, porque se foi negociado com uma pessoa que estava mandatado para o efeito, creio que se deve cumprir. Acho que sim. -----

----- Depois também não vejo aqui nenhuma verba para dar cumprimento àquilo que o Sr. Presidente da Câmara prometeu, que é construir um novo pavilhão desportivo no Bairros dos Lóios para substituir o pavilhão lá existente. Diz que aquele não está em condições, que vai construir um novo, o Sr. Vereador Pedro Feist até me dizia que no prazo de um ano o construía, o que não acreditei porque não podia ser. Mas também aqui não consta verba nenhuma. -----

----- No objectivo 12, intervenção social, aqui está Centro Cultural Infantil da Bela Vista 520.000 euros, mais 602.000 euros. Eu penso que este Centro será o Experimentário da Criança, que é um projecto bonito que está aprovado, penso que será esse, o que estranho é que se prevejam 520.000 euros para se gastar este ano quando se prevê que o Rokc in Rio vá destruir tudo o que ali está. -----

----- Também vem aqui uma verba para o Centro de Saúde dos Lóios: há 200.000 euros para este ano e 500.000 para 2005. Será que em 2004 o centro de saúde não vai abrir? Nem quero crer! É uma promessa que o Sr. Presidente da Câmara fez quando assumiu que se responsabilizaria e se substituiria ao Governo no seu equipamento, e espero que o Sr. Presidente cumpra essa promessa a que se comprometeu perante todos nós. -----

----- Muitas outras áreas aqui poderia abordar, mas a conclusão seria a mesma. As Opções do Plano e Orçamento para 2004 não são mais do que um instrumento que visa aplicar na cidade, e de forma subserviente, uma política elitista e de direita, tal como está a ser aplicado no País. A direita está no seu direito já que é esta a sua política, à verdadeira oposição a esta política também lhe assiste o direito de discordar e ter opiniões, projectos e planos alternativos a essa política. E porque como oposição verdadeira temos planos e projectos alternativos para a cidade, não posso concordar, como outros já aqui o afirmaram, com um mau Plano, com a falta de projecto para a cidade, com a falta de segurança, etc., um conjunto de situações que já aqui foram ditas por outros oradores, e bem. -----

----- E porque não quero ser conivente com esta política e porque acho que há condições para que esta Câmara apresente e pratique outra política, apelo a que a

oposição assuma as suas responsabilidades e vote de acordo com o que aqui foi dito e apresentado, porque, para além das palavras, o que conta são os actos e as acções. -----

----- Aquilo que se põe aqui é: vamos deixar aplicar esta má política? Ou vamos rejeitar e apresentar uma alternativa a esta política com novas propostas e novos projectos? -----

----- Por mim, e porque temos, como sempre tivemos, planos alternativos para a cidade, um projecto alternativo de esquerda, vou votar contra. Espero que todos façam o mesmo para que possam de certa forma contribuir para que a nossa cidade possa tomar as rédeas do desenvolvimento e do bem-estar das populações. -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Votos de um 2004 mais justo e solidário para todos. -----

----- Vou dividir a minha intervenção em três partes: na primeira, apresentarei alguns dados de enquadramento mundial; na segunda, o enfoque vai para a realidade a nível nacional; na terceira parte, darei atenção às questões relacionadas com a cidade de Lisboa. -----

----- Primeira parte - dados de enquadramento mundial. -----

----- Para ajudar à nossa reflexão, começo por apresentar alguns dados provenientes do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano (ONU). -----

----- No mundo uma em cada cinco pessoas vive com menos de um dólar por dia e um em cada sete sofre de fome crónica. -----

----- Perto de 20% da população mundial depende de recursos improvisados de água para as suas necessidades diárias. -----

----- Segunda parte - dados de enquadramento nacional. -----

----- Portugal é o País da União Europeia onde são maiores as desigualdades sociais, já que os 20% mais ricos recebem quase 8 vezes mais rendimento que os 20% mais pobres, quando a média da Europa dos 15 ronda as 4 vezes. -----

----- A baixa escolaridade e qualificação profissional não se restringe aos trabalhadores. De acordo com um estudo realizado pelo ISEG a pedido do Ministério da Segurança Social e do Trabalho, no período 1990 – 2000, os novos empresários tinham um nível médio de escolaridade correspondente a 8 anos de ensino básico. -----

----- Portugal é o País da União Europeia onde o desemprego tem crescido mais nos últimos anos, pois entre 2001 – 2003 a taxa de desemprego aumentou 52%. Por outro lado, o número de desempregados atingiu no fim do 3º trimestre de 2003, 514.300. Se ao número oficial adicionarmos os “inactivos disponíveis”; “os inactivos desencorajados” e o “subemprego visível” que de facto são também desempregados, vejamos para onde dispara o desemprego. Deste número apenas 19,6%, segundo o Instituto Nacional de Estatística, têm direito a subsídio de desemprego. -----

----- Senhor Presidente, Senhora Vereadora -----

----- Onde está a estratégia para o desenvolvimento económico na cidade? Que estratégias para a promoção do emprego e para a fixação das novas gerações na cidade? -----

----- No que diz respeito aos custos do trabalho, dados do Eurostat revelam que a hora de trabalho em Portugal custa em média sete euros (1.400\$00) menos de 1/3 da média comunitária. Por exemplo na Áustria, Dinamarca e Alemanha apresentam valores da ordem dos 27 Euros (mais de 5.400\$00). -----

----- O custo com o trabalho é substancialmente mais baixo em Portugal que na Grécia, Espanha e Irlanda. Na Espanha estes custos são mais do dobro dos portugueses. -----

----- Os problemas de competitividade que Portugal apresenta não se prendem, como pudemos constatar, com os custos do trabalho. E é estranho ouvir repetidamente apelar à contenção salarial para preservar a competitividade. -----

----- No que concerne à produtividade, está provado que os trabalhadores portugueses são tão produtivos como os outros e recordemos os nossos emigrantes – da construção civil à investigação – do que eles são capazes. A baixa produtividade em Portugal deve-se essencialmente à sua especialização em sectores de baixa intensidade tecnológica, à deficiente organização dos processos de produção e de trabalho em muitas empresas e às baixas qualificações dos trabalhadores e sobretudo da maior parte dos empregadores. -----

----- A intenção de manter uma política salarial que se traduz na contínua quebra do poder de compra dos salários, para além de constituir uma grande injustiça no que respeita à justa distribuição da riqueza, agudiza políticas sociais como, por exemplo, a entrada de menores receitas de contribuições para a Segurança Social. -----

----- Os trabalhadores de baixos salários continuam a ser os mais penalizados. A análise à evolução do salário mínimo nacional mostra que: -----

----- - o salário mínimo nacional perdeu poder de compra em 2003. Pela primeira vez desde 1994, o salário mínimo teve uma perda do poder de compra: aumentou 2,5% e a inflação deverá ser de 3,3%; esta perda deverá ser de 0,8%; -----

----- - o salário mínimo nacional tem-se afastado do salário médio. Em 2000, o salário mínimo nacional representava 51,8% do salário médio. Dez anos antes esta percentagem era de 59,4%, o que indica que as desigualdades salariais estão a crescer; -----

----- - os aumentos do custo de vida estão a afectar mais as famílias de baixos recursos. As rendas de casa sofrem um aumento de 3,7% em 2004. É escandaloso o aumento do pão de 35%. Trata-se de um bem de primeira necessidade que atinge mais quem menos pode. Electricidade, portagens, e outros bens têm actualizações superiores à inflação de 2% prevista pelo Governo. -----

----- As políticas sociais não são incompatíveis com o desenvolvimento. A igualdade de oportunidades é crucial em sociedades chamadas do conhecimento; a redistribuição dos rendimentos torna a sociedade mais coesa, reduzindo a conflitualidade social; a protecção social e a estabilidade no emprego aumentam a segurança das pessoas, o que favorece a mudança. A Comissão Europeia demonstrou recentemente que não ter uma política social tem custos (riscos para os trabalhadores; não integração de imigrantes; perdas de produtividade; menor coesão social; etc.). Contudo em Portugal, o Governo não vai nessa direcção. -----

----- Terceira parte - Questões relacionadas com a Cidade de Lisboa -----

----- Nas Grandes Opções do Plano 2004/2007, na pág. 3 pode ler-se: “trabalhar muito para aqueles que menos têm e que mais precisam”. O que significa isto? Como se consubstancia esta questão em projectos concretos? Que estratégia de erradicação das causas subjacentes aos problemas sociais da cidade existe? -----

----- Senhor Presidente, Senhora Vereadora -----

----- Urge ir às causas, porque não chega fazer com que as pessoas mudem de lugar por exemplo, do Intendente para os Anjos; dos Anjos para o Chile; do Chile para a Alameda e por aí fora... Como disse, não basta mudar as pessoas de lugar sem lhes proporcionar mudanças de vida. E veja-se ao desespero a que tantos chegam. Basta perder o emprego, sua única fonte de rendimento, para muitos entrarem numa vida que nunca quiseram e entrarem no mundo dos excluídos. -----

----- A propósito recordemos as palavras bem recentes do Cardeal Patriarca, D. José Policarpo “não há Paz sem justiça”. Temos de cultivar a justiça e a verdade. Na sua alusão chamou à atenção da sociedade “quando se mente nas relações internacionais, no diálogo político, na luta económica, está-se a semear na sociedade focos de violência”. -----

----- E são as causas destes focos de violência que precisamos de erradicar para que se viva numa sociedade equilibrada, com espaço e sã convivência para todos. Por isso, Senhor Presidente e Senhora Vereadora, que estratégia existe para a Intervenção Social? Como vai ser feito o combate à pobreza na nossa cidade? Não vemos estratégia. Só medidas avulsas. -----

----- Continuaremos atentos e vigilantes e não pactuaremos com políticas de cosmética ou de índole assistencialista. Pugnamos por uma intervenção social assente nos direitos dos cidadãos. -----

----- Sublinhamos a importância da Prevenção primária e do Voluntariado elencados nas Grandes Opções do Plano, mas perguntamos qual vai ser o papel das colectividades na prevenção? E quanto ao trabalho clandestino o que vai ser feito? Que fiscalização? -----

----- No que concerne ao Voluntariado como vai desenvolver-se? Não aceitaremos que ele se faça através da angariação de pessoas que substituam postos de trabalho. Esperamos sinceramente que não seja esse o caminho, pois se assim fosse ficaria em causa o voluntariado genuíno, prestado de forma gratuita e solidário. -----

----- São estas as questões que levanto e as sugestões que deixo. Elas vão no sentido de contribuir para uma melhor e mais sadia construção da nossa Cidade de Lisboa, situada neste País e nesta sociedade.”-----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra, disse que porque andava na Assembleia Municipal há muito tempo pegou na sua documentação e esteve a ver a discussão do Orçamento para 1992, que na altura era de 64 milhões de contos, para fazer uma ponte com o Orçamento que agora estavam a tratar que era de 154 milhões de contos. -----

----- Nessa altura havia em Lisboa grandes bairros de barracas, com cerca de 30.000, parques de estacionamento havia um na Praça dos Restauradores, e em termos de restrições ao trânsito agora falava-se muito no Bairro Alto mas a grande medida foi

tomada pela coligação de esquerda, porque toda a gente dizia que era impossível não passar trânsito na Rua Augusta, que era o eixo principal para escoamento do trânsito da Baixa, e no entanto a coligação de esquerda cortou-a ao trânsito e passou-a a via pedonal. -----

----- Por outro lado, também toda a gente dizia que era muito difícil, quase impossível, que a Praça do Terreiro do Paço não tivesse carros em cima, e ela neste momento não tinha carros, era uma praça bonita sem carros. -----

----- Por isso era natural que aparecessem muitos cartazes! Quando não havia obra falava-se de muita coisa porque não havia obra feita. -----

----- Disse que antes, como referira, havia só o parque da Praça dos Restauradores, mas depois foram feitos o do Parque Eduardo VII, o da Praça do Município, o da Praça da Figueira, o do Largo do Martim Moniz, o do Largo de Camões, o do Campo dos Mártires da Pátria, e se calhar havia mais. -----

----- Quanto ao Túnel do Marquês, disse que se falava nisso como uma coisa maravilhosa, mas a coligação de esquerda fez os túneis da Av. João XXI, Campo Grande, Av. da República, e outros, e não se parara a cidade por causa dos túneis. Continuaram-se a fazer bairros novos para demolir as barracas. Por exemplo fez-se o Bairro do Cabrinha, em Alcântara, que até foi contra porque estava em leito de cheia e por isso se atirara à Câmara, entendia que não deveria ter sido feito ali, no entanto considerava que em termos de realojamento depois a Câmara rectificara, porque ao nível das lojas pôs instituições de apoio à população, inclusivamente uma esquadra de polícia. -----

----- Viadutos! Lisboa praticamente não tinha viadutos, a não ser aquele metálico que está agora interdito ao trânsito e onde, curiosamente, queriam pôr agora uma rotunda. Alcântara tinha má sina com os viadutos! Com certeza se lembrariam ainda que antigamente, durante cinco anos, a Junta de Freguesia de Alcântara fez conferências de imprensa no dia 9 de Junho de cada ano, no engarrafamento da rotunda de Alcântara que era a tal rotunda, e vão pôr agora uma rotunda mais abaixo um bocado. Foi Alcântara que inventou o buzirão, não foi na Ponte 25 de Abril, depois aquilo teve sucesso e passaram-no lá para cima. Se calhar teria que voltar a fazer outra vez buzirões! A não ser que essa nova rotunda resolvesse, o que não acreditava. -----

----- Continuando, disse que no jornal Público, de 31 de Dezembro, se referia: “lisboetas desejam menos publicidade e mais obra”, no mesmo jornal, mas de hoje, dizia-se, na primeira página: “dois anos de Santana pouco fizeram mudar a cidade”. E depois tinham os tais *vips*, aqueles que eram conhecidos mas de quem o Sr. Presidente da Câmara pelos vistos não gostava, embora ali estivesse um do PSD, que eram o Miguel Portas, o Mega Ferreira, o Paulo Teixeira Pinto, o Ribeiro Teles e o Miguel Sousa Tavares. -----

----- A um à parte respondeu: “não, mas o Paulo Teixeira Pinto é, e eu até vou ler um bocadinho daquilo que ele disse”. -----

----- Leu então a parte do texto de Paulo Teixeira Pinto, que dizia: “Ainda é cedo para um balanço definitivo, até porque falta concretizar obras emblemáticas que

demonstraram ousadia e que podiam transformar a cidade para melhor: o túnel das Amoreiras e o casino. -----

----- Neste último caso, o colega de partido, Santana Lopes, critica a inconstância patente no anúncio das possíveis localizações do recinto de jogo. Aqui as posições do social-democrata aproximam-se das de Miguel Portas, para quem a ideia peregrina do casino bateu na água e a reconversão do Parque Mayer também, naquela que foi uma operação mal conduzida.” -----

----- A um novo à parte, disse: “pronto, então se calhar é, eu não sabia”. -----

----- Mas, continuando, disse que não valia a pena ler do Ribeiro Teles nem dos outros, e acrescentou, a um novo à parte: “então falo de anónimos, estão aqui quatro, com fotografia e tudo, e vou começar pelo primeiro, que é o Abel Bernardo, engenheiro agrónomo, de 38 anos de idade”. -----

----- A pergunta era: “Que avaliação faz dos dois primeiros anos do mandato de Santana Lopes na Câmara de Lisboa”. -----

----- A resposta: “Foi normal. Devia melhorar os serviços camarários e apoiar mais a recuperação dos prédios antigos. A sua intervenção no tráfego da cidade também devia ter sido maior, as nossas ruas continuam uma desgraça.” -----

----- Depois: Raquel Santos, estudante, 16 anos, que à mesma pergunta respondeu o seguinte: “Fez muito pouco, existem poucos espaços verdes e em geral as habitações continuam a ter condições miseráveis, sobretudo para os mais idosos, e os transportes públicos deviam ser mais acessíveis.” -----

----- A seguir, Maria dos Santos, advogada, 27 anos, que também à mesma pergunta respondeu: “Razoável”. -----

----- Prosseguindo no uso da palavra, o Deputado Municipal José Godinho passou à apreciação do Orçamento, começando por ler um extracto da acta n.º 60, de 19 de Dezembro de 2000, onde a determinada altura se lia: -----

----- “O Deputado Municipal Pedro Portugal, do PSD, no uso da palavra, começou por dizer que tinha algumas dúvidas sobre a viabilidade da discussão do Orçamento, porquanto estavam a discutir um documento que não diria que era virtual mas de algum modo era o preenchimento dum cheque ou dum montante que iria ser alterado ao longo do ano. Bastava ver o que se tinha passado no ano anterior com a engenharia financeira das alterações orçamentais, que não foram presentes à Assembleia e consequentemente havia uma perca de controlo democrático em termos de fiscalização relativamente àquilo que era orçamentado pela Câmara. -----

----- Portanto, verificava-se que debatiam um documento com algumas prioridades, com alguma elencagem numérica, mas que certamente teria ao longo do ano uma inversão, tal como acontecera do ano passado.” -----

----- A este propósito lembrou que em 2003, a Câmara Municipal de Lisboa, e bem, fez 23 alterações orçamentais. Isso era absolutamente legal, as alterações não tinham que vir à Assembleia Municipal e, portanto, ao contrário do Deputado Municipal Pedro Portugal estava inteiramente de acordo que a Câmara fizesse as alterações que necessitava. Ele pelos vistos não estava de acordo quando era a outra Câmara, porque nunca mais o ouviu dizer que era contra. -----

----- Depois, perguntou se a Câmara ia ou não recuperar as cozinhas das escolas, porque começaram a ser servidas refeições vindas de fora e as crianças não gostavam da comida. Não era só nas escolas da sua freguesia que isso acontecia, também acontecia nas escolas das outras freguesias. -----

----- Disse que teve uma certa esperança quando o Sr. Presidente da Câmara reuniu com algumas Juntas de Freguesia, no primeiro semestre do mandato, e lhes pediu que indicassem três prioridades para seis meses. Nessa altura fez uma contraproposta no sentido de que no seu caso não fossem três mas sim seis, e que em vez de ser em seis meses passasse a ser os quatro anos do mandato, e uma das coisas que propôs, até porque o Sr. Presidente da Câmara pelos vistos gostava muito do estacionamento em altura, foi que em frente à Carris, debaixo da ponte, fosse feito um silo. Mas o que via era que o Director Municipal de Higiene Urbana estava a propor para lá o posto de limpeza de Alcântara, já que o que existia ia ser desactivado para se fazerem habitações. -----

----- Por fim, disse que na última reunião da Assembleia de Freguesia de Alcântara foi aprovada uma Moção, cuja leitura iniciou e não terminou, mas que versava sobre a falta de limpeza na freguesia, e que a Junta até estava a pensar fazer um concurso para a rua mais suja de Alcântara, através do qual a pessoa que provasse que determinada rua era efectivamente a mais suja receberia um prémio da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que eram 20 horas e estavam ainda quatro oradores inscritos, pelo que para que terminassem até às 20:30 horas e fosse cumprido aquilo que havia sido acordado em Conferência de Representantes, isto é, que fossem votados todas propostas da Ordem de Trabalhos nesta reunião, pedia aos oradores que fossem o mais sucintos possível nas suas intervenções. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Marques (PCP)**, no uso da palavra, disse que o que o preocupava relativamente à matéria em discussão, era se iam promover uma maneira de vida diferente ou simplesmente reagiriam aos problemas que lhes iam aparecendo. -----

----- As intervenções ao nível dum sistema, ou eram, com a decisão do todo, integradas numa perspectiva estratégica a médio e longo prazo – e era essa a abordagem que pensava que era importante – dando assim resultados seguros e sustentados, que, eventualmente, poderiam não ser imediatamente visíveis, mas, pelo contrário, também podiam ser pontuais abordando aspectos particulares, casuais e desinseridos. Quando muito, neste caso, poderiam ter um impacto emotivo ou mediático, mas acarretavam, no fim de contas, um desperdício de investimentos. -----

----- Claro que não abordava as questões de intervenções que eram deliberadamente ineficazes, mas que eram úteis a particulares, ou que se tinham que apresentar ao colectivo como uma simples incompetência apesar da sua boa-vontade. Assim, as intervenções estratégicas e sistémicas iriam valorizar a prevenção primária e junto da origem dos problemas. Isso era importante que tivessem presente em todas as abordagens. -----

----- Na saúde, na educação e na acção social era fundamental aliviar os casos de violência estrutural, que empurrava os cidadãos numa reacção desajustada para

situações de disfunção e doença, aumentando assim, pesadamente, os custos dos cuidados médicos e sociais. Portanto, se queriam ter mais eficácia e mais economia, tinham que ir às raízes do problema para o encontrar e estudar. -----

----- No entanto, no caso da saúde, se os agentes tinham por objectivo os lucros com a doença, poderia ser interessante mostrar-se empenhado no secundário e no casual em acções caritativas capitalizando, e motiva imediatamente nesses aspectos que os mais conhecedores sabiam que não iam alterar o problema, ou até iam agravar os resultados procurados. -----

----- Nesse aspecto o modelo europeu de intervenção tinha longas tradições, cerca de dois mil anos, desde o tempo dos romanos, através da administração pública e da igreja católica, mas depois de todo o movimento iluminista no século XX desenvolveram-se formas de administração pública estruturadas que davam resultados seguros e eficazes. Só que, infelizmente, essas estruturas, até pelo deficiente desenvolvimento científico nessas questões de gestão pública, tinham também as suas fragilidades e, portanto, nada impedia que essas estruturas piramidais pudessem ser infiltradas por indivíduos com interesses alheios que as pudessem boicotar, esclerosar, no fim de contas promover a burocracia para que os efeitos dessas estruturas, que deviam promover o bem público e limitar os interesses particulares, principalmente daqueles mais poderosos que afectavam a maioria da população, conseguissem ter eficácia. -----

----- Para si, a burocracia era o resultado de um desvio dos objectivos, mas actualmente, devido ao nível do conhecimento de gestão que tinham, era possível melhorar e corrigir as deficiências que um aparelho estatal tivesse, com bastante resultado, e havia exemplos disso. -----

----- No entanto, do outro lado do Atlântico, num país jovem, com cerca de duzentos anos, aí foi aquilo que conheciam dos *westerners* dos *cowboys*, a lei do gatilho que prevaleceu, portanto um feroz liberalismo que dentro das questões da saúde levava a resultados catastróficos. -----

----- **O Senhor Presidente**, interrompendo o orador, disse-lhe que gostava que a sua intervenção se orientasse para as questões do Plano de Actividades e do Orçamento, que eram os documentos que estavam em debate. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Marques (PCP)**, retomando o uso da palavra, disse que as pessoas tinham as suas ideias que queriam expor, eram questões importantes sobre as quais todos deveriam reflectir porque todos procuravam o bem público e tinham que aprender com as experiências e com as reflexões que iam sendo feitas dessas mesmas experiências. -----

----- De facto, nos anos oitenta/noventa houve uma febre liberal de destruição de infra-estruturas que deram resultados catastróficos, não só a nível nacional como também a nível mundial, mas agora, felizmente, estavam a verificar que os trabalhos e os estudos de reflexão sobre essas políticas demonstravam, de facto, os seus efeitos e malefícios, e era nesse sentido que desejava trazer algum *apport*. -----

----- Referiu, então, que nos Estados Unidos, perante os malefícios para a população na área da saúde, apesar do brutal custo social que isso tinha, desenvolveram as

entidades reguladoras, reconhecendo, afinal de contas, que o sistema liberal era ineficaz para dar resultados e que era necessário haver alguma entidade que desenvolvesse o papel que o Estado desenvolvia a nível europeu. Claro que essas entidades serviram para limitar, no caso liberal americano, os pequenos empresários e permitir grandes acomodações, grandes interesses e grandes lucros das grandes empresas. Portanto, foi uma regulação que continuava sem servir os interesses da população, mas que servira a grandes grupos. -----

----- E esses grandes grupos, assentes em instituições internacionais de definição de políticas, procuravam impor a países que tinham modelos superiores, se bem que pudessem estar boicotados, o seu modelo. Mas aí para limitar não só os sectores privados mais débeis como também a função do Estado para conseguir promover grandes lucros aos grandes grupos económicos, mas, no fim de contas, não se preocupando com a situação de bem-estar da população. -----

----- Continuando, disse que um indivíduo que tinha boa apresentação, sinais exteriores de riqueza ... -----

----- **O Senhor Presidente**, interrompendo de novo o orador, pediu-lhe que abordasse, de facto, o Plano de Actividades e o Orçamento, na perspectiva da saúde, mas também que atendesse à presente situação pois já passava das 20 horas. -----

----- Tinha que dirigir, com a Mesa, os trabalhos da Assembleia, mas também tinha obrigação de pedir aos Deputados Municipais que concorressem para o bom andamento dos trabalhos. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Marques (PCP)**, retomando o uso da palavra, disse que houve um corte a nível de investimento na área da saúde, e era por isso mesmo que pensava que deviam chamar a atenção para as questões que estavam nessa origem, para que no futuro pudessem funcionar de uma maneira mais eficaz. Porque, de facto, a situação da população tem-se agravado e era necessário planear intervenções, promover acções de participação de todos os cidadãos na resolução dos problemas, porque encontramos uma população cada vez mais fragilizada. -----

----- Terminou desejando a todos uma luta eficaz, em 2004, pelo bem público e também pela restrição dos interesses privados em prejuízo do bem público. -----

----- **A Deputada Municipal Graça Mexia (PCP)**, no uso da palavra, formulou as seguintes perguntas: -----

----- Pode este Orçamento para 2004, nomeadamente na área da intervenção social, responder aos gravíssimos problemas que se põem na Cidade de Lisboa? -----

----- Será legítimo pensar que com as verbas deste Orçamento, com menos 18,2%, é possível assumir o cumprimento das Grandes Opções do Plano propostas por esta Câmara? -----

----- Correspondem minimamente às promessas eleitorais as propostas feitas, estas verbas são possíveis para conseguir executá-las? -----

----- Referiu que Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, que como todos sabiam detinha o Pelouro da Intervenção Social, disse que sim. A Sra. Vereadora disse, citou: “Todos os projectos estão contemplados”. Estariam? -----

----- Por outro lado, aquando da discussão do Plano e Orçamento na reunião de Câmara, a Sra. Vereadora, na sua intervenção, disse, citou: “Temos projectos para avançar. Projectos para os arrumadores, para as prostitutas, para os sem-abrigo, temos acções para os deficientes, acções com idosos, acções com a infância, acções com as minorias étnicas”. Não continuava porque todos os Deputados Municipais tinham os documentos na mão, estava tudo certo, era tudo muito bonito, mas seria com a redução de verbas que referiu que se podia trabalhar? Ou tudo não passava de belas intenções de propostas demagógicas? -----

----- É que para os deficientes havia menos 32% que no ano anterior; para o projecto Lisboa Cidade Aberta, havia menos 55%; para a Operação emprego deficientes, havia menos 65,2%; para as minorias étnicas, havia menos 19,2%; para o centro de recursos multiculturais, havia menos 19,3%; e para os sem-abrigo, havia menos 35,9%. Passaria isso tudo para a tal rede social, para o tal protocolo com a Misericórdia que era uma espécie de “façam vocês que nós não temos dinheiro”? -----

----- E as Juntas de Freguesia, com o seu papel fundamental, lá no local onde tudo acontece? É que as transferências para a intervenção social nas freguesias diminuíram brutalmente em 2004. Esse corte ia-se sentir, a população iria senti-lo. -----

----- Continuando, disse que na área da intervenção ao nível da prevenção da toxicodependência, que como era sabido se agravou brutalmente, em média havia menos 30%. Na prevenção primária para as Juntas de Freguesia havia menos 57,2%, enquanto que no projecto Unidade Móvel havia menos 98,9, ou seja, praticamente desapareceu, e as acções de formação para toxicodependentes tinham menos 30,7%.---

----- Por outro lado, para a intervenção sobre os tais arrumadores, que era uma proposta extraordinária, havia menos 98,4%, isto é, desapareceu, e para a intervenção junto da prostituição havia menos 33,4%. -----

----- Um outro aspecto que também desejava referir porque, segundo disse, muito os preocupava, era o desemprego que aumentava e nalguns locais os trabalhadores eram substituídos pelo voluntariado. Sabia que esse era um exemplo de Espanha, sabia também que o actual Governo gostava muito de acompanhar e copiar o que se passava em Espanha, e, evidentemente, a Câmara também, mas era muito importante que se avaliasse o que isso significava de menos postos de trabalho, de desemprego, porque essa estratégia era, efectivamente, uma diminuição das responsabilidades sociais do Estado e da Autarquia de Lisboa. -----

----- Disse que podia falar um pouco mais sobre a prevenção da toxicodependência, que praticamente desapareceu, mas como pediam para acelerar ia falar de outra matéria. -----

----- Referiu, então, que uma das várias áreas da intervenção social que muito os preocupava, e ainda mais sendo ela própria Presidente da Comissão Permanente para a Promoção da Igualdade de Direitos e Oportunidades, tinha a ver com a problemática da prostituição e do tráfego de mulheres, assim como os problemas dos imigrantes. ---

----- Quanto a essa matéria, queriam saber – mas com este Orçamento não o conseguiam, antes pelo contrário – que política tinha a Câmara para participar na

integração dos imigrantes, no respeito que devia ter por eles, no ajudá-los a conquistar uma cidadania plena. -----

----- Sobre a prostituição, disse que a Sra. Vereadora, quando reuniu com a Comissão no dia 27 de Março de 2003, para grande gosto da Comissão manifestara um enorme interesse, inclusive com um centro de acolhimento à mulher prostituta. Consideraram, e ficaram muito entusiasmados, que esse centro de acolhimento à mulher era a jóia da Vereação. De facto, a Comissão tinha imenso gosto em ir lá ver, os objectivos do centro eram três páginas que a Sra. Vereadora lhes enviara, o que agradeciam, mas o que aconteceu não sabiam porquanto não viam nenhuma verba no Orçamento. -----

----- Teria desaparecido a prostituição em Lisboa? Numa época como a presente, de enorme crise económica, de desemprego galopante, – que a Deputada Municipal Deolinda Machado desenvolveu extraordinariamente bem, portanto não avançava as causas – alguém acreditava que o medonho flagelo da prostituição, do tráfico de mulheres, do aproveitamento da sua terrível situação de fome e de miséria, desapareceu em Lisboa? -----

----- A instituição de solidariedade social que trabalhava há 36 anos nessa área – O Ninho – não era isso que dizia, muito pelo contrário! O que lhes referiram, em Outubro, aquando do Encontro Europeu, em Lisboa, sobre prostituição e tráfico de mulheres, organizado pelo Parlamento Europeu, foi que havia um enorme e dramático aumento, com agentes organizados por todo o mundo e também em Lisboa, com agências, redes que controlavam mulheres brancas, negras, asiáticas, brasileiras, romenas, russas, ucranianas, moldavas, em Lisboa! -----

----- A ONU citava que quatro milhões de mulheres e raparigas eram anualmente compradas em todo o mundo para as redes criminosas. E em Lisboa, o que sabiam? Actualmente a prostituição representava no mundo um volume de negócios que já era comparado à venda de armas e ao tráfico de droga, portanto, o volume de dinheiro já era notável. Os números que eram dados pela ONU eram de 8.000 milhões de euros por ano, e, segundo a Interpol, uma mulher prostituta entrega ao seu proxeneta cerca de 107.000 euros por ano. A causa desse tremendo aumento, dessa necessidade de recorrer à prostituição, era por todos conhecida, que não quissem fechar os olhos. ---

----- Era, de facto, uma miséria social ligada à política neo-liberal. E a Câmara Municipal de Lisboa o que era que se propunha fazer na cidade? Decidira trabalhar no concreto? Tinha verbas? Que ajuda? Que inserção para essas mulheres? A prostituição é o triunfo das desigualdades, com as mulheres a pagarem a parcela mais alta, é a maior das explorações que decorrem das injustiças e das desigualdades sociais. Mas, no concreto, que propostas trazia hoje o Orçamento para a Cidade de Lisboa sobre essa matéria? -----

----- Sobre os imigrantes, e a sua integração na sociedade portuguesa, particularmente em Lisboa, disse que segundo números dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, eram mais de 500.000 em Portugal. E em Lisboa, a Câmara sabia? Só do Leste europeu estavam então contabilizados – isso foi há 2 anos – 70.571, e do Brasil 60.370. Eles eram indispensáveis, todos sabiam disso, para satisfazer as necessidades de mão-de-obra. Mas seria que lhes davam integração plena? A Câmara fazia alguma

coisa por isso? Eles e elas estavam por toda a Lisboa: na construção civil, nos restaurantes, nos serviços domésticos, na saúde, tornaram-se indispensáveis. Portugal não tem, de facto, suficiente mão-de-obra nacional, quer qualificada quer não qualificada, para o desenvolvimento da economia. Mas o que fazia o Pelouro da Intervenção Social nesse campo específico? -----

----- Por exemplo, quanto a verbas, o Centro de Recursos Multiculturais este ano tinha menos 19,3%. Era outra jóia da coroa, do Pelouro! -----

----- E quanto à formação profissional dos imigrantes? E as verbas? E o Gabinete de Apoio Jurídico aos Imigrantes? E os projectos? E aquilo que vinha de 2003? E aquilo que não foi feito, existiam ainda e funcionavam? Havia verbas no Orçamento? A Comissão Permanente para a Promoção da Igualdade de Direitos e Oportunidades gostava muito de saber, o PCP também, e gostavam de ir visitar todos esses centros que diziam que estavam a funcionar. Para isso se propunham. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Rolo (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ameixoeira, no uso da palavra, disse que finalmente, ao fim de 2 anos de mandato, o Executivo municipal decidira englobar a Freguesia da Ameixoeira no Orçamento, com excepção de algumas questões pontuais, que já transitavam de anteriores orçamentos, nomeadamente verbas para o Parque Periférico que nunca começara a sua obra de construção no Vale da Ameixoeira, mas a verba continuava prevista, provavelmente transitaria de novo para o próximo ano, mas, de qualquer maneira, registava que continuava consignada a verba para essa finalidade. -----

----- Em relação aos jardins-de-infância disse que era melhor nem falar, mas não podia deixar passar a oportunidade porque, finalmente, o jardim-de-infância da Ameixoeira, segundo as projecções do Plano Plurianual, seria concluído em Abril de 2004, e para o jardim-de-infância das Galinheiras, já projectado há vários anos mas que foi pura e simplesmente ignorado durante os dois anos deste mandato, voltava agora a aparecer verba consignada e só esperava que este ano o destino não fosse o mesmo de outros anos, ou seja, o adiamento por mais um ano. E esperava também que no caso de vir a ser iniciada a sua construção este ano, ela não demorasse os dois anos e meio que demorou o jardim-de-infância da Ameixoeira, porque senão qualquer dia os adultos das Galinheiras é que iriam usufruir do jardim-de-infância, o que não lhe parecia muito lógico. -----

----- Uma outra questão que transitava de outros anos era o parque infantil da Quinta de Santa Clara, que efectivamente continuava com as verbas para 2004. -----

----- Sobre o eixo Norte/Sul, disse que era uma questão que não afectava só a sua freguesia mas tinha que ser ele a levantá-la ali. Foram anulados verbas dessa obra, transferindo, provavelmente, a sua responsabilidade para o Governo Central, mas o Plano falava de questões relacionadas com uma interacção entre o Governo e a Câmara para construção da fase final do eixo Norte/Sul. Ora, o que via no PIDDAC e nas indicações que o Governo deu para o Orçamento de Estado de 2004 era que o eixo Norte/Sul não iria avançar, pelo que lhe parecia haver ali uma dessincronia muito grande entre as Grandes Opções do Plano da Câmara que dizia que ia interagir com o Governo para iniciar o último troço dessa obra, e o Governo que, pelos vistos, não

pensava da mesma maneira. Aliás, o Senhor Ministro das Obras Pública até já fez parte do Executivo da Câmara, e tanto quanto sabia foi ele próprio que transferiu as responsabilidades para o Governo Central. -----

----- Portanto, seria bom que se entendessem de uma vez por todas porque o eixo Norte/Sul era uma obra que estava há dois anos atrasada, e era importante que se conseguisse esclarecer a população da zona norte da cidade sobre quando seria o eixo Norte/Sul construído, com que verbas, quais as infra-estruturas de acessibilidades que não eram da exclusiva responsabilidade da Administração Central e quais eram as verbas consignadas pela Câmara para que não se comesçassem a construir as acessibilidades quando o eixo já estivesse pronto. E desejava saber em que espaço do Orçamento da Câmara estava isso consignado, porque não o encontrara. -----

----- Uma outra coisa que, segundo disse, também não encontrara foi infra-estruturas viárias nas envolventes à estação do Metro. O Sr. Presidente da Câmara, como todos sabiam porque foi público, fez uma visita às novas estações do Metro com o Sr. Primeiro-Ministro e outras altas individualidades do País, pensava que teriam estado também na estação do Metro da Ameixoeira, mas as acessibilidades e as infra-estruturas da envolvente dessa estação eram completamente desconhecidas, ainda nem sequer havia um projecto aprovado. Ora, se a estação ia abrir em Março, segundo foi anunciado publicamente, perguntava como era que os carros iam estacionar e como era que os moradores iam circular, já que a envolvente era um caos, era uma azinhaga histórica onde só passava um carro para cada lado. -----

----- Portanto, desejava que explicassem quais eram as responsabilidades da Câmara para que essas infra-estruturas ficassem concluídas até Março. De certeza que não iriam ficar concluídas e depois passava só para a comunicação social as inaugurações, porque os problemas que ficavam por resolver aos moradores isso não passava. -----

----- Seguidamente, perguntou qual a razão porque a recuperação urbanística das Galinheiras, após mais de um ano da demolição do bairro, continuava sem aparecer no Plano de Actividades. Não se sabia o que estava previsto para ali, era uma área que estava com o entulho a ser removido, a iluminação pública foi praticamente desactivada porque o bairro foi demolido, todas as infra-estruturas envolventes não existiam, e isso tem criado problemas sérios de segurança. -----

----- Que não viessem agora com adendas ao Orçamento para construção de esquadras de polícia na Ameixoeira, porque a segurança passava pelas esquadras que já vinham a reivindicar há muitos anos. Aliás, desejava deixar um recado à bancada do Partido Socialista no sentido de que contavam com a sua colaboração para as reivindicações que eram para a população da Ameixoeira, mas que não fizessem disso um trunfo de vitória nos orçamentos da Câmara, porque esta esquadra de polícia não era de balde que aparecia ali numa adenda. O projecto de realojamento da Câmara Municipal tem sido altamente dessincronizado, inclusivamente contavam com o apoio da bancada do Partido Socialista como com o apoio de todas as bancadas, mas a verdade era que esta esquadra e os problemas da segurança tinham vindo a ser referidos, regularmente, em moções da Assembleia de Freguesia, em abaixo-assinados da população, em intervenções da população na Assembleia Municipal, em esforços das três Juntas de

Freguesia, inclusivamente os Presidentes das Juntas do Lumiar e da Charneca têm levantado também na Assembleia Municipal questões de insegurança na área da Ameixoeira e das Galinheiras, reforçando a necessidade premente da 6ª Divisão e de esquadras de bairro serem implantadas nessas freguesias. -----

----- Para além disso, também fizeram reuniões com a Comissão Permanente de Segurança, da Assembleia Municipal, e com o Conselho Municipal de Segurança. -----

----- Portanto, agradecia que essa inclusão da esquadra da Ameixoeira fosse considerada como um esforço de todas essas entidades e não exclusivamente do Deputado Municipal Miguel Coelho por ali dizer que de acordo com as solicitações da bancada socialista foi incluída esta adenda. -----

----- Se assim foi lamentava imenso porque então a Câmara ultrapassou todas estas entidades e só deu ouvidos ao Partido Socialista, o que lhe parecia também um pouco estranho. -----

----- Continuando, disse que relativamente aos equipamentos desportivos, sociais, redes viárias, acessibilidades pedonais e todas as infra-estruturas envolventes aos bairros PER da Ameixoeira, não via nada contemplado nos documentos em discussão, os problemas de insegurança vinham-se agravando e não seria unicamente a esquadra de polícia que os iria resolver. Eram precisas melhores acessibilidades, transportes públicos e policiamento de bairro, porque só todas essas medidas, em conjunto, poderiam contribuir, com instituições de âmbito social, para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos da Ameixoeira, e particularmente da zona das Galinheiras. -----

----- Terminou dizendo que esperava que isso fosse tido em conta no próximo ano, ou pelo menos, com um bocadinho de sorte, na revisão orçamental. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que tinha aguentado, impávido e sereno, todas as provocações a que tinham assistido, mas entendia que tudo tinha limites e o PCP, de uma vez por todas, teria que perceber que não coarctava a liberdade de pensamento e de actuação do Partido Socialista. -----

----- Infelizmente, o PCP ainda não percebera que comportamentos como aqueles a que estavam hoje a assistir não dignificavam a Assembleia Municipal, o que era pena e lamentavam muito. E pretendia também de dizer, em nome da bancada do PS, que isso demonstrava quão o PCP estava desfasado da realidade dada a preocupação de atacar o PS ser tão veemente. Entendiam que o PCP percebia que tinha hoje o poder que tinha à custa do PS, designadamente o Deputado Municipal que acabara de intervir era Presidente de uma Junta de Freguesia à custa dos votos do PS, a agora começavam a perceber que realmente isso estava a acabar. Eventualmente, actuações como aquela que o orador anterior acabara de fazer só reforçava que, infelizmente, não havia condições para o PS continuar a colaborar com o PCP. -----

----- Era isso que pretendia dizer porque, manifestamente, o PS não permitiria nunca que o PCP tentasse coarctar o seu comportamento. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra para defesa da honra da bancada, disse que pretendia dizer ao Deputado Municipal Dias

Baptista e ao PS que a Junta de Freguesia da Ameixoeira foi sempre de presidência do PCP desde 1976. -----

----- Depois, disse que estavam numa reunião da Assembleia, e era pena que esta intervenção do Deputado Municipal Dias Baptista tivesse sido bem aplaudida por todas as forças da direita, mas era preciso que houvesse democracia. Aquilo que se estava a passar da parte do PCP deveria ter-se passado por todas as bancadas, já que estavam a discutir documentos fundamentais para o futuro da cidade. Para apreciação desses documentos a Câmara fez várias reuniões com muitas horas de discussão, e na Assembleia Municipal, com 107 eleitos e não 17 como a Câmara, deveria haver até mais horas se fosse necessário, e mais intervenção e participação de todos, porque todos tinham responsabilidade nos problemas da cidade. -----

----- Portanto, todos os que intervieram fizeram-no para apresentar questões fundamentais à maioria que geria a Câmara, e conseqüentemente todas as intervenções dos eleitos do PCP foram também no sentido de se procurar corrigir erros e políticas negativas para a cidade. -----

----- Por isso, o PCP continuaria ali a afirmar, face aos direitos legais, que todos os seus eleitos pudessem continuar a intervir dando o seu contributo próprio para a cidade. Era isso que continuariam a fazer. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que tinha sido citado pessoalmente e por isso pretendia dizer, de uma forma muito simples e muito clara, que ficaram a saber que para o PCP não havia um problema de insegurança na Freguesia da Ameixoeira, principalmente no bairro novo do PER e que a esquadra era totalmente dispensável. Ficaram a saber isso pela intervenção do Deputado Municipal Bruno Rolo. -----

----- Por outro lado, suscitava-lhe grande curiosidade saber se os autarcas Presidentes de Junta do PCP iriam também dispensar o acréscimo que iriam receber de 2 milhões de euros a mais que o PS conseguira impor no Orçamento para as Juntas de Freguesia.

----- **O Deputado Municipal Bruno Rolo (PCP)**, no uso da palavra para dar explicações, disse que se calhar não se explicara bem ou não teriam percebido bem o que disse, porque o que disse foi que os problemas de insegurança eram extremamente graves, mas não eram de agora, e o apelo que fez à bancada do PS foi que não quisesse recolher os louros, já que o que depreendera da intervenção do Deputado Municipal Miguel Coelho, e que agora voltara a reafirmara na última intervenção, que foi o PS que conseguira obter a esquadra. -----

----- Pessoalmente não sabia, mas, se foi, foi mal porque citara ali uma série de entidades, desde a população às associações de moradores até ao Conselho Municipal de Segurança, que foram interpeladas pela Junta de Freguesia e pela Assembleia de Freguesia, que tinha uma composição com vários partidos, e não lhe parecia que fosse muito delicado da parte do PS estar a querer puxar os louros para si numa coisa que foi uma reivindicação constante da população da Ameixoeira. -----

----- Agora, era óbvio que a esquadra fazia lá muita falta, só queria ver se ela, daqui por um ano, estaria lá no terreno! Essa era uma coisa sobre a qual tinha muitas

dúvidas, porque a questão que se colocava era saber como não tendo a polícia efectivos conseguiria implantar uma esquadra no terreno. -----

----- Rematou pedindo que não o interpretassem mal sobre a questão de não haver segurança na Ameixoeira, porque quem morava na Ameixoeira era ele e não o Deputado Municipal Miguel Coelho, pelo que, obviamente, disse sabia melhor. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, novamente no uso da palavra, disse que já ali foi dito que a Câmara, que tem 17 membros, demorou 10 horas a discutir o Plano de Actividades e o Orçamento, houve mais uma série de horas com reuniões com a Sra. Vice-Presidente, e depois chegou à Assembleia Municipal, que tinha 107 Deputados Municipais dos quais 53 Presidentes de Junta de Freguesia. -----

----- Era evidente que o Plano de Actividades não absorvia todas as aspirações que os Deputados Municipais ou os Presidentes de Junta pretendiam, e era justo que todos aqueles que tinham problemas nas suas freguesias, que pensavam que o Plano de Actividades poderia abranger vários problemas nas respectivas áreas, várias áreas da cidade, era justo que no debate desse documento tivessem oportunidade de colocar as questões que entendiam dever colocar. -----

----- Disse, depois, que o entristeceu os ápartes de alguns Deputados Municipais quando outros Deputados Municipais estavam a intervir. Tinham que ter respeito uns pelos outros porque se tivessem esse respeito conseguiriam entender-se em várias coisas, porque nunca houve, como hoje, esse tipo de comportamento. -----

----- Seguidamente, disse que queria colocar três questões ao Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Primeira: em relação às verbas para as Juntas de Freguesia não foi distribuído o mapa com as respectivas verbas, pelo que propunha que a Câmara fizesse chegar às Juntas esse mesmo mapa para que elas, na elaboração dos respectivos orçamentos, pudessem saber as verbas de que dispunham. -----

----- Segunda: relativamente aos espaços públicos não estavam referidas várias áreas. Concretamente, em relação à sua freguesia, nada se dizia sobre o Bairro do Grilo, na Quinta do Ourives. -----

----- Terceira: sobre a intervenção na habitação social desejava saber se havia verbas para a Quinta do Ourives, não vinham verbas para as escolas, apenas nas infra-estruturas viárias constavam a Calçada Duque de Lafões e a Calçada do Grilo, que sistematicamente constavam do Orçamento e do Plano mas nunca foi feita a intervenção. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, novamente no uso da palavra, disse que integrava a bancada do PS, era autarca de freguesia desde 1976, apenas interrompera para exercer o cargo de Vereadora da Câmara Municipal de Lisboa, a tempo inteiro, durante dois mandatos, e integrava também com muita honra a coligação. Mas não podia entender o seguinte: era autarca, não era dona dos fregueses da sua freguesia, não mandava nos fregueses da sua freguesia como não mandou nos munícipes da Cidade de Lisboa enquanto foi Vereadora, tudo aquilo que viesse por bem para beneficiar os fregueses ou os

municipes da cidade, aceitava. E quando punham em causa que a alguém da bancada do PS fossem batidas palmas pelo PSD ou pelo CDS-PP, perguntava qual era o problema. Não viviam em democracia? Não quiseram acabar com 48 anos de fascismo em que só havia um pensamento único? Então o PCP coligava-se com o PSD em algumas autarquias e achava mal? Por que não? Isso é que era democracia! -----

----- Pessoalmente, tudo o que viesse, quer do CDS-PP, quer do PSD, quer do PCP, quer do BE, se fosse para bem da freguesia ainda bem, porque esperara 11 anos por uma coligação em que votara PS/PCP para ter alguns benefícios na freguesia. -----

----- Agora, era preciso reconhecer que veio muito bem da coligação mas também faltara algo. Porquê? Não entendeu! Mas se calhar nesta altura já percebia! -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, novamente no uso da palavra, depois de referir que integrava com muito gosto a bancada do PCP, disse que era verdade que não mandavam nos fregueses. Na Assembleia, o que se passou e que era importante que se continuasse a passar, era que se dignificasse o órgão e que cada um conseguisse exprimir o que lhes ia na alma e que advinha das necessidades que encontravam nas suas freguesias, nos cidadãos de Lisboa porque eram esses que queriam e continuavam a defender. -----

----- Não foi mais do que isso: a democracia, a liberdade, a expressão do pensamento e a expressão de acção, era isso que queriam fazer, era isso que faziam. Aquilo que o seu colega de bancada há pouco exprimiu foi o que se passava na sua freguesia, cada um das outras exprimia também aquilo que se passava na sua, era esse espaço de liberdade e de democracia que tinham que continuar a cultivar. -----

----- Isso não podiam ignorar, não podiam abandonar. Era nesse espaço que iriam continuar no trabalho pela cidade e pelos cidadãos que os elegeram condignamente, e estavam todos ali de pleno direito. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões colocadas ao longo do debate, disse que as intervenções havidas que trataram de questões que tinham a ver com o Município de Lisboa, na sua maior parte orientaram-se para a expressão dos pontos de vista dos Deputados Municipais sobre as diversas questões que estavam ligadas à gestão do Orçamento e as suas perspectivas do desenvolvimento da cidade. -----

----- Não foram postas propriamente questões, foram postos alguns desafios, como o Presidente da Junta de Freguesia de São João que falou na questão do Plano do Vale de Chelas, que tinha uma situação de bloqueio há décadas e, de facto, a Câmara comprometeu-se a reequacionar e retomar o desenvolvimento do processo. Como noutras matérias levantadas pelos Deputados Municipais do Partido Socialista ou do Bloco de Esquerda, em que foram expressas opiniões sobre a questão do Parque Mayer, sobre os conceitos de reabilitação urbana de cada partido e sobre as zonas da cidade que dela necessitavam. -----

----- Mas permitia-se salientar, em relação à intervenção do Deputado Municipal Carlos Marques, que levantara algumas questões a seu ver interessantes, por exemplo a questão do IRC do sector financeiro e do sector bancário, como levantou também a questão dos custos da capitalidade, e num momento em que estavam a tratar da saída

dos Ministérios do Terreiro do Paço era um ponto a ter em linha de conta a isenção de que têm beneficiado os edifícios do Estado. -----

----- Contudo, já quanto ao ponto em que referira os 75.000 fogos que estavam devolutos e a necessidade de uma reforma profunda do ordenamento jurídico dessa área devido à situação em que Lisboa se encontrava, desejava dizer que a Câmara tem feito as contas sobre quanto implicaria uma intervenção em todos esses fogos e quais as consequências no mercado, e a um custo médio de 5.000 contos por fogo nos tais 75.000 iriam para verbas na ordem dos 370 milhões de contos, portanto 1.200 milhões de euros. E, para além disso, ainda tinham a consequência de que os fogos devolutos não estavam livres, não eram propriedade do Município, eram de proprietários e como tal a Câmara ia reabilitá-los sem a garantia de que seriam colocados no mercado. -----

----- Portanto, a Câmara tem procurado fazer uma selecção equilibrada, por zonas da cidade. A Rua da Madalena não foi escolhida por acaso! Sabiam que morava mais gente atrás, mas a questão era que no ano passado caiu um prédio, esboroou por dentro completamente, na Rua do Comércio, que já tinha tido quatro posses administrativas da Câmara, que estava para ser intervencionado pela Câmara substituindo-se ao senhorio, há 20 anos. A Câmara já lá tinha ido quatro vezes, o que era um descrédito absoluto! Por isso, neste caso da Rua da Madalena, quer o Presidente da Junta, quer várias pessoas do local disseram-lhes que havia vários prédios nessa situação naquela rua, e foi por isso que escolheram a Rua da Madalena. -----

----- E o mesmo se passou em relação à Rua de São Bento, onde já houve incêndios e derrocadas, e que era uma zona piloto num processo de recuperação de toda aquela zona da cidade. A Câmara não podia porque não tinha meios, nem físicos nem capacidade instalada para isso. Mas dava um exemplo: a trabalhar com a Administração da EPUL e com os serviços de reabilitação da Câmara, ao fazer as contas ao número de fogos que podiam reabilitar, quase exasperava. Quando lhe diziam que o máximo a que podiam ambicionar com a capacidade instalada do Município e quando mostravam os números dos anos anteriores, era cerca de 1.000 a 2.000 fogos por ano. No PIMP e depois no PER, esteve a fazer as contas, fez-se uma média, ao longo de todos estes anos, de 1.000 fogos, o que foi um esforço gigantesco feito pela Câmara nessa altura. -----

----- Isso com verbas excepcionais, com programas de investimento excepcionais! A EPUL, nos últimos anos, em média, o máximo que alcançara foi a construção de 800 fogos. O que gostavam todos era trazer as tais 200.000 pessoas de volta, que não seriam já as mesmas, mas reequilibrar esse fluxo de mobilidade que havia na Área Metropolitana de Lisboa. Só que, mesmo com um esforço financeiro muito maior, mesmo juntando todas as entidades existentes no Município, sem essa legislação que ia sair agora – a Assembleia da República já aprovou a lei de autorização legislativa e vai sair agora o Decreto-Lei – não havia instrumentos legais que permitissem fazer face àquela situação que referira. -----

----- Por exemplo, o Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, nas entrevistas que leu podia também ter lido uma, que vinha num outro jornal, do Presidente da Associação de Proprietários, em que o acusava, como Presidente da Câmara, daquilo

de que nunca acusara qualquer Presidente da Câmara da coligação que o Presidente da Junta de Alcântara apoiara, ou seja, de efectivamente procurar garantir a recuperação do edificado, mesmo por vezes sabendo que podia estar a pôr em causa alguns direitos dos proprietários. Mas porque aí não podia haver contemplanções nem hesitações, havia interesses privados que teriam que ceder perante o interesse público. E esse depoimento vinha hoje num órgão de comunicação social, obviamente também com críticas ao Governo dizendo que fazia falta a Lei do Arrendamento. -----

----- Com certeza que sim, era um instrumento fundamental, mas quando essa Lei sair, esperava-se que fosse em breve e com a devida atenção aos problemas sociais que iria gerar, teriam mais uma importante alavanca para a intervenção que tinham que fazer nessa situação de quase catástrofe. -----

----- Disse que pediu aos serviços que dirige e às empresas que a Câmara tutela, que trabalhassem para o objectivo, nos próximos dois anos, de cerca de 5.000 fogos, e isso era considerado impossível pelos serviços da Câmara, todos eles, e reforçando que não era uma questão de dinheiro mas sim de capacidade instalada para fazer essa obra. Portanto, 5.000 fogos, a três pessoas por fogo, representaria 15.000 pessoas que vinham de fora, partindo do princípio que vinham de fora todas elas. -----

----- Por isso, disse antes das eleições e voltava a dizer que o que tinham que fazer, nesta questão do repovoamento de Lisboa, era inverter a tendência, invertê-la significativamente, inverter o processo, obviamente não em hostilidade com os concelhos limítrofes, mas compreendendo que era para o interesse de todos que não existissem esses engarrafamentos, essas perdas de tempo da vida que hoje em dia aconteciam nas deslocações de casa para o trabalho e vice-versa. -----

----- Falava-se no Bairro Alto e a Presidente da Junta sabia muito bem o tempo que demorou a ser reabilitada a escola n.º 12, que era um edifício fantástico onde ainda outro dia lançaram um livro sobre as técnicas de conservação e restauro. Portanto, quem teve as responsabilidades do Pelouro da Reabilitação tantos anos e não conseguira reabilitar uma jóia daquelas, onde as crianças aprendiam e estudavam numa escola que esteve em degradação todos esses anos, obviamente que não se poderia sentir bem consigo mesmo, nomeadamente quando se apreciavam instrumentos como o Plano e o Orçamento. -----

----- Por essa razão desejava dizer que aquilo que hoje ali resultava da votação do Plano e Orçamento pela Assembleia, tomava-o não como louros de ninguém. Se a Câmara fizer as esquadras na Rua das Açucenas ou na Bela Flor não queria saber se foi o PS que propôs, se o Presidente da Junta de Freguesia da Ameixoeira já tinha falado anos antes, o que queria saber era que, de facto, iam todos fazê-las. Todos, todos juntos, com os contributos que foram dados na Assembleia, pelo debate democrático, nos momentos em que de facto houve a elevação geral de contribuir para se tratar dos problemas efectivos da cidade, e não para usarem quaisquer tipo de instrumento para tentar levar o debate para outras finalidades. -----

----- Sobre a questão do Parque Mayer, dirigindo-se ao Partido Socialista, disse que ajudassem a Câmara – se quisessem fazer uma reunião, convocavam tantas pessoas para a Assembleia Municipal, e compreendia que o fizessem – a convencer os

privados que compraram o Parque Mayer há anos, a Bragaparkes, a não pedir pelo Parque Mayer os preços exorbitantes que estavam a pedir. Se todos os conseguissem consciencializar para a importância que tinha para a comunidade aquele espaço, com certeza resolveriam a questão porque o principal problema era esse neste momento. O resto estava tudo pronto pela Câmara! A resolução, de facto, estava ao nível do preço dos terrenos que se situavam a níveis verdadeiramente incomportáveis para a Câmara.

----- Quanto à Sociedade Hípica de Monsanto, disse que tinha uma verba de 1,5 milhões de euros e podia confirmar que iria para lá. Agora, o que iriam fazer depois estava a ser tratado com o Ministério da Educação, com a Reitoria da Universidade, ali onde estava o Jokey hoje em dia. Não iam investir para um círculo restrito de pessoas, ali queriam construir campos universitários, residências universitárias para estudantes, e não construir para desenvolvimento imobiliário. Ou seja, onde está o Jokey ter residências, em estilo anglo-saxónico, para universitários com os campos, as zonas verdes e os espaços desportivos. Era isso que estavam a negociar há semanas e semanas com a Reitoria da Universidade. -----

----- Portanto, era nesse sentido que estavam a trabalhar. Não estavam a trabalhar para dar melhores condições a quem andava a cavalo, embora também não tivessem nada contra isso, mas sim a quem estudava e precisava de residências como devia ser em Lisboa. -----

----- Como também desejava dizer à Assembleia que no terreno da Av. das Forças Armadas, onde era a central leiteira, a EPUL estava a trabalhar, e tinha o processo praticamente concluído, para ali construir residências para estudantes, T0 e T1, e não iam pôr em hasta pública para promotores imobiliários desenvolverem os seus projectos. Portanto, naquele terreno iria haver muitas centenas de T0 e T1 para residências e não para apartamentos, para casas, para estudantes que estejam a estudar em Lisboa ou para jovens universitários. Era nesse sentido que estavam a trabalhar. ---

----- Continuando, disse que havia avaliações feitas ao fim de dois anos de mandato. Tudo bem! Mas sonhava com o dia em que pudesse ser julgado pelos quatro anos de trabalho. Uns julgariam mal, outros julgariam bem. -----

----- Agradeceu ao Sr. Presidente o tempo que lhe deu a mais, porque pelo Regimento actual a Câmara tinha 20 minutos, e ele já tinha gasto 15 minutos que era tanto quanto tinham os Deputados Municipais para intervir. -----

----- **O Senhor Presidente** esclareceu que o Sr. Presidente da Câmara gastara 35 minutos na sua primeira intervenção e teria agora mais 5 minutos já que duplicavam os tempos porque eram duas propostas que estavam em discussão. Mas porque já gastara 10 minutos nesta segunda intervenção já ultrapassara em cinco minutos o tempo que regimentalmente estava consagrado para a intervenção da Câmara. Mas teria o tempo que fosse preciso para dar os esclarecimentos solicitados. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, retomando o uso da palavra, aludiu à questão do Rio Seco dizendo que o que ali se passou não foi demolir umas casas. Eram casas que estavam ocupadas no meio da via pública, onde havia estabelecimentos comerciais, e as primeiras intimações da Câmara para as pessoas saírem de lá eram de há 22 anos atrás, outras de há 10, outras ainda de há 5, e foi preciso conseguir-se

alternativa em Campolide para a localização de um estabelecimento comercial, e também os arrendamentos para habitação das pessoas que lá moravam. Portanto, não foi um processo de demolição de umas casas! O que iam fazer ali, como, aliás, estava no Plano de Ordenamento do Rio Seco e com o que os moradores sonhavam há anos, era a ligação àquela alameda que vinha de Monsanto e da universidade. A Câmara pediu ao LNEC para ir ali conferir a segurança de toda aquela encosta rochosa, onde foi construído um parque desportivo, foi demolido o armazém da Câmara que lá existia e iam fazer esse prolongamento, pelo que na artéria que subia da Rua da Aliança Operária para Monsanto, ia nascer uma bonita e nova avenida. -----

----- E a propósito dos *outdoors* ali colocados para informação das pessoas, referiu que não dizia que se inspirava no Presidente Lula, embora até tivesse honra em fazê-lo, mas tinha consigo uma revista com um artigo sobre o primeiro ano de mandato do Presidente Lula, e também da Prefeita de São Paulo, que a determinada altura dizia o seguinte: -----

----- “O Ministro da Comunicação do Governo de Lula, resolveu tentar entender o que deu errado na malfadada estratégia de comunicação de Fernando Henrique Cardoso, e então mandou que se criasse algo diferente para o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, uma estratégia adequada à imagem de Lula. Foi assim que surgiram os enormes painéis que emolduram as cerimónias públicas no Palácio do Planalto desde o início do ano. Cada programa de Governo lançado pelo Presidente, seja social ou económico, ganhou uma logomarca publicitária e cada marca estampou um grande e colorido painel que serviu de pano de fundo aos discursos de Lula.” -----

----- Depois referiam-se os muitos *outdoors* que foram lançados, e esse era o Presidente de esquerda mais elogiado do mundo hoje em dia, rivalizando talvez com Fidel de Castro embora mais elogiado do que Fidel de Castro, pela esquerda que não era fã do modelo Cubano. -----

----- Mas também sobre a Prefeita de São Paulo, do Partido Trabalhista, a mesma revista dizia que seguia os melhores exemplos de *outdoors* nos bairros para ricos e nos bairros para pobres, dizendo: “aviso aos mais ricos”, “abriu com o maior programa de educação do país”, etc. -----

----- Disse, ainda, que tinha consigo os *outdoors* do Casal Ventoso antes e do Casal Ventoso depois, não assinados e publicados pela Câmara Municipal dirigida pelo Dr. João Soares. E dizia que bem porque como cidadão gostou de ver o Casal Ventoso limpo, mais recuperado e muito diferente do que estava antes. Mas tinha mais: da Câmara de Matosinhos e da Câmara de Cascais, dirigidas por partidos que não o PPD/PSD, com comunicados nos jornais, um sobre os preços da electricidade, outro a atacar o Dr. Arlindo Carvalho, em Cascais. Portanto, aquilo que tanta surpresa causava em Lisboa já aconteceu noutros lados. -----

----- Por fim, disse que é democrata, que gosta da liberdade e que deviam respeitar a representação de cada um. Daquilo que resultara deste debate pela Assembleia Municipal retirava as devidas ilações e aguardava para este ano, com esperança democrática, a capacidade fiscalizadora, que sabia que era muita, dos Deputados Municipais da oposição. Mas queria também dizer aos Deputados Municipais da

maioria que o Executivo lhes agradecia reconhecido o contributo que também deram, ao longo das últimas semanas, para melhorar o trabalho, as propostas fizeram e o modo como têm sustentado as políticas da Câmara. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminado o debate, submeteu à votação as Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2004/2007 – proposta 745/2003 – tendo a Assembleia deliberado aprová-las, por maioria, com votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PPM, votos contra do PCP, PEV e BE e a abstenção do PS. -----

----- Por unanimidade a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- Depois submeteu à votação o Orçamento do Município de Lisboa para o ano de 2004 – proposta 745/2003 com as alterações constantes da proposta 2/2004 – tendo a Assembleia deliberado aprová-lo, por maioria, com votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PPM, votos contra do PCP, PEV e BE e a abstenção do PS. -----

----- Por unanimidade a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Só queria dizer que o Bloco de Esquerda votou contra por causa das propostas que apresentamos, que o Sr. Presidente da Câmara disse que são importantes mas que não há dinheiro. -----

----- Gostava de dizer, no entanto, que nós não propusemos que se gastassem 1.870 milhões de euros. O que nós propusemos é que se começasse, apenas propusemos mais 254 milhões de euros, ou seja, menos 1.616 milhões de euros do que o Sr. Presidente da Câmara disse para se intervir, porque a melhor forma de esmagar uma ideia é absolutizá-la. Nós estamos a propor que se comece, porque nunca mais se começa. -----

----- E quanto a construir 5.000 casas eu gostava só que fizéssemos um paralelo: é quanto tempo demorou a construir a EXPO, a crise que vai na construção civil e se isso inclusivamente não seriam um incentivo – chamar a atenção da Sra. Ministra das Finanças e do Sr. Ministro da Economia – para os apoios sérios necessários para a cidade, incluindo para a economia da cidade, para as empresas de construção civil, até porque se acabaram os estádios, e tratarmos dum problema central e estratégico da cidade. -----

----- Esta é a questão que colocamos e, por isso, tomamos esta posição.” -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Uma primeira nota para referir que o PSD se congratula, naturalmente, com a votação e aprovação do Plano e do Orçamento, num esforço de concertação que a Câmara encetou com os partidos da oposição que quiseram colaborar na matéria. -----

----- Mas não posso passar sem deixar aqui uma nota, Sr. Presidente, que acho que é uma reflexão, que aliás preponderou aqui de algumas intervenções. Já o fiz, em interpelações, em Sessões passadas, e pareceu-me haver aqui algum vício de raciocínio de algumas intervenções finais, que é comparar um órgão deliberativo com um órgão

executivo. Isto é, o número de horas que se calculou do debate em sede de executivo naturalmente tem que ser diferente da matéria deliberativa. -----

----- Portanto, há uma distinção clara e o PSD propõe que se repense parte da nossa organização regimental numa próxima Conferência de Líderes, a ponto de se discutir esta matéria, porque as referências que foram feitas, e aqui intercalo, se quiser, alguma figura de defesa da honra a comportamentos da parte de Deputados Municipais do PSD, naturalmente que foram motivadas por um desvio notório, excessivo, dum leque de intervenções que manifestamente, em olhos de boa-fé, qualquer interprete isento se apercebeu de uma estratégia, que não é silenciar as intervenções mas sim doseá-las no quadro certo do que deve ser um órgão deliberativo. -----

----- Por isso, proponho que em Conferência de Líderes futura se analise esta matéria que parece carecer de reflexão, sob pena de em cada Sessão virmos cá fazer declarações e interpelações à Mesa. Parece-me que é uma matéria que urge reflectir.” -

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “A declaração de voto do PCP é para dizer o seguinte. -----

----- Nós estamos no Parlamento da Cidade, e é no Parlamento da Cidade onde os parlamentares, seja os Deputados Municipais, têm oportunidade de fazer as suas intervenções numa perspectiva de convencimento do próprio Parlamento, para que pudessem entender e ver se aceitam ou não aceitam. -----

----- Por isso, estarmos aqui com o objectivo de coarctar a intervenção dos parlamentares, parece-me, de facto, atrevida a própria intervenção.” -----

----- **O Senhor Presidente** disse que pretendia lembrar ao Deputado Municipal Pedro Portugal que foi ele que presidiu à penúltima Comissão Eventual para a Revisão do Regimento, a última foi presidida por um Deputado Municipal do PSD, e essas matérias foram ponderadas e passaram. Era óbvio que tinham que reflectir a cada momento, mas também tinham que reflectir na necessidade de debater os problemas da cidade, e não se travar aquilo que era o raciocínio e a intervenção democrática e necessária dos eleitos do Município. -----

----- Mas ponderariam, obviamente, como acabaram de ponderar em relação a outras matérias, e veriam o que é que era possível consensualizar. -----

----- **PONTO 29 – PROPOSTA 773/2003 – APROVAR A TRANSMISSÃO PARA O PATRIMÓNIO DA EPUL, PARA OS FINS CONSTANTES DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS SOB AS PROPOSTAS 576/2002, DE 13 DE NOVEMBRO, 245/2003 DE 14 DE MAIO, 319/2003 DE 23 DE JUNHO E 586/2003 DE 15 DE OUTUBRO, OS PRÉDIOS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 773/2003 -----

----- Considerando que a CML, na sua reunião de 13 de Novembro de 2002, deliberou sob a Proposta n.º 576/2002 incumbir a EPUL de proceder à renovação urbana da cidade de Lisboa através de intervenção nos edifícios municipais degradados; -----

----- Considerando que através da referida deliberação foi aprovada a transmissão para o património da EPUL dos prédios municipais nas áreas onde a renovação urbana se revele uma prioridade; -----

----- Considerando que, nos termos da mesma deliberação, estes prédios serão agrupados em conjuntos de 5 edifícios, devendo ser três desses edifícios destinados à venda e os restantes dois destinados a realojamento, regressando, para o efeito, ao património da CML, podendo esta fórmula ser alterada se tal se justificasse; -----

----- Considerando que, corporizando os princípios estabelecidos naquela deliberação, a CML, pelas deliberações tomadas sob as Proposta n.ºs 245/2003, 319/2003 e 586/2003 em 14 de Maio de 2003, 23 de Junho de 2003 e 15 de Outubro de 2003, respectivamente, aprovou o alargamento da intervenção da EPUL aos edifícios municipais demolidos e aos lotes devolutos, a minuta do Protocolo de Acordo a celebrar entre a CML e a EPUL e a submissão à aprovação da Assembleia Municipal da transmissão para o património daquela Empresa de 7 Grupos, A, B, C, D, E, F, G e H de edifícios para reabilitação; -----

----- Considerando que, a urgência de que se reveste todo este processo aconselha a que se proceda, de imediato, à transmissão para o património da EPUL de mais um conjunto de edifícios, integrados nos Grupos I, J, L e M, situação que não se compadece com a natural demora da avaliação dos mesmos; -----

----- Considerando que o valor de cada prédio municipal será o resultante da avaliação a preços de mercado realizada por uma entidade exterior, idónea e de reconhecida competência nesta matéria, valores esses que serão depois submetidos à aprovação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal; -----

----- Considerando que, estando assim assegurada a efectiva determinação do valor real de cada edifício a abranger nesta operação e a sua aprovação pelos órgãos municipais competentes, nada obsta a que, de imediato, se proceda à transmissão para o património da EPUL dos edifícios integrados nos Grupos I, J, L e M; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara, atento o teor das Deliberações n.ºs 576/2002, de 13 de Novembro, 245/2003 de 14 de Maio de 2003, 319/2003 de 23 de Junho de 2003 e 586/2003 de 15 de Outubro de 2003 e das disposições conjugadas da alínea a) do n.º 6 do artigo 64º e da alínea i) do n.º 2 do artigo 53º, ambas do diploma supra citado, com o artigo 50º do Decreto-Lei 613/71 de 31 de Dezembro, delibere: --

----- Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a transmissão para o património da EPUL, para os fins constantes das deliberações tomadas sob as Propostas 567/2002, de 13 de Novembro, 245/2003 de 14 de Maio de 2003, 319/2003 de 23 de Junho de 2003 e 586/2003 de 15 de Outubro de 2003, os prédios municipais abaixo identificados, pelos respectivos valores patrimoniais, sem prejuízo dos valores finais virem a ser fixados através da avaliação realizada por entidade exterior, independente, idónea e de reconhecida competência nesta matéria, e submetidos a aprovação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, os quais constituirão os Grupos I, J, L e M do seguinte modo: -----

----- GRUPO I -----

----- - Edifícios a reverter novamente para a CML:

Rua da Paz, 17, descrito na 3ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o número 8367 do Livro B-34., inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 142 da Freguesia da Ajuda, e que tem o valor patrimonial de € 353,98; -----

Rua da Paz, 19/21, descrito na 3ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o número 8368 do Livro B-34, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 143 da Freguesia da Ajuda, e que tem o valor patrimonial de € 527,15; -----

----- - Edifícios a comercializar: -----

----- Rua Alexandre Sá Pinto, 67, descrito na 3ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o número 3375 do Livro B-21., inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 133 da Freguesia de Santa Maria de Belém, e que tem o valor patrimonial de € 726,82; -----

----- Rua das Mercês à Ajuda, 1/3, descrito na 3ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o n.º 6660 do Livro B-29., inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 226 da Freguesia da Ajuda, e que tem o valor patrimonial de € 897,52; -----

----- Rua de Pedrouços, 108 e Beco João Alves, n.º 8, descrito na 3ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa na ficha 00628/Belém, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 763 da Freguesia de Santa Maria de Belém, e que tem o valor patrimonial de € 2.333,62; -----

----- GRUPO J -----

----- - Edifícios a reverter novamente para a CML: -----

----- Travessa do Cabral, 3/3A, descrito na 6ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa na ficha 140/São Paulo, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 83 da Freguesia de São Paulo, e que tem o valor patrimonial de € 22.180,64; -----

----- Rua Garcia de Orta, 3/3A, descrito na 4ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa na ficha 4594, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 367 da Freguesia da Lapa, e que tem o valor patrimonial de € 10.345,90; -----

----- - Edifícios a comercializar: -----

----- Rua da Paz, 46/48, descrito na 4ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa na ficha 00269/Santa Catarina, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 448 da Freguesia das Mercês, e que tem o valor patrimonial de € 12.755,41; -----

----- Travessa de Santa Catarina, 17/21, descrito na 4ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa na ficha 423/Santa Catarina, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 70 da Freguesia de Santa Catarina, e que tem o valor patrimonial de € 4.515,64; -----

----- Rua do Sol ao Rato, 12/22, descrito na 7ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa na ficha 1499/Santa Isabel, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 248 da Freguesia de Santa Isabel, e que tem o valor patrimonial de € 3.998,01; -----

----- GRUPO L -----

----- - Edifícios a reverter novamente para a CML: -----

----- Rua Maria Pia, 171/173, descrito na 6ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o número 7155 do Livro B-21, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 574 da Freguesia de Alcântara, e que tem o valor patrimonial de € 298,12; -----

----- Travessa dos Brunos, 36/40, descrito na 3ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o número 2340/Santos-o-Velho, inscrito na matriz predial urbana sob o

artigo 923 da Freguesia de Santos-o-Velho, e que tem o valor patrimonial de € 1.788,32; -----

----- - Edifícios a comercializar: -----
----- Rua de Campo de Ourique, nºs 122/136, descrito na 7ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o número 5758 do Livro B-20, inscrito nas matrizes prediais urbanas sob os artigos 394, 395, 396, 397 e 398 da Freguesia de Santa Isabel, e que tem os valores patrimoniais de € 1.480,99, € 1.882,04, € 437,90, € 1.027,97 e € 1.022,21, respectivamente; -----

----- Rua Saraiva de Carvalho, 229/233/contornando para a Travessa dos Prazeres, descrito na 7ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o número 2458 do Livro B-8, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 153 da Freguesia de Santo Condestável, e que tem o valor patrimonial de € 4.451,60; -----

----- Rua de Campo de Ourique, 102/114, descrito na 7ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o número 249 do Livro B-1, inscrito na matrizes prediais urbanas sob os artigos 391 e 392 da Freguesia de Santa Isabel, e que tem os valores patrimoniais de € 2.508,24 e € 6.687,77, respectivamente; -----

----- GRUPO M -----

----- - Edifícios a reverter novamente para a CML: -----
----- Rua dos Sete Moinhos, 93/97, descrito na 7ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o número 4.043 do Livro B-14, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 3.451 (antigo) da Freguesia de Santa Isabel, e que tem o valor patrimonial de € 6.250,00; -----

----- Travessa do Baúto, 28/36, descrito na 7ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa na ficha 2.110/Santa Isabel, inscrito nas matrizes prediais urbanas sob os artigos 193 e 194 da Freguesia de Santo Condestável, e que tem os valores patrimoniais de € 1.456,36 e € 21,154,97, respectivamente; -----

----- - Edifícios a comercializar: -----
----- Rua de Campo de Ourique, 3/9, descrito na 7ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o número 1.516 da Freguesia de Santa Isabel, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 348 da Freguesia de Santa Isabel, e que tem o valor patrimonial de € 3.729,54; -----

----- Rua Domingos Sequeira, 68/72, descrito na 7ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o número 158 do Livro B-1, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 819 da Freguesia da Lapa, e que tem o valor patrimonial de € 7.852,50; -----

----- Rua de Campo de Ourique, 138/146, omissa na 7ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa e descrito na 3ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob os números 6371, 7275 e 7276, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 399 da Freguesia de Santa Isabel, e que tem o valor patrimonial de € 2.845,09.” -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra, disse que apenas queria fazer uma correcção na proposta: no Grupo L referia-se que o prédio da Rua Maria Pia 171-173 estava na Freguesia de Alcântara, quando, efectivamente, não pertencia à Freguesia de Alcântara, pelo que pedia que fosse feita a correcção do nome da freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a correcção seria efectuada e dado que mais ninguém desejou intervir encerrou o debate e de seguida pôs em votação a proposta 773/2003, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP, PPM e BE, e as abstenções do PCP e do PEV. -----

----- Por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 30 – PROPOSTA 744/2003 – APROVAR A AQUISIÇÃO À EPUL – EMPRESA PÚBLICA DE URBANIZAÇÃO DE LISBOA, DA FRACÇÃO AUTÓNOMA, IDENTIFICADA PELA LETRA A, COMPOSTA DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO, LOCALIZADA NO PISO ZERO E PISO UM, COM DOZE LUGARES DE ESTACIONAMENTO LOCALIZADOS NO PISO MENOS UM, DO PRÉDIO CONSTITUÍDO SOB O REGIME DE PROPRIEDADE HORIZONTAL SITO NA RUA NATÁLIA CORREIA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 744/2003 -----

----- “Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa, por deliberação tomada em 1997.07.30, sob a Proposta n.º 493/97, aprovou a transmissão de uma parcela de terreno à EPUL destinada à construção de habitações, no quadro do programa EPUL/Jovem, e de um pavilhão desportivo; -----

----- Considerando que a Câmara, por deliberação tomada em 2000.12.20, sob a Proposta n.º 547/2000, aprovou a divisão da referida parcela em duas, sendo uma destinada ao pavilhão desportivo, com o valor de € 5.052,82, e a outra ao Empreendimento EPUL/Jovem 7, com o valor de € 573.118,78; -----

----- Considerando que a EPUL já deu por concluídas as obras de construção do pavilhão desportivo, pelo que existe a necessidade de se promover a sua transmissão para o património da CML, regularizando a questão patrimonial prevista na Proposta n.º 493/97; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- Aprovar e submeter a autorização da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e da alínea i) do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, a aquisição à EPUL da fracção autónoma, identificada pela letra A, composta de Equipamento Desportivo, localizada no piso zero e piso um, com doze lugares de estacionamento localizados no piso menos um, do prédio constituído sob o regime de propriedade horizontal sito na Rua Natália Correia, freguesia de Santa Engrácia, concelho de Lisboa, descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o número mil quatrocentos e sessenta - fracção A, pelo valor de € 879.496,31 (Oitocentos e setenta e nove mil quatrocentos e noventa e seis Euros e trinta e um cêntimos). -----

----- Processo Privativo n.º 96/DPI/03 -----

----- Processo "E" n.º 69/DGI/2000 -----

----- A despesa tem cabimento na rubrica 07.01.03.01.04 do Plano 05/02/A101/99 pela orgânica 01.05.” -----

----- **O Deputado Municipal José Maria Valente (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Engrácia, disse que a Rua Natália Correia não fazia parte da Freguesia de Santa Engrácia, mas sim da Freguesia da Graça. -----

----- **O Senhor Presidente**, depois de referir que a correcção seria efectuada, dado que mais ninguém desejou intervir encerrou o debate e de seguida pôs em votação a proposta 744/2003, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 31 – PROPOSTA 747/2003 – APROVAR A ISENÇÃO DAS TAXAS DEVIDAS PELA INSTALAÇÃO DE UMA TENDA DE CIRCO PARA A CAMPANHA DE NATAL, PELO CIRCO CARDINALLI, POR UM PERÍODO DE 40 DIAS NO TERRENO MUNICIPAL, SITO NA RUA FERNÃO MENDES PINTO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 747/2003 -----

----- “Considerando que: -----

----- - O Circo Cardinali solicitou autorização para realizar os seus habituais espectáculos de Natal, por um período de 40 dias, num espaço municipal situado na Rua Fernão Mendes Pinto, em Algés, actualmente utilizado como parque de estacionamento dissuasor, identificado na Planta em anexo, que faz parte integrante da presente proposta; -----

----- - Parte das receitas de bilheteira advenientes de tais espectáculos reverterão a favor da Casa Pia de Lisboa, facto confirmado pela Senhora Provedora, através de fax enviado a este Município; -----

----- - Se trata de um espectáculo cultural, típico desta época natalícia, que tem como principal objectivo proporcionar alguns momentos de alegria às crianças da cidade de Lisboa e simultaneamente apoiar aquela Instituição Social; -----

----- - O Departamento de Segurança Rodoviária e Tráfego emitiu, em 21 de Novembro de 2003, parecer favorável a esta ocupação, dado o carácter provisório da mesma e os fins beneméritos que envolve; -----

----- - A administração do Circo solicitou também a dispensa do pagamento de taxas devidas pela ocupação, tendo em atenção que parte do valor dos bilhetes vendidos reverterá a favor das crianças da Casa Pia de Lisboa; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, nos termos conjugados da alínea f) do n.º 1 e da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e da alínea e) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi conferida pela lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro: -----

----- 1 – Autorizar a ocupação a título precário e pelo prazo de 40 dias do espaço situado na Rua Fernão Mendes Pinto a Algés, domínio privado municipal,

identificado na Planta em anexo, pela Companhia de Circo Roberto Cardinali, para realização dos espectáculos de Natal. -----

----- 2 – Submeter a autorização da Assembleia Municipal a isenção das taxas municipais, no valor de 2125,00 €/mês, devidas pela ocupação do mesmo espaço. -----

----- A taxa é calculada de acordo com o artigo 84º, n.º 9 alínea c) da Tabela constante da Proposta n.º 751/2002, aprovada por deliberação da Assembleia Municipal em 7 de Janeiro de 2003. [0,85 € x 2500 m2 = 2.125,00€/mês].” -----

----- **O Senhor Presidente**, como ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida pôs em votação a proposta 747/2003, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **O Senhor Presidente**, seguidamente, esgotada que estava a Ordem de Trabalhos, depois de desejar um Bom Ano de 2004 a todos os Deputados Municipais e à Câmara, deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Ordinária iniciada no dia 18 de Novembro de 2003. -----

----- Eram 21 horas e 30 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, _____.

----- O PRESIDENTE -----